

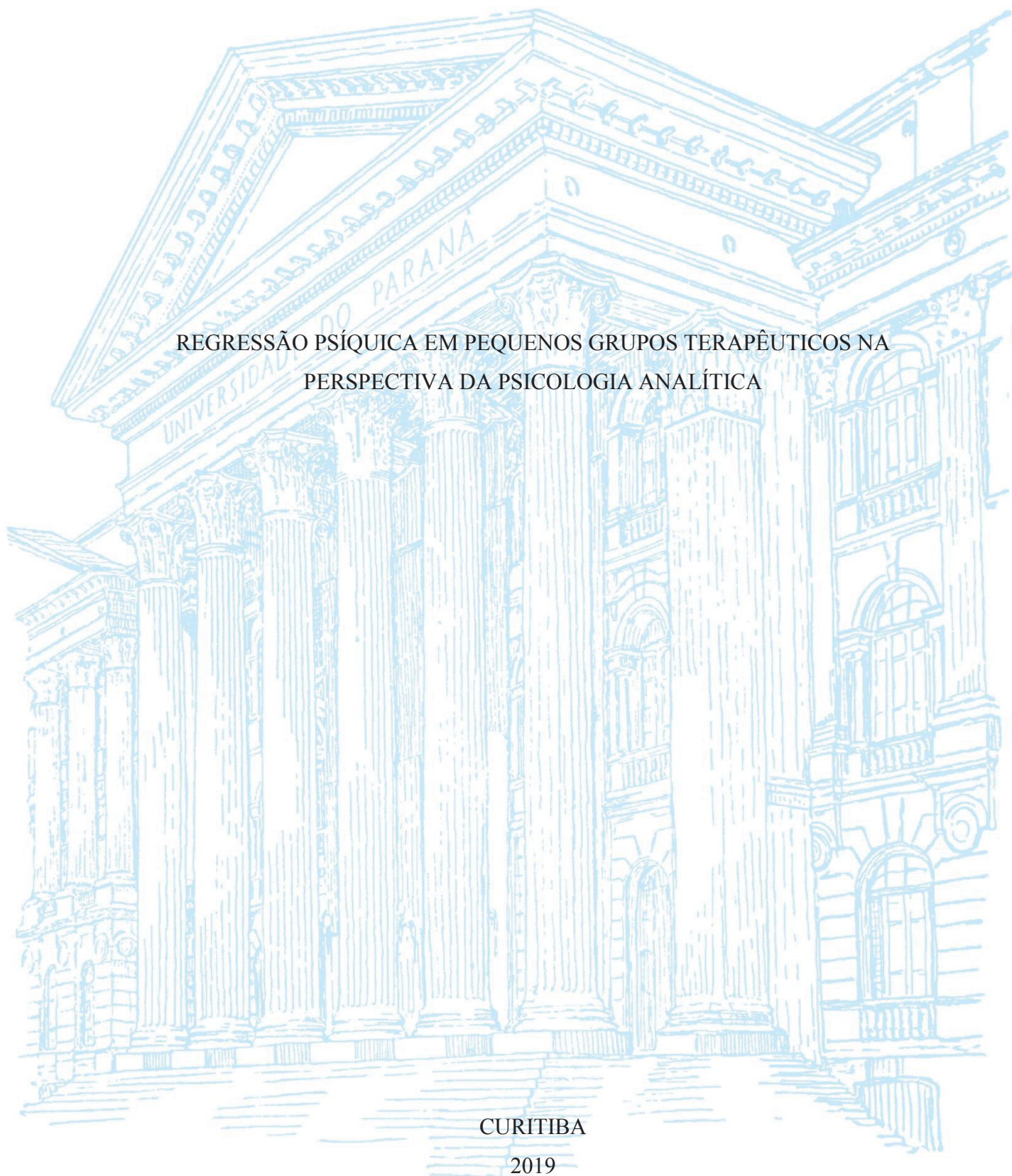
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA LUISA TESTA

REGRESSÃO PSÍQUICA EM PEQUENOS GRUPOS TERAPÊUTICOS NA  
PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA

CURITIBA

2019



ANA LUISA TESTA

REGRESSÃO PSÍQUICA EM PEQUENOS GRUPOS TERAPÊUTICOS NA  
PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Serbena

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Testa, Ana Luisa

Regressão psíquica em pequenos grupos terapêuticos na perspectiva da psicologia analítica. / Ana Luisa Testa. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Carlos Augusto Serberna

1. Psicoterapia de grupo. 2. Regressão (Psicologia). 3. Individuação (Psicologia). 4. Arquétipo (Psicologia). I. Título.

CDD – 615.851



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PSICOLOGIA -  
4000101606790

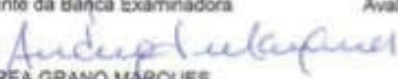
### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ANA LUISA TESTA**, intitulada: **REGRESSÃO PSÍQUICA EM PEQUENOS GRUPOS TERAPÊUTICOS NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

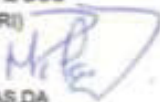
A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 04 de Julho de 2019.

  
CARLOS AUGUSTO SERBENA  
Presidente da Banca Examinadora

  
ANDREA GRANO MARQUES  
Avaliador Externo (CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE  
MARINGÁ)

  
PAULO AFRANIO SANT'ANNA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DOS  
VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI)

  
MARIBEL PELAEZ DÓRO  
Avaliador Externo (HOSPITAL DE CLÍNICAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos que me incentivaram e me apoiaram nessa jornada acadêmica, de forma direta e indireta. Familiares, amigos, colegas de profissão, analista, professores e pesquisadores que abriram o caminho para que eu pudesse continuar refinando minha formação profissional e ao mesmo tempo contribuir com o campo através desta pesquisa.

Agradeço especialmente ao meu orientador Carlos Augusto Serbena, que acreditou em meu trabalho, me guiou e me deu liberdade em grande parte dessa jornada, assim como meus companheiros de mestrado.

“Onde o conhecimento está apenas num homem, a monarquia se impõe. Onde está num grupo de homens, deve fazer lugar à aristocracia. E quando todos têm acesso às luzes do saber, então vem o tempo da democracia.”

Victor Hugo

## RESUMO

Tradicionalmente o campo da Psicologia Analítica tende a privilegiar a prática clínica individual e apresenta uma escassez teórica e prática em relação a psicoterapia grupal. Existem razões tanto históricas quanto conceituais para essa prevalência da prática individual, como a ênfase que é dada à realidade psíquica individual, assim como o modelo de individuação proposto pela escola clássica, que é compreendido essencialmente numa perspectiva intrapsíquica como um processo de transformação da libido instintual e inconsciente em espírito (cultura). Esse modelo gera uma lacuna no entendimento das influências grupais e sociais no processo de individuação. A visão clássica também estabeleceu uma correlação indiscriminada entre grupo, massa e inconsciente, no sentido de que todo grupo promoveria uma regressão à modos de funcionamento menos racionais e que poderia ativar a camada arquetípica do inconsciente, sendo isso uma possível ameaça tanto à individualidade quanto à sociedade e, sendo o indivíduo o único portador da consciência, caberia apenas a psicoterapia individual a função de protegê-lo contra a ameaça do inconsciente. Ao mesmo tempo em que pode ser ameaçador, o confronto com o inconsciente se prova fundamental no processo de individuação. Porém, tal confronto salutar, parece não ser concebido como possível num *setting* grupal, apenas no individual. Um levantamento bibliográfico sobre a regressão psíquica e sobre a ativação arquetípica nos grupos foi realizado, e através da análise conceitual foi possível discriminar as divergências teóricas encontradas, compreender seu contexto histórico, e avaliar se os argumentos apontados pela escola clássica, predominantemente refratária ao trabalho grupal, ainda se mantêm atuais. A proposta é pensar se uma psicoterapia grupal junguiana seria possível, já que esta modalidade clínica tem se mostrado eficaz em outras abordagens e poderia democratizar o acesso da população à psicoterapia.

**Palavras-chave:** Arquétipo; Grupo; Individuação; Psicoterapia de grupo; Regressão Psíquica.



## ABSTRACT

Traditionally, the field of Analytical Psychology tends to overestimate the individual clinical practice whilst there is both theoretical and practical scarcity in regards to group psychotherapy. There are historical as well as conceptual reasons to this preponderance on individual practice, as the emphasis given to the individual psychic reality, as well as the individuation model proposed by the classical school, which is essentially comprehended in an intrapsychic perspective as a process of transformation of the instinctive and unconscious libido into spirit (culture). This model generates a gap in the understanding of the group and social influences in the individuation process. The classic vision has also established an indiscriminate correlation amongst group, mass and the unconscious, in the sense of that every group could promote a regression to less rational functioning modes and that this could also activate the archetypal layer of the unconscious, being this a possible threat as to the individuality as to the society; and, being the individual the sole bearer of consciousness, only the individual psychotherapy could protect the human of the threat of the unconscious. At the same time it might look threatening, the confrontation of the unconscious is key in the process of individuation. However salutary, this confrontation does not seem to be conceived as a possibility in a group setting, but only in individual psychotherapy. A bibliographical research on psychic regression and archetypal activation in groups was conducted and, through conceptual analysis, it was possible to discriminate the theoretical divergences that were found, understand their historical concept, and evaluate if the arguments supported by the classical school, mainly based on the group theories/activities, are still up to date. The proposal is to analyze if a Jungian group psychotherapy would be possible, taking into account the group regression matter, knowing that this clinical modality has shown efficacy in other approaches and could democratize the access to psychotherapy to the people in general.

**Keywords:** Archetype; Group; Individuation; Group psychotherapy; Psychic Regression.



## LISTA DE FIGURAS

### CAPÍTULO I:

FIGURA 1: FLUXOGRAMA DE BUSCA E SELEÇÃO DE ARTIGOS NA BASE DE DADOS

SCOPUS..... 24

FIGURA 2: FLUXOGRAMA DE BUSCA E SELEÇÃO DE ARTIGOS NA BASE DE DADOS

SCIELO.....25

FIGURA 3: FLUXOGRAMA DE BUSCA E SELEÇÃO DE ARTIGOS NA BASE DAS REVISTAS ESPECÍFICAS DE PSICOLOGIA ANALÍTICA .....26

FIGURA 4: FLUXOGRAMA DE BUSCA E SELEÇÃO DE ARTIGOS NAS BASES PESQUISADAS.....27

## LISTA DE TABELAS

### CAPÍTULO I:

TABELA 1: ARTIGOS SELECIONADOS NAS BUSCAS.....38

TABELA 2: CAPÍTULOS ENCONTRADOS NA LITERATURA.....40

### CAPÍTULO II:

TABELA 1: ESTÁGIOS ARQUETÍPICOS DO DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA  
NO INDIVÍDUO E NO GRUPO.....56

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	12
1.1	<b>OBJETIVOS.....</b>	15
1.1.1	Objetivo geral.....	15
1.1.2	Objetivos específicos.....	15
1.2	<b>METODOLOGIA.....</b>	15
2	<b>CAPÍTULO I: PEQUENOS GRUPOS PSICOTERAPÊUTICOS E PSICOLOGIA ANALÍTICA.....</b>	17
3	<b>CAPÍTULO II: O FEMININO ARQUETÍPICO NAS PSICOTERAPIAS DE GRUPO.....</b>	41
4	<b>CAPÍTULO III: REGRESSÃO PSÍQUICA EM PEQUENOS GRUPOS PSICOTERAPÊUTICOS NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA.....</b>	66
5	<b>CAPÍTULO IV: CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	92
6	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	102

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da prática clínica, tanto da Psicanálise quanto da Psicologia Analítica, teve como principal objeto de interesse a psicoterapia individual. Nessas teorias, o estudo do desenvolvimento da personalidade humana se deu especialmente a partir de um viés biológico, enfocando as estruturas intrapsíquicas humanas e suas relações dinâmicas. Esse foi – e talvez ainda seja – o modelo dominante, tendo sido posta pouca ênfase na influência das dinâmicas grupais e sociais no desenvolvimento do sujeito humano na fundação dessas teorias, e por consequência não possibilitando a existência de uma psicoterapia junguiana de grupos sistematizada. Jung considerava que o trabalho clínico só poderia se dar no indivíduo porque ele era o único portador da consciência, enquanto a sociedade seria apenas um conglomerado de indivíduos. Além disso, Jung tendeu a patologizar muitos movimentos grupais, atribuindo tanto a causa quanto a solução de tais movimentos à psique individual (Alschuler, 2011).

Tal ênfase na realidade psíquica individual tem duas grandes consequências: a restrição da atuação do psicólogo junguiano prioritariamente com o indivíduo e um baixo entendimento dos fenômenos grupais, sociais e políticos através da teoria da Psicologia Analítica. As psicoterapias grupais são uma realidade e demonstram resultados efetivos. Schmidt (2011) afirma que foi na década de 1970, particularmente nos Estados Unidos, a grande expansão das psicoterapias de grupos, e consequentemente o pensar sobre a possibilidade do desenvolvimento do indivíduo no interior dos grupos. É relevante lembrar que Jung falece em 1961. Por ter uma ampla variedade de práticas grupais assentadas em diferentes teorias psicológicas, seus objetivos são distintos, mas como afirma Yalom e Leszcz (2006), existe uma particularidade nas psicoterapias grupais do foco terapêutico, que da “cura” passa a almejar o crescimento pessoal através das interações humanas. Para os autores os fatores terapêuticos promovidos pelos grupos são: instilação de esperança, compartilhamento de informações, altruísmo, recapitulação corretiva do grupo familiar, desenvolvimento de habilidades sociais, comportamento imitativo, aprendizagem interpessoal, catarse, fatores existenciais e coesão grupal. É da década de 1970, por exemplo, a publicação da obra *Grupos de Encontro*, de Carl Rogers. Nela, Rogers (2009) faz uma avaliação positiva sobre os efeitos dos grupos nos indivíduos. Entre os mais importantes, destaca: atualização do eu, determinação, comprometimento, sentimentos de aceitação e autoestima, confiança, diminuição do autoritarismo e melhora na qualidade das relações interpessoais. Outro nome importante, também deste período, é o criador dos grupos operativos: o psicanalista Pichon-Rivière. Bastos (2010) disserta sobre como o autor via nos grupos a promoção de aprendizagem: “[...] um

processo contínuo em que comunicação e interação são indissociáveis, na medida em que aprendemos a partir da relação com os outros” (Bastos, 2010, p. 161). A aprendizagem possibilita o crescimento contínuo do indivíduo, fomentando nele uma leitura crítica da realidade, de si e do outro.

Apesar da relevância do tema, é possível que as ideias contrárias de Jung a respeito dessa modalidade terapêutica tenham acarretado uma escassez de pesquisas no campo teórico científico da Psicologia Analítica em relação aos fenômenos grupais e sua influência no processo de individuação de seus membros. No entanto, dado que quase todo humano pertence a algum tipo de grupo, e que a psicoterapia de grupos é uma realidade na área da psicologia, há uma necessidade de reflexão e pesquisa sobre este tema no campo, para equipar o psicólogo condutor de grupos com uma teoria que abarque o entendimento e o manejo de um trabalho terapêutico neste contexto.

Todavia, vale recordar que teorias são como sistemas vivos e que devem se atualizar e se expandir. Pensar em como aplicar a psicologia analítica num contexto grupal demanda primeiramente um maior entendimento teórico da influência de pequenos grupos no desenvolvimento psíquico de seus membros – e por consequência no processo de individuação – adicionando à teoria da constituição da personalidade biológica, estruturalista e intrapsíquica aqueles componentes relacionais, ou seja, interp-síquicos, que não foram suficientemente elaborados durante a constituição da teoria. Acrescentando o campo interp-síquico a tarefa da individuação passa a ser concebida não somente como um processo de melhora na relação *ego-self*, mas também como um processo de melhora entre o ego e o não-ego, baseado “no reconhecimento de que nós nos tornamos pessoas através de outras pessoas que nos tratam como pessoas, e que a comunidade pode ser imaginada como facilitando nossa individuação” (Brooke, 2008, p. 36, tradução nossa).

Na atualidade ainda enfrentamos os perigos e os inconvenientes das sombras grupais, tanto quanto na Europa do século passado. O desejo de pertencer e de ter uma identidade valiosa ainda nos empurra para filiações, lealdades, e identificações ideológicas, e que para manter o grupo coeso e evitar feridas narcísicas surgem rivalidades, cismas grupais, intolerâncias e ataques ao diferente. Como então pertencer a grupos sem ter a individualidade, a autonomia e o desenvolvimento psíquico ameaçados, e sim fomentados? Um grupo terapêutico traz consigo certas características comuns a todos os grupos – como o desejo de identificação, por exemplo – mas apresenta uma peculiaridade: o objetivo em comum de expansão da consciência, reflexão e análise.

Em suma, parece que além de Jung ter concebido a possibilidade de psicoterapia apenas no contexto individual, ele também se atentou apenas aos aspectos negativos dos processos sociais (grupais) no que diz respeito ao desenvolvimento do indivíduo, e essa visão foi adotada pela maioria dos psicólogos junguianos, ainda que os conceitos de “grupo” e “massa” não pareçam estar bem distinguidos em sua obra. Um exame aprofundado sobre como os grupos contribuem no desenvolvimento individual é necessário na psicologia analítica, para que possamos avaliar seus vícios e virtudes de maneira mais objetiva. Para que novas pesquisas possam surgir, seria importante olhar para as origens da Psicologia Analítica como referência, e não como reverência, compreendendo o contexto do pensamento de Carl Jung e avaliando em que medida este se mantém atual.

A posição da escola clássica parece permanecer dominante, mas há um crescente desenvolvimento teórico na Psicologia Analítica que compreende a relevância dos pequenos grupos no campo da saúde atualmente. Então, mesmo que a posição clássica se atenha aos aspectos regressivos dos grupos, supondo que estes inevitavelmente dificultem o processo de individuação de seus componentes, se observa que outros autores defendem que tais aspectos regressivos sejam facilitadores do desenvolvimento de seus membros. Deste modo, proponho as seguintes perguntas de pesquisa: é possível fomentar a individuação do sujeito em um grupo? Em quais condições e aspectos? Tendo em vista os diferentes aspectos da individuação e salientando a presença do aspecto regressivo dos grupos, podemos colocar a seguinte pergunta de pesquisa: Em quais condições o aspecto regressivo do sujeito no grupo facilita ou dificulta seu processo de individuação?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar teoricamente a regressão psíquica em pequenos grupos terapêuticos na perspectiva da psicologia analítica.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Levantamento geral do estado da prática clínica grupal no campo da Psicologia Analítica;

Investigar a questão da ativação de conteúdos arquetípicos no interior de grupos psicoterapêuticos e sua relação com o desenvolvimento da consciência, tanto do indivíduo quanto no sistema social do grupo como um todo;

Analisar a influência dos fenômenos regressivos no processo de individuação do participante do grupo terapêutico.

## 1.2 METODOLOGIA

O presente trabalho está estruturado segundo modelo denominado escandinavo, com capítulos apresentados no formato de artigos. Devido a isto, os artigos são alocados de forma completa com sua própria estrutura de introdução, métodos, objetivo e resultados, incluindo respectivas referências. Entretanto, todas as referências utilizadas na totalidade deste trabalho estão no capítulo referências seguindo as normas da APA. Inicialmente realizou-se uma revisão estruturada sobre psicologia analítica e pequenos grupos terapêuticos. A busca se deu na literatura da área e por artigos publicados em inglês e português nas bases Scielo, Scopus e nas revistas específicas de psicologia analítica de maior relevância atualmente: *Jung Journal: Culture & Psyche*, *International Journal of Jungian Studies* e o *Journal of Analytical Psychology*, sem restrição de ano de publicação. Esta etapa encontra-se descrita no Capítulo I: “Pequenos Grupos psicoterapêuticos e Psicologia Analítica”. Após a busca e seleção dos artigos, finalizada em fevereiro de 2018, procedeu-se a revisão integrativa com o que a literatura clássica propunha em relação ao tema e foi verificado que os dois grandes argumentos clássicos contrários à tal modalidade clínica seria a questão da massificação, que operaria contra a individuação, da regressão psíquica em grupos, com rebaixamento da consciência e os perigos ativação do inconsciente pessoal e coletivo, mas que autores posteriores defendiam que a individuação poderia ser fomentada pelos grupos terapêuticos, e de que não havia uma



sistematização de uma psicoterapia grupal junguiana. Este foi aceito para publicação na Revista Brasileira de Psicoterapia em 11 de março de 2019.

Após esse levantamento do estado da arte sobre o tema, optou-se por investigar a questão da ativação do inconsciente que ocorreria em grupos nos dois artigos seguintes. No primeiro foi feito um estudo sobre a questão da ativação de conteúdos arquetípicos no interior de grupos psicoterapêuticos, através de uma análise conceitual, e sua relação com o desenvolvimento da consciência tanto do indivíduo quanto no sistema social do grupo como um todo. Esse estudo pode ser conferido no Capítulo II “O feminino arquetípico nas psicoterapias de grupo”.

Na sequência, foi feita uma análise sobre a influência dos fenômenos regressivos no processo de individuação do participante do grupo terapêutico e foi apresentada formas de manejo da regressão para os condutores de grupos. Esse artigo pode ser conferido no Capítulo III: Regressão psíquica em pequenos grupos psicoterapêuticos na perspectiva da psicologia analítica. A integração dos artigos foi realizada a partir dos resultados e das discussões apresentadas, evidenciando as principais conclusões elucidadas. Ela é descrita no Capítulo IV: “Conclusão”, que também apresenta considerações finais sobre as limitações desta pesquisa e possíveis áreas de ampliação.

## 2 CAPÍTULO I

### **Pequenos Grupos psicoterapêuticos e Psicologia Analítica**

#### **Resumo**

Jung e a Psicologia Analítica não contemplaram em profundidade o estudo da psicologia dos grupos, tendo privilegiado o estudo do indivíduo e consequentemente da psicoterapia individual. O presente artigo tem como objetivo principal fornecer um panorama descritivo das pesquisas sobre como a participação em pequenos grupos psicoterapêuticos pode influenciar no processo de individuação de seus membros, no referencial da Psicologia Analítica, e, como um objetivo secundário, recapitular e confrontar com o que a literatura da área expõe sobre o tema. Para isso, foi feito num primeiro momento um levantamento bibliográfico, em bases de dados. Os critérios de seleção do material é que fossem artigos, em português e inglês, que tratassem do desenvolvimento da personalidade no interior de pequenos grupos de desenvolvimento pessoal, na área da psicologia analítica. Num segundo momento foi feita uma pesquisa não estruturada, levantando artigos frequentemente citados e através da literatura da área. A grande maioria desses artigos menciona a dificuldade do tema no campo da psicologia analítica, especialmente pelo receio dos processos de identificação e regressão entre os membros do grupo - que para Jung operariam invariavelmente contra a individuação. Esses artigos questionam essa afirmação e apresentam possibilidades de desenvolvimento psíquico no interior desses grupos e correlacionam individuação com vida em sociedade. Eles também propõem métodos de psicoterapia grupal no referencial da psicologia analítica. Considera-se que pequenos grupos fazem parte do contexto de vida de qualquer indivíduo, e seu potencial para favorecer a individuação ainda precisa ser melhor compreendido.

**Palavras-chave:** arquétipos; grupos; individuação; psicoterapia grupal; regressão psíquica.

## INTRODUÇÃO

Jung não privilegiou o estudo a respeito da psicologia de grupos, tendo focado seu interesse na psicologia do indivíduo e no desenvolvimento de sua personalidade através da análise individual. “Jung desconfiava dos grupos e de seu poder para induzir regressão, e mesmo assim ele nunca explorou as formas como os indivíduos poderiam conscientizar-se das influências grupais e, portanto, contribuir para as funções construtivas do grupo” (Kirsch & Spradlin, 2006, p. 357, tradução nossa).

Mas, como dito anteriormente, Jung desconfiava das influências dos grupos na vida psíquica do indivíduo, e Freitas (1995) afirma que sua resistência se deu em função dos riscos de regressão psíquica, com marcada redução de consciência e de individualidade, pois os grupos poderiam promover infantilização, dependência mútua, perda da autonomia, submissão ao líder, massificação, contágio psíquico, baixa de defesas egóicas, possessão por arquétipos, diminuição da responsabilidade pessoal, aumento da sugestibilidade e, conseqüentemente, um entrave para o processo de individuação.

Essa perspectiva acabou sendo adotada pela maioria dos psicólogos junguianos sem muitos questionamentos e, aparentemente, poucos se dedicaram a compreensão do desenvolvimento do indivíduo no interior de pequenos grupos. Ao pesquisar “grupos” em psicologia analítica os resultados predominantes são artigos referentes à psicoterapia de grupos que, apesar de não ser o único tipo de configuração grupal que tenha como objetivo o desenvolvimento psíquico de seus membros, podem fornecer um panorama sobre como se daria a influência dos grupos no desenvolvimento do indivíduo.

Possivelmente por conta de sua visão a respeito da influência grupal na psique do indivíduo Jung, de acordo com Hall (1995), não apoiou a psicoterapia de grupos. Seu posicionamento fica bastante explícito em cartas trocadas com Hans Illing (1957): “Como um médico, eu considero qualquer distúrbio psíquico, seja neurose ou psicose, como uma doença do indivíduo; o paciente precisa ser tratado de acordo com isso” (p. 78, tradução nossa). Nas cartas ele reforça os perigos dos aspectos regressivos dos grupos e salienta que, ainda que bons resultados pudessem ser alcançados através da psicoterapia grupal, o custo disso seria a dependência moral e mental do indivíduo. “[...] todas as pessoas fracas e inseguras querem participar de clubes e organizações [...]” (p. 79, tradução nossa). “Quando cem cabeças espertas entram em um grupo, um gigante palerma é o resultado” (p. 80, tradução nossa). “Virtudes reais

são relativamente raras e se constituem usualmente de conquistas de indivíduos. Preguiça moral e mental, covardia, preconceito e inconsciência são dominantes” (p. 80, tradução nossa).

As conclusões que ele apresenta nessas cartas (Illing, 1957) são de que a única função da psicoterapia grupal seria a educação social do ser humano; que esta modalidade de psicoterapia não substitui a análise individual, mas que, no entanto, poderia ser complementar; e, finalmente, que mesmo sendo em um pequeno grupo ela possuiria riscos de coletivizar o indivíduo ao invés de promover seu desenvolvimento. Essas conclusões parecem acertadas mas, caso fosse possível compreender como evitar ou amenizar esses riscos de coletivização, a psicoterapia grupal poderia ser desenvolvida no campo junguiano.

Esse mesmo posicionamento aparece em um memorando escrito em 1948, destinado à Unesco, onde coloca que a psicoterapia é um procedimento dialético e que sua aplicabilidade e eficácia restringem-se fortemente ao indivíduo. “[...] Não se pode esperar muito da aplicação desse método a um grupo. A mudança de atitude nunca começa pelo grupo, mas apenas pelo indivíduo” (Jung, 2011).

Num texto sobre a psicologia do renascimento – publicado pela primeira vez em 1939 e revisado em 1950 - Jung (2007) discorre sobre alguns fenômenos de transformação da personalidade e cita como um desses a identificação do indivíduo com um grupo. Nesse texto os termos grupo e massa são utilizados indiscriminadamente, mas para um maior esclarecimento seria importante apontar que ele trata de fenômenos de massa, pois nem todo grupo é massificado. Jung coloca que na massa aquilo que é experimentado como transformação da personalidade seria apenas devido à processos de identificação inconsciente entre seus membros, e que estas seriam bem distintas daquelas vividas individualmente: “Trata-se mais exatamente da identificação de um indivíduo com um certo número de pessoas que tem uma vivência de transformação coletiva” (p. 130). Essa identificação criaria um certo estado de ânimo peculiar, uma emoção compartilhada de uma experiência de transformação que apenas vagamente se assemelha a transformação individual. Inclusive, em grupo seria mais fácil experimentar tal vivência transformadora pois, além do indivíduo estar aberto ao poder da sugestão, essas vivências ocorreriam em um nível de consciência inferior. Além disso, tais transformações tenderiam a não perdurar, ficando o indivíduo dependente do grupo para experimentar tais estados extáticos – a embriaguez da massa - que poderiam trazer riscos para ele e para a sociedade. “Quando se dá um estado emocional intenso, dizemos ou fazemos coisas que ultrapassam a medida usual. [...] Grupos, comunidades e até mesmo povos inteiros podem ser tomados por epidemias psíquicas” (p. 272).

O que isso significa é que além dessas transformações em grupo serem insustentáveis, parece que se tratam mais de estados emocionais intensos devido à identificação regressiva e ao rebaixamento da consciência do que propriamente ao desenvolvimento individual. A experiência da autonomia manifesta do inconsciente – reações involuntárias que perturbam ou mesmo suprimem a consciência – possuem elevada carga afetiva e quanto mais violento for tal afeto tanto mais se aproximaria do patológico na visão de Jung (2007).

Um dos poucos argumentos utilizados por Jung (2007) nesse texto a favor dos grupos – lembrando que neste contexto ele não se refere à grupos terapêuticos, mas sim a grupos massificados - seria a sensação de pertencimento, promovida pelos mesmos. Ela seria capaz de promover experiências positivas, pois a comunidade pode incentivar o indivíduo, estimular sua coragem, sua dignidade, assim como acolhê-lo solidariamente. Mas logo que reconhece esses méritos do sentimento de pertencimento, Jung já alerta seu leitor que o mesmo pode obviamente confundir o indivíduo, que passaria a exigir como um direito coisas que individualmente não seria capaz de conquistar através do próprio esforço, e passaria a demandar que outros indivíduos, governantes e líderes provejam suas necessidades – ou seja – o pertencimento inevitavelmente infantilizaria o indivíduo através da regressão para formas de relacionamento familiares.

Essa perspectiva contrária a respeito da possibilidade de uma salutar transformação da personalidade em grupos provavelmente se assenta no pressuposto de que esta demanda a separação – ao menos psíquica – entre homem e sociedade e entre ego e inconsciente. Neste caso podemos argumentar que em um grupo não massificado esta possibilidade poderia estar preservada.

Em suma, Jung deixou claro seu posicionamento receoso não só a grupos de uma maneira geral, mas também especificamente às psicoterapias de grupo, em razão do rebaixamento que estes poderiam provocar na consciência do sujeito e por não considerar as transformações da personalidade em grupo verdadeiras e sustentáveis. Ainda assim ele, tal como Whitmont (1964) e Hall (1995), consideram que a psicoterapia de grupo poderia ser complementar à análise individual, talvez essa como uma suposta proteção a perda da individualidade do sujeito. E este parece ser o ponto fundamental: estar em grupo sem estar massificado.

Outros autores, com por exemplo Yalom e Leszcz (2006), Hobson (1964) e Boyd (1991) afirmam que o processo de transformação pessoal através das psicoterapias grupais seria tão

efetivo quanto nas psicoterapias individuais, desde que os grupos recebam análise apropriada. E quando considera-se aspectos pragmáticos de que a psicoterapia grupal poderia democratizar o acesso da população ao serviço psicológico, ou que serviria como uma porta de entrada, ou então como Whitmont (1964) frisa – um espaço de laboratório para os participantes - parece ser esta uma modalidade de atendimento que mereça mais espaço em pesquisas, na formação do psicólogo junguiano e na prática.

Vale ressaltar que no período em que Jung desenvolve sua teoria psicológica a psicoterapia de grupos encontrava-se em estado germinal. Deste modo quando Jung se posiciona contra não se sabe exatamente como ele a imaginava. Nas cartas trocadas com Hans Illing (1957), em que o tema era psicoterapia de grupos, vê-se que nenhum dos exemplos que Jung fornece se relaciona à grupos terapêuticos tais como concebidos hoje.

De acordo com Bechelli e dos Santos (1994) a psicoterapia de grupos passa por um período de configuração e desenvolvimento entre 1907-1950 nos Estados Unidos e foi iniciada com Joseph H. Pratt, através de um grupo de apoio para doentes de tuberculose que não podiam arcar com os custos do tratamento. Esse grupo tinha uma função predominantemente educacional e uma função de apoio emocional entre pares. Ao trabalhar em grupo com esses pacientes Pratt pode oferecer a assistência necessária com uma maior eficácia em relação aos recursos disponíveis (tempo, espaço, profissionais, etc.) e os trabalhos em grupo passaram a ser amplamente adotado nos anos seguintes por diversas instituições de saúde mental (Yalom & Vinogradof, 1992). Para Rasera e Rocha (2010) esse aspecto pragmático das psicoterapias grupais vão ao encontro das demandas atuais encontradas nos serviços públicos de saúde mental e democratizam seu acesso. Concomitante a Pratt, ainda segundo Bechelli e dos Santos (1994), na Europa Moreno começava a desenvolver em Viena aquilo que se tornaria seu método de trabalho: a psicoterapia de grupos e o psicodrama.

Os anos entre 1951 e 2000 são considerados, de acordo com Bechelli e dos Santos (1994) a segunda fase na história das psicoterapias de grupo - o período de expansão, consolidação e amadurecimento. Nesse período – especialmente na década de 1970 - há um grande aumento no número de publicações sobre o tema e variabilidade nos formatos, objetivos e teorias de base nas práticas grupais. É desta época por exemplo os trabalhos de Carl Rogers e Pichon-Rivière. Jung falece em 1961 e as cartas trocadas com Hans Illing especificamente sobre psicoterapia de grupos ocorreram nos meses de janeiro e fevereiro de 1955.

Hoje podemos considerar que a psicoterapia de grupos é uma realidade e que tem sido amplamente utilizada. Rogers (2009) propôs os grupos de encontro e fez uma avaliação positiva sobre seus efeitos nos participantes. Entre os mais importantes, destacou: atualização do eu, determinação, comprometimento, sentimentos de aceitação e autoestima, confiança, diminuição do autoritarismo e melhora na qualidade das relações interpessoais. Já o psicanalista Pichon-Rivière, de acordo com Bastos (2010), via nos grupos um lugar propício para o desenvolvimento da consciência através de um contínuo processo de aprendizagem a partir da relação com o outro.

Como a experiência de outros autores da psicologia de grupos parece contradizer as ideias de Jung, e considerando-se as diferenças conceituais dessas teorias sobre o humano, ficam as seguintes questões: Seria possível preservar a individualidade em grupo? Seriam os processos regressivos sempre negativos para o desenvolvimento do indivíduo? Grupos apenas operam através da regressão? Pode o campo da psicologia analítica continuar refratário a trabalhos com grupos? Para iniciar uma tentativa de responder a tais perguntas, o objetivo deste trabalho é abordar o pensamento pós-junguiano atual sobre a questão de pequenos grupos de transformação pessoal e individuação, através da revisão bibliográfica dos artigos publicados dentro deste tema.

Com o que foi posto não intenciono insinuar que Jung estivesse enganado em sua perspectiva a respeito dos grupos, pois grupos podem sim ser um perigo à individualidade de seus membros e até mesmo a sociedade como um todo. Apenas provocar uma relativização da ideia e convidar o campo a questionamentos. O próprio Jung nos convidou a não sermos junguianos e desta forma seguir no desenvolvimento teórico. Em seu prefácio ao livro de Erich Neumann (1995), datado de 01/03/1949, Jung diz: “[...] tornou-se claro para a mim a magnitude das desvantagens dos trabalhos pioneiros [...] e a pior desvantagem de todas é o pioneiro só saber posteriormente daquilo que deveria ter sabido antes. A vantagem da segunda geração é ter um quadro mais claro [...]. Assim advertido e preparado, pode um representante da segunda geração alcançar as conexões mais distantes, deslindar problemas e fazer um relato coerente do campo de estudo como um todo, cuja visão geral o pioneiro só poderá obter no final do trabalho sua vida “(p. 11).

Aparentemente a possibilidade de preservação e desenvolvimento da consciência individual é a chave para que os grupos também possam ser bem vistos por esse campo, pois isto afastaria o fantasma da massificação grupal. Um exame aprofundado sobre como os grupos



contribuem no desenvolvimento individual é necessário, para ampliar também o entendimento do papel da sociedade na construção do indivíduo e no processo de individuação. Parece fundamental ampliar o entendimento sobre os processos regressivos que operam na psicologia dos grupos e sua relação com o desenvolvimento humano para que tenhamos uma visão mais justa dos fenômenos grupais, assim como para instrumentalizar o psicólogo que conduz trabalhos grupais para lidar com os mesmos.

## MÉTODO

Para a presente pesquisa foi realizada um levantamento nas seguintes bases de dados: Scopus e Scielo, com os seguintes critérios de restrição: artigos; idiomas – inglês e português; área – psicologia. Também foram consultadas as bases das três publicações junguianas mais influentes na atualidade: Jung Journal: Culture & Psyche, International Journal of Jungian Studies e o Journal of Analytical Psychology, mas sem critérios iniciais de restrição, por serem bases de revistas especializadas no campo da Psicologia Analítica, em inglês. Período das buscas: fevereiro de 2018. A seleção dos artigos apresentados nos resultados foi feita através do título e do resumo. Foram selecionados aqueles que tratavam de pequenos grupos de desenvolvimento psíquico, enfocando seus efeitos no desenvolvimento psíquico de seus membros, no referencial da Psicologia Analítica. Foram excluídos aqueles que tratavam da psicologia de grandes grupos e massas, assim como de grupos no sentido de classes de pessoas. Não foi levado em conta ano de publicação. Posteriormente também foram realizadas buscas não estruturadas, por artigos específicos encontrados nas referências daqueles levantados anteriormente e na literatura da área.

Os seguintes termos foram pesquisados na base Scopus, restritos aos campos resumo, título e palavras-chave: *Analytical Psychology AND Group*; *Jung AND Group*; *Anima OR Animus AND Group*; *Hillman and Group*; *Archetypical Psychology AND Group*; *Shadow AND Group*; *Persona AND Group* e *Individuation AND Group*. No campo de busca por autores foi pesquisado Louis Zinkin.

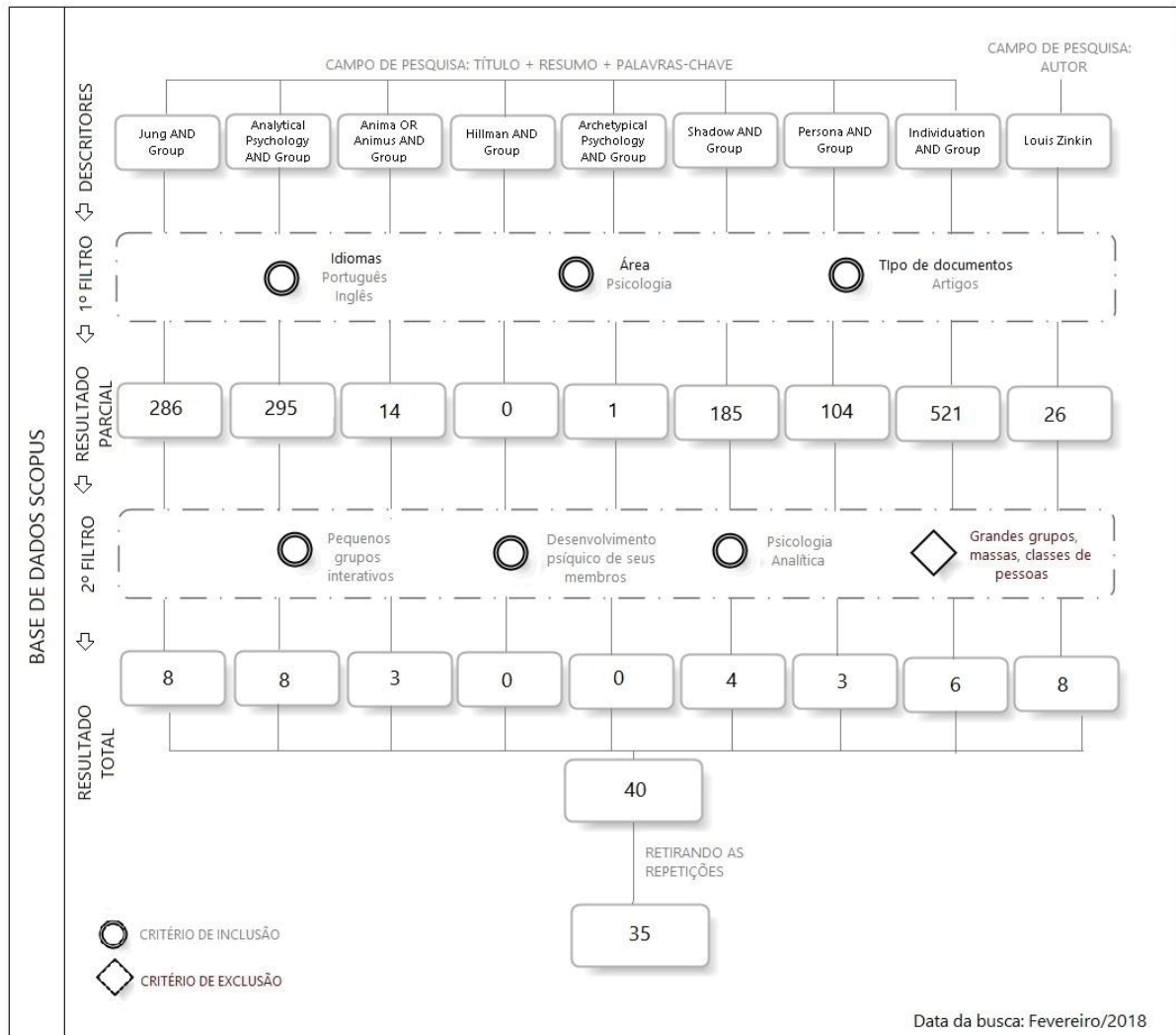


Figura 1: fluxograma de busca e seleção de artigos na base Scopus.

Na base Scielo (scielo.org) os seguintes termos foram pesquisados: Grupo AND Psicologia Analítica; Grupo AND Jung; Individuação AND Grupo; Sombra AND Grupo; Persona AND Grupo Psicologia Arquetípica AND Grupo e Hillman AND Grupo.

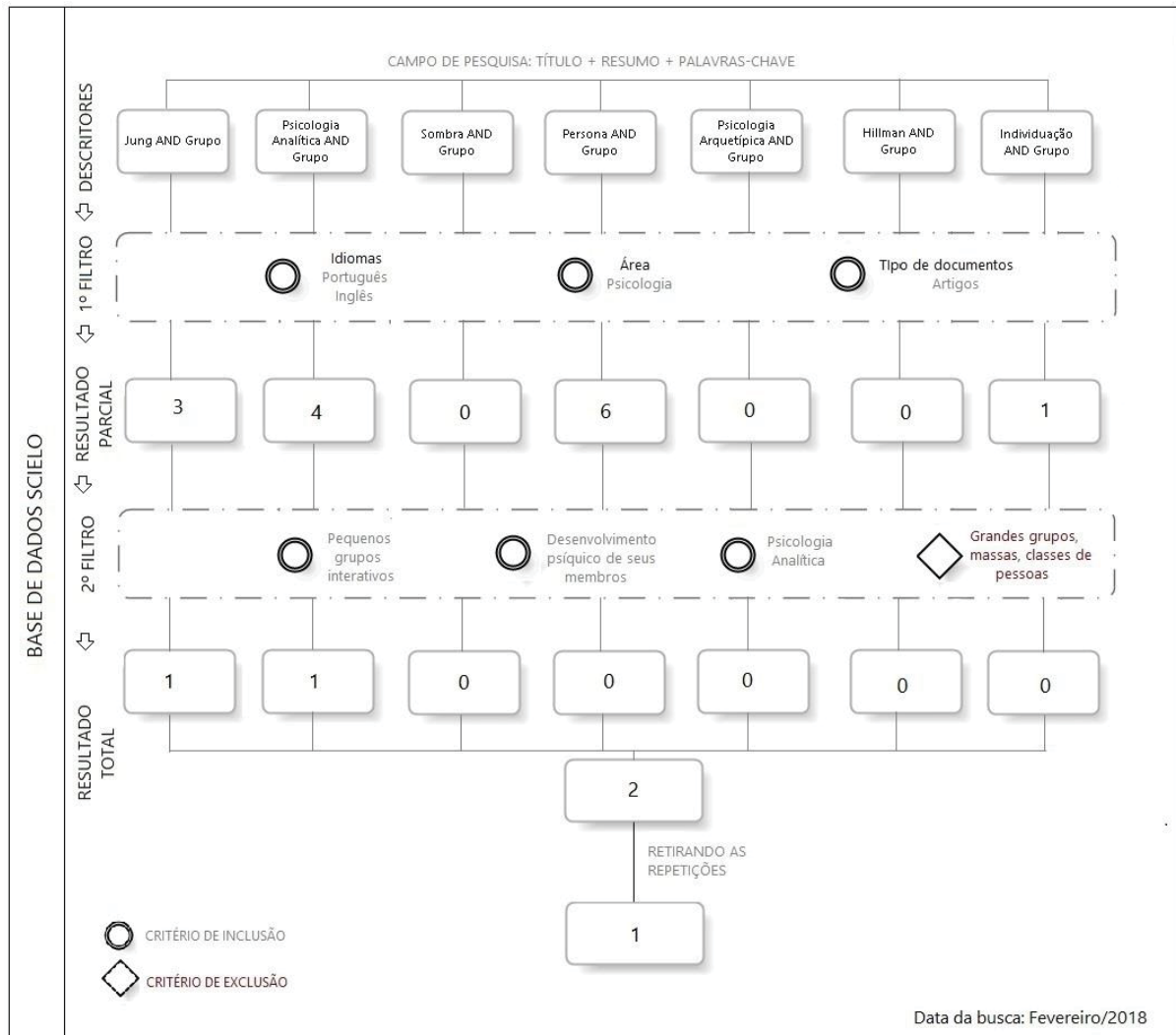


Figura 2: fluxograma de busca e seleção de artigos na base Scielo.

Na base da publicação Jung Journal foi pesquisado o termo Group, em todos os campos e obtidos 518 resultados parciais. Após seleção com critérios de pequenos grupos, seus efeitos no desenvolvimento psíquico de seus membros, excluindo grupo como classe e grandes grupos, 2 foram selecionados. Na base da publicação Journal of Analytical Psychology foi pesquisado também o termo Group, no campo título. Sem filtros. Obtivemos 16 resultados. Após critérios foram selecionados 10 artigos. Na base da publicação International Journal of Jungian Studies foi pesquisado o termo Group, em todos os campos, gerando 92 resultados. Após critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 2 artigos.

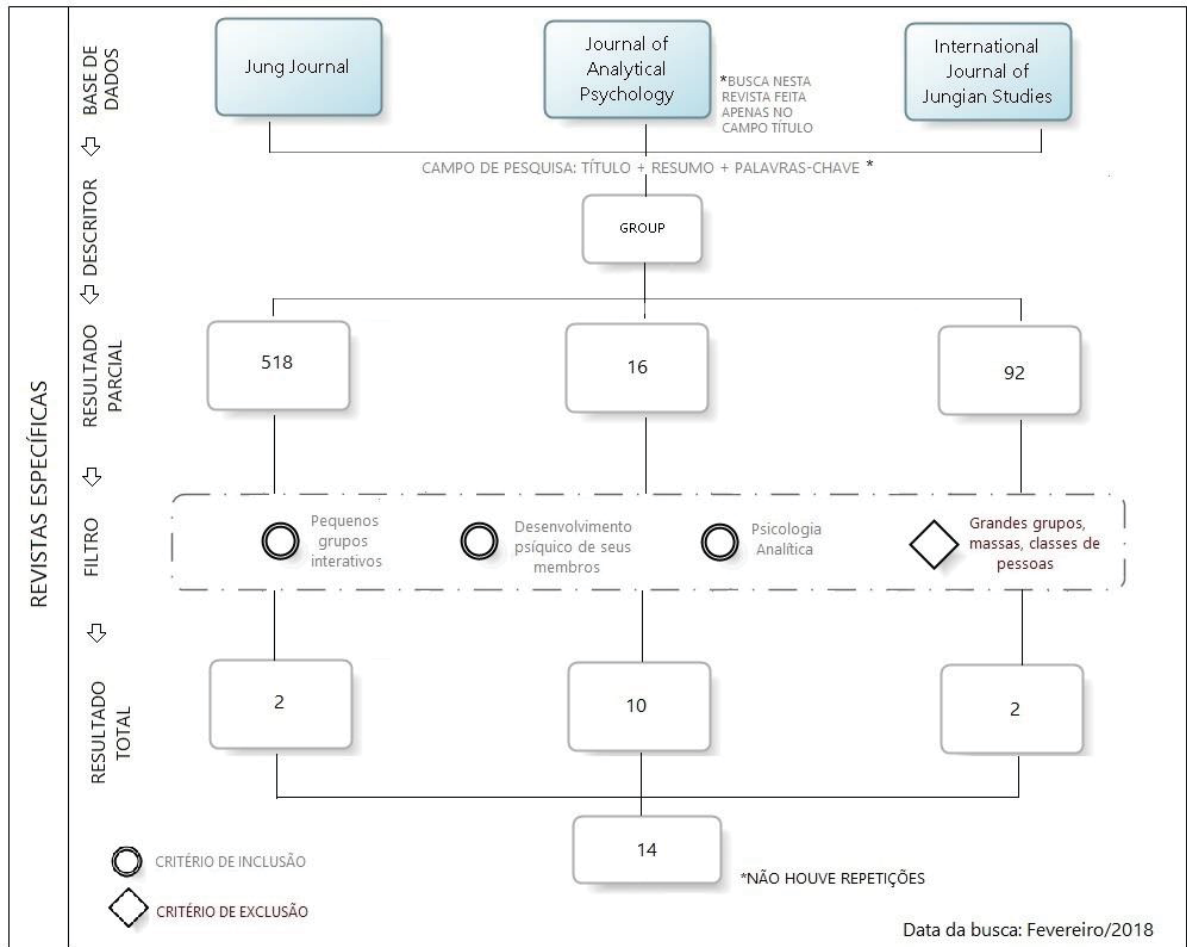


Figura 3: fluxograma de busca e seleção de artigos nas bases de dados das revistas específicas.

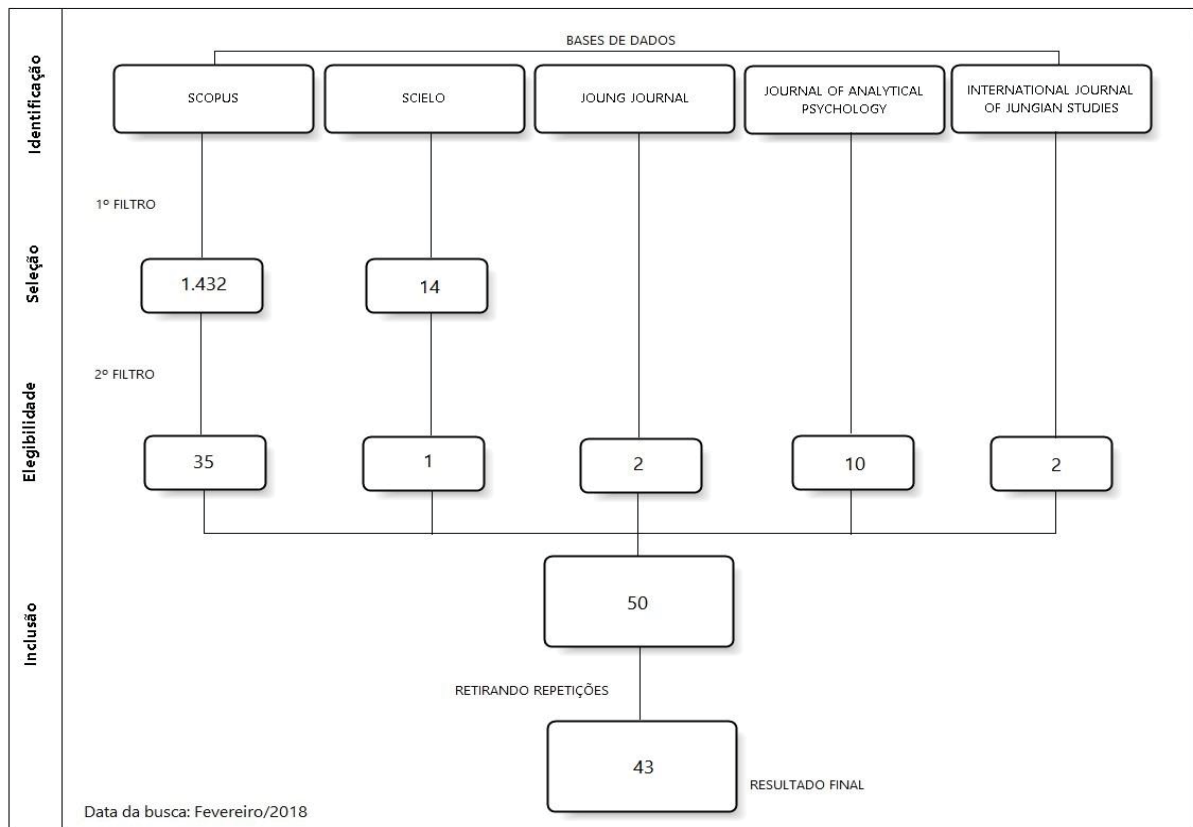


Figura 4: fluxograma de busca e seleção dos artigos nas bases pesquisadas.

Após o levantamento estruturado e não estruturado serão apresentados na discussão, através de uma revisão integrativa, os dados mais relevantes e comuns nos artigos encontrados e estes serão confrontados com a literatura clássica.

## DISCUSSÃO

### Individuação e grupos

A partir dos artigos levantados foi possível perceber três importantes pontos a respeito das psicoterapias de grupo numa perspectiva junguiana. O primeiro é uma posição positiva dos autores a respeito da possibilidade de individuação no interior desses grupos e o segundo o reconhecimento de alguns dos principais autores da presença de tendências regressivas nos mesmos, por conta de seu caráter tipicamente maternal e acolhedor, mas com uma compreensão mais abrangente do papel que esses elementos desempenham nas transformações individuais que ocorrem no interior dos grupos. O terceiro ponto é que ainda não existe um método junguiano sistematizado de análise de grupos, mas sim algumas possibilidades interessantes.

Começando pela primeira constatação: a possibilidade de desenvolvimento psicológico no interior de pequenos grupos. Primeiramente veremos como Jung trata essa possibilidade e em seguida a contraposição feita por autores posteriores. A individuação é um dos conceitos centrais na teoria analítica e pode ser compreendida como a realização da personalidade total originária, – o *self*.

Apesar de ser um ideal e, portanto, inalcançável, a meta final da individuação seria a atualização do *self* como um todo. Desta forma o *self* seria portanto o resultado do processo, mas ao mesmo tempo – como um agente organizador inconsciente – é o impulso orientador da individuação, reciprocamente regulando os vários componentes da personalidade (Fiumara, 1989, p. 179, tradução nossa).

Jung (2008a) defende que a individuação impulsiona o homem para o incomum, para o emancipar-se das massas, dos grupos e de seus caminhos. Neste texto, decorrente de uma conferência dada por ele em 1932, a palavra grupo deve ser compreendida como sinônimo de massa e coletividade. Para Jung, somente assim, separando-se do comum, o homem possuiria uma personalidade verdadeira, pois obedeceria à sua própria lei e dela não poderia esquivar-se. Em outras palavras, um processo de adaptação ao mundo interno.

A grandeza das personalidades históricas jamais consistiu em submeterem-se incondicionalmente às convenções, mas ao contrário, em se libertarem e se livrarem das convenções. As personalidades se destacaram da massa como picos de montanhas e escolheram seu próprio caminho, enquanto a massa se apegava a tudo o que é coletivo: temores, convicções, leis e métodos (Jung, 2008a, p. 298).

Em outro texto, datado de 1916, Jung (2011) diz que a individuação e a coletividade são um par de opostos, dois destinos divergentes. Que a exigência do grupo social perante o indivíduo é que ele trilhe caminhos autorizados e validados pela coletividade, através da imitação e da identificação. E a individuação retiraria a pessoa da coletividade. No entanto, isso não pode ser compreendido de maneira literal, e sim em termos de separação psíquica – um humano, em meio a outros humanos, sem no entanto confundir-se com o pensamento coletivo.

Esses textos deixam explícita a visão de Jung sobre os efeitos negativos do grupo social no processo de individuação do sujeito – que como é concebido como um processo de adaptação ao mundo interno, para ele individuação e coletividade seriam caminhos irreconciliáveis. Porém isso deve ser pensado no contexto de grupo como sinônimo de massa, coletivizado, mas é preciso considerar que nem todo grupo opera desta maneira.

Inegavelmente os grupos estão na base da constituição psíquica do humano. Hobson (1959), Fiumara (1989) e Zinkin, Gordon e Haynes (2017) defendem que o processo de desenvolvimento psíquico depende, em qualquer idade, de complexos padrões de relacionamentos grupais. Hobson (1964) estranha que o campo da Psicologia Analítica tenha evitado aplicar seus princípios ao contexto grupal, já que a relação entre indivíduo e grupo social é inerente à noção de inconsciente. Seria a partir do social – ou do inconsciente – que o indivíduo emerge através do processo de diferenciação e individuação. “Sociedade é a realidade primária a qual é anterior ao indivíduo e, assim como a consciência se desenvolve a partir do inconsciente, o indivíduo se desenvolve a partir da sociedade” (p. 25, tradução nossa).

Para corrigir essa lacuna entre os princípios da Psicologia Analítica e o desenvolvimento da personalidade também a partir do social Samuels (1989) afirma que é preciso correlacionar o processo de individuação aos grupos e a vida em sociedade, pois não existe qualquer contrassenso teórico nesta relação. A individuação é um processo ao mesmo intrapsíquico e interpssíquico, marcado por uma melhora na capacidade de relacionar-se com componentes não egóicos. Assim sendo, pra Zinkin et al. (2017) a individualidade só pode existir se existir primeiramente na cultura, pois a sociedade não só ameaça o indivíduo mas também o cultiva e é cultivado por ele, sendo o convívio humano e o diálogo condições primárias para a individuação, por possibilitar a diferenciação entre ego e não-ego e sínteses entre os elementos. Como bem aponta Whitmont (1964) antes de sermos capazes de dialogar com as figuras do mundo interno é preciso dialogar com as figuras do mundo externo.

Freitas (2005) e Fiumara (1989) ressaltam também a importância da vivência dos papéis sociais na constituição psíquica do indivíduo. À medida em que as relações interpessoais vão se estabelecendo o indivíduo pode ir se diferenciando pelos predicados que lhes são atribuídos. Esses podem lhe garantir uma definição, um status, que lhe permitiria mover-se livremente na sociedade através de seus papéis. Entretanto, ao mesmo tempo, essas mesmas relações podem massificá-lo e aliená-lo, dependendo de uma série de fatores.

Então parece ser possível afirmar que grupos fazem parte do desenvolvimento psíquico de todo ser humano, sejam eles grupos primários - tais quais a família, ou grupos secundários - organizações, clubes, escolas, e assim por diante. Zinkin et al. (2017) lembra que a consciência não é apenas ameaçada pelo inconsciente e pelo grupo, mas também nutrida por ambos. A adaptação psicológica ao mundo externo e, portanto, aos valores coletivos, é de fundamental importância nesse processo e isso não significa necessariamente que a adaptação ao mundo interno será dificultada pela sociedade. Mesmo Jung, apesar de privilegiar a adaptação ao



mundo interno no processo de individuação, não desconsidera a importância da sociedade nesse processo: “O indivíduo é obrigado, por exigência da coletividade, a comprar sua individualidade através de uma obra equivalente em favor da sociedade” (Jung, 2011, p. 26).

Empresto de Boyd (1991) o parágrafo abaixo como resumo desta primeira parte:

[...] existe suporte tanto teórico quanto empírico para a afirmação que a participação em pequenos grupos tem o potencial de facilitar os processos de individuação, apesar da difundida relutância entre muitos psicólogos de abordagem analítica em aceitar esta tese. Suas objeções parecem presumir que o pequeno grupo interativo permanece como uma massa indiferenciada que induz uma perigosa regressão e conformismo entre seus membros. Existe pouca dúvida de que, caso não seja conduzido propriamente, o pequeno grupo possa e manifeste essas características indesejáveis, mais atribuídas a multidão ou ao populacho. Contudo, como temos visto, quando conduzido por líderes habilidosos, o pequeno grupo interativo pode e trabalha através dessas influências potencialmente destrutivas. O resultado é um contexto social que eleva o potencial para que transformações ocorram entre seus membros. Dado o potencial do pequeno grupo interativo para contribuir com transformações naturais nos compete compreender melhor as dinâmicas subjacentes desses grupos e a forma como essas dinâmicas podem tanto facilitar quanto impedir o processo de desenvolvimento entre seus membros (p. 45, tradução nossa)

### **O caráter feminino, regressivo e transformador dos grupos: da Grande Mãe ao mito do Herói**

A segunda constatação feita a partir do levantamento dos artigos é o reconhecimento por grande parte dos autores sobre o caráter feminino dos pequenos grupos, que induzem o indivíduo à regressão, mas que isso só seria um problema caso houvesse uma fixação nesse funcionamento, levando à estagnação de seu processo de individuação. Whitmont (1964), Boyd (1991), Fiumara (1989), Zinkin (1989a), (1989b) e salientam que o caráter maternal e feminino dos grupos se relaciona diretamente com sua capacidade de instaurar uma experiência que pode ser chamada de protetora ou de contenção numa comunidade. O grupo social, tais como a comunidade, o clã, a família, etc. serve primeiramente como uma matriz para o desenvolvimento do indivíduo, que tende a ficar inconsciente caso permaneça num estado de identificação. Em seu aspecto positivo, a identificação provê um senso de segurança e proteção, e em seu aspecto negativo acaba por ameaçar a individualidade e a consciência de seus membros.

Para Whitmont (1964) o caráter feminino dos grupos favorece um tipo de transformação distinta daquela promovida pela análise individual, tipicamente masculina. Enquanto os mistérios masculinos são ordenados num espaço espiritual abstrato, os mistérios femininos são mais conectados a materialidade, no aqui e no agora, através da realidade diária. Essa concretude ctônica, do menor ser contido no maior, caracteriza a atmosfera da experiência analítica grupal em contraste com a análise individual. Tal constatação reforça a ideia de que trabalhar em grupos seria um complemento à análise individual.

O caráter feminino e transformador dos grupos é reconhecido também por Zinkin (1989a) e Zinkin et al. (2017). O grupo seria, em seu aspecto feminino de contenção, suporte e nutrição - o continente. E nele conteúdo e continente se transformariam reciprocamente, de forma análoga à relação entre consciente e inconsciente. O maior contém o menor, e como Edinger (2010) coloca, o ego pode dissolver-se no inconsciente e ter sua individualidade ameaçada, mas também pode banhar-se com fins de renovação, em mútua transformação. “Pensavam os alquimistas que uma substância não poderia ser transformada sem antes ter sido reduzida à *prima materia*” (Edinger, 2010, p. 67). Essa redução da substância a *prima materia* equivaleria, em termos psicológicos, a uma dissolução parcial da consciência e uma regressão a um estado mais inconsciente, indiferenciado, como condição necessária para transformação da personalidade. Em outras palavras: os aspectos regressivos possibilitariam o desaparecimento de um modo de ser do ego para que uma forma regenerada possa surgir.

Para Edinger (2010) quando o fenômeno da dissolução parcial do ego através da regressão ocorre num grupo isto significaria que o *self* está sendo experimentado como uma projeção, e ele – projetado ou não - seria o agente desta dissolução. Tal fenômeno provoca “a coletivização do indivíduo, cujas características ímpares são dissolvidas por uma identificação com o novo ponto de vista” (p. 79). Porém a dissolução, em seu aspecto superior, seria a possibilidade da redução do ego como um prelúdio ao posterior surgimento de uma personalidade mais ampla, vinculada ao *self*.

Nas mitologias, de acordo com Zinkin (1989b) esse aspecto contenedor e transformador do grupo é representado por um continente mágico, um vaso ou cálice miraculoso, que opera transformações. Em outro texto Zinkin et al. (2017) discorre sobre a ênfase que a psicologia analítica tem dado à necessidade de voltar-nos ao feminino. E o que faz com que um grupo seja um continente que facilite a transformação seria seu aspecto feminino estabelecido pelo *setting*.

Então, desde que os membros não se fixem nos aspectos regressivos do grupo, esta dissolução de aspectos egóicos não vinculados ao *self* seria uma das condições fundamentais para a ocorrência da individuação. Hobson (1964) e Boyd (1991) ressaltam que esses aspectos regressivos do grupo são eventualmente necessários para a retomada de desenvolvimento da personalidade. Para Culbert-Koehn (1997) essa possibilidade de que episódios regressivos façam parte do desenvolvimento psicológico normal do indivíduo até é reconhecida no meio junguiano, ao mesmo tempo em que a fixação nessa condição (fixação na mãe) é altamente temida. Jung (2008c) coloca claramente que a regressão não se trata necessariamente de uma involução ou uma degradação psicológica, e sim uma fase da evolução, e que só se poderia falar em involução caso houvesse uma estagnação em tal estado.

Robert Boyd (1991) atenta à questão regressiva do arquétipo da Grande Mãe em grupos e trabalha especialmente com o desenvolvimento da consciência nos mesmo e observou que o sistema social de um grupo vai enfrentando as etapas arquetípicas do desenvolvimento da consciência, propostas por Neumann (1995), e deve necessariamente evoluir da Grande Mãe para o Nascimento do Herói. Caso contrário, como salientado anteriormente, o desenvolvimento da consciência se estagnaria e tanto grupo quanto indivíduo teriam problemas para lidar com as demandas da realidade. Então, apesar de salientar o caráter materno dos grupos, afirma que este pode – e deve - ser transformado a medida em que o grupo progride em seu desenvolvimento.

Para Whitmont (1964) e Freitas (1995) os membros de um grupo terapêutico podem aprender a se proteger contra a possibilidade de terem suas individualidades dissolvidas pela identificação regressiva, pois no *setting* terapêutico cada participante tem a oportunidade de se afirmar e de ser confirmado pelos outros integrantes e, deste modo, o grupo favorece o desenvolvimento da alteridade protegendo seus membros da dissolução da consciência e criando uma imunidade ao contágio psíquico das massas.

Pelos trabalhos que foram levantados, parece que a psicoterapia de grupo pode favorecer o processo de individuação de seus membros desde que não haja uma fixação em modos mais infantilizados ou regredidos de funcionamento. Mas a regressão em si não pode ser considerada o problema, pois faz parte do desenvolvimento normal do indivíduo. Veremos a seguir os métodos de análise de grupos propostos pelos artigos selecionados, que por seus pressupostos teóricos mais se aproximariam de uma análise junguiana de grupos.

### **Psicoterapia de grupos junguiana**

A análise junguiana, seja no trabalho individual ou grupal, adota uma perspectiva simbólica e, segundo Samuels (1989), a teoria do *self*, como continente e regulador de todas as partes distintas da personalidade, é aplicável também à psicologia dos grupos. Porém, segundo Zinkin (1983) e Hobson (1964) há um consenso entre muitos autores dos artigos levantados sobre a falta de um método sistematizado para uma psicoterapia de grupo junguiana

De acordo com Willeford (1967) os psicólogos da área tentam descrever as dinâmicas dos grupos terapêuticos em termos de modelos considerados arquetípicos e simbólicos. Essa ideia de que imagens arquetípicas e símbolos tem emergido espontaneamente e sido observados em grupos é também referenciada em Landers, Macphail e Simpson (1954), Hobson (1959) e (1964), Champernowne e Lewis (1966), Boyd (1989) e (1991), Fiumara (1976) e (1989), Whitmont (1964), Zinkin (1989b) e Zinkin et al. (2017). Estes autores afirmam que temas arquetípicos se manifestam através dos conteúdos produzidos pelos membros, assim como em seus padrões de relacionamento e que o surgimento de imagens arquetípicas observáveis nos grupos fornece material para análise e sinalizam as fases de transformação pelas quais tanto o grupo quanto seus membros passam, já que essas imagens arquetípicas ilustram também a relação entre consciente e inconsciente.

A autonomia e a manifestação das imagens arquetípicas nos grupos parece ser uma grande preocupação de Jung (2012): “Quando se trata do movimento da massa e não mais do indivíduo, cessam os regulamentos humanos e os arquétipos passam a atuar” (p. 24). A única saída para uma eventual catástrofe seria se “a maioria dos indivíduos conseguir amortecer os efeitos dos arquétipos” (p. 64) através da consciência. Tal temor deve ser compreendido em relação a um grupo massificado. Ao mesmo tempo em que teme esse levante arquetípico Jung (2000) reconhece o valor desses conteúdos, como uma promessa de renascimento. Whitmont (1964) mantém o entendimento e afirma que os conteúdos arquetípicos constelados no grupo poderiam certamente causar problemas quando desrespeitados, mas, como quaisquer outros arquétipos, poderiam ser construtivos quando confrontados adequadamente pelos membros desse grupo. Para o autor certas dimensões do arquétipo só poderiam ser experimentadas em grupo – e por isso certas religiões sugeririam práticas grupais.

Outro ponto em que muitos autores concordam nos artigos levantados é que existem pelo menos três níveis principais ou sistemas interacionais envolvidos nos processos grupais. Cada sistema atua como um subsistema do outro, e o primeiro deles seria o intrapsíquico – ou

individual. O segundo trata dos papéis e das interações entre seus membros, sendo interpessoal ou transacional e o terceiro deles seria o grupo como um todo, que compreende a ideia até mesmo de um *self* grupal. Boyd (1991), ao discorrer sobre a estrutura dos grupos, concorda que ela é composta por esses mesmos sistemas, e apesar de manter o sentido os nomeia de forma análoga: pessoal, social e cultural. Ele formula um método sistemático para a análise do desenvolvimento da consciência em pequenos grupos, já mencionado previamente no texto. Sua metodologia é focada no sistema cultural de pequenos grupos e a ênfase recai no desenvolvimento do grupo como um todo. Zinkin (1989a, 1989b, 1989c) e Zinkin et al. (2017), assim como Boyd (1991), tendem a enfatizar o grupo como um todo, ainda que reconheça que seja uma abstração controversa, e ressaltam a importância da construção de um *setting* que favoreça a transformação do grupo, por um hábil condutor, para o bem do indivíduo. Hobson (1959) concebe e trabalha com o grupo tanto como unidade quanto como multiplicidade: “[...] um grupo pode ser descrito e compreendido de duas formas distintas, tanto em termos de mecanismos psicológicos de cada um de seus membros quanto em termos de padrões dinâmicos observados no grupo como um todo” (p. 140).

Outra questão relevante que surge nos artigos é o papel do diálogo e das interações humanas no desenvolvimento da personalidade. Segundo Zinkin (1996) e Fiumara (1989) o diálogo seria o elemento chave não só na análise grupal como estaria no centro do crescimento humano desde a infância até a morte. O diálogo contribui no processo de individuação e atua como aquilo que separa (distingue) e como aquilo que reúne. A separação psíquica não se dá por isolamento social e sim pelo conhecimento do outro e como bem aponta Whitmont (1964) o diálogo com o mundo externo é tão importante para a individuação quanto o diálogo com o mundo interno. A base da análise de grupo é a comunicação livre entre os membros, numa rede relacional que possibilite a contenção maternal pelo grupo para que as transformações possam ocorrer. Para Hobson (1959) nos grupos o desenvolvimento ocorre pela modificação das atitudes conscientes através da assimilação dos elementos até então inconscientes alcançados pela experiência e pelo relacionamento com mais pessoas.

Outra forma de trabalho grupal, numa perspectiva junguiana, que aparece na pesquisa são os grupos vivenciais. Freitas (2005) argumenta que eles favorecem a vivência dos conteúdos ao invés da análise dos mesmos, e trabalham também nos três sistemas supracitados.

## CONCLUSÃO

O campo da psicologia analítica negligencia o estudo da psicologia dos grupos e consequentemente sua aplicação através da psicoterapia grupal. Ela é reconhecida como um método dialético, entre terapeuta e paciente. Cronologicamente, nos escritos de Jung, percebemos a manutenção de seu posicionamento contrário as influências grupais até quase o fim de sua vida (1955), e uma visão consistente de que qualquer grupo de pessoas se configuraria como uma coletividade. Os grandes argumentos responsáveis por essa lacuna são o temor em relação aos aspectos regressivos grupais, com o rebaixamento da consciência e os perigos do aumento da sugestionabilidade e da influência/possessão coletiva por complexos autônomos ou arquétipos. Além disso na visão clássica, a participação em grupos parece ser vista como algo que caminharía na contramão do processo de individuação, pois pressupõe-se que o indivíduo priorizaria seguir as leis e as normas da coletividade e não as de si próprio. Segundo Zinkin et al. (2017) alguns analistas perceberam a influência fundamental e positiva da sociedade no desenvolvimento psíquico humano e desenvolveram trabalhos com grupos terapêuticos, assentados no pressuposto de que a sociedade é a condição primária para o desenvolvimento do indivíduo. Essas pesquisas também relativizam o temor a respeito dos aspectos regressivos grupais, que apesar de ocorrerem eventualmente nos grupos terapêuticos por conta de seu caráter materno, não necessariamente seriam algo que operaria contra o desenvolvimento psíquico, e sim a favor dele quando bem manejado, até porque seria uma das condições necessárias ao processo de individuação. A regressão só seria um problema caso houvesse uma fixação neste estágio de desenvolvimento (fixação na Grande Mãe). A contenção do indivíduo num grupo pode fornecer a matriz para a retomada do desenvolvimento da consciência e para a afirmação da individualidade através dos relacionamentos humanos. Cabem mais pesquisas sobre se o desenvolvimento da consciência e o processo de individuação são possíveis em grupo, como isso se daria, assim como o papel da regressão nesses processos. Alguns autores têm trabalhado para esclarecer estas questões e diminuir a lacuna teórica sobre este tema na psicologia analítica e consequentemente ampliar os métodos e técnicas para a prática de uma psicoterapia de grupo junguiana.

## REFERÊNCIAS

- Bastos, A. B. B. I. (2010). A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. *Psicólogo informação*, 14, 160-169.
- Bechelli, L. P. de C. & dos Santos, M. A. (2004). Psicoterapia de Grupo: Como surgiu e como evoluiu. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 12, 242-249.
- Boyd, R. D. (1989). The Developmental Stages of the Anima and Animus in Small Groups I. *Group Analysis*, 22, 135-147.
- Boyd, R. D. (1991). *Personal Transformations in Small Groups: A Jungian Perspective*. New York: Routledge.
- Champernowne, H.I. & Lewis, E. (1966). Psychodynamics of therapy in a residential group. *Journal of Analytical Psychology*, 11, 163 – 180.
- Culbert-Koehn, J. (1997). Don't get stuck in the mother: regression in analysis. *Journal of Analytical Psychology*, 42, 99 – 104.
- Edinger, E. (2010). *Anatomia da Psique*. São Paulo: Cultrix.
- Fiumara, R. (1976). Therapeutic Group Analysis and Analytical Psychology. *Journal of Analytical Psychology*, 21, 1-24.
- Fiumara, R. (1989). The psychology of the individuation process and group analysis: the role of 'pronominalism'. *Group Analysis*, 22, 177 – 187.
- Freitas, L. V. (2005). Grupos vivenciais sob uma perspectiva junguiana. *Psicologia USP*, 3, 45. 45 – 69.
- Hall, J. A. (1995) *A Experiência Junguiana: Análise e Individuação*. São Paulo: Cultrix.
- Hobson, R. F. (1959). An approach to group analysis. *Journal of Analytical Psychology*, 4, 139-151.
- Hobson, R. F. (1964). Group Dynamics and Analytical Psychology. *Journal of Analytical Psychology*, 9, 23-49.
- Illing, H. A. (1957). C. G. Jung on the present trends in group psychotherapy. *Human Relations*, 10, 77 – 82.
- Jung, C. G. (2000). *Civilização em transição* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2007). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008a). *O desenvolvimento da personalidade* (10ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008b). *Símbolos da Transformação*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008c). *A energia psíquica* (10ª ed.). Petrópolis: Vozes.



- Jung, C. G. (2011). *A vida simbólica*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2012). *Aspectos do drama contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.
- Kirsch, J. & Spradlin, S. (2006). Group Process in Jungian analytic training and institute life. *Journal of Analytical Psychology*, 51, 357–380.
- Landers, J.J., Macphail, D.S. & Simpson, R.C. (1954). Group therapy in H.M. Prison, Wormwood Scrubs; the application of analytical psychology. *The Journal of Mental Science*, 100, 953-960.
- Neumann, E. (1995). *História da origem da consciência*. São Paulo: Cultrix.
- Rasera, E. F. & Rocha, R. M. G. (2010). Sentidos sobre a prática grupal no contexto de saúde pública. *Psicologia em Estudo*, 15, 35-44.
- Samuels, A. (1989). *Jung and the Post-Jungians*. London: Routledge.
- Whitmont, E. C. (1964). Group therapy and analytical psychology. *Journal of Analytical Psychology*, 9.
- Yalom, I. D. & Vinogradov, S. (1992). *Manual de Psicoterapia de Grupo*. Porto Alegre: Artmed.
- Yalom, I. D. & Leszcz, M. (2006). *Psicoterapia de Grupo: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Zinkin, L. (1983). Malignant Mirroring. *Group Analysis*, 16. 113 - 126.
- Zinkin, L. (1984). Three models are better than one. *Group Analysis*, 17. 17 - 27.
- Zinkin, L. (1989a). A gnostic view of the therapy group. *Group Analysis*, 22. 201 – 217.
- Zinkin, L. (1989b). The group as container and contained. *Group Analysis*, 22. 227-234.
- Zinkin, L. (1989c). The group's search for wholeness: a jungian perspective. *Group*, 3 & 4. 252 – 264.
- Zinkin, L. & Zinkin H. (1996). A dialogical model for group analysis: Jung and Bakhtin. *Group Analysis*, 29 343 – 354.
- Zinkin, H., Gordon, R. & Haynes, J. (eds.). (2017). *Dialogue in the Analytic Setting: Selected Papers of Louis Zinkin on Jung and on Group Analysis*. London: Jessica Kingsley Publishers.

## ANEXOS

A tabela abaixo apresenta os resultados relevantes, por ordem de ano de publicação:

<i>Autor(es)</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Publicação</i>
<i>J.J. Landers., D.S. MacPhall, &amp;R.C. Simpson</i>	Group therapy in H.M. Prison, Wormwood Scrubs; the application of analytical psychology	1954	The Journal of Mental Science
<i>Hans Illing</i>	C. G. Jung on the present trends in group psychotherapy	1957	Human Relations
	A theory of the group according to C. G. Jung	1958	Psychotherapy and Psychosomatics
<i>Robert Hobson</i>	An approach to group analysis	1959	Journal of Analytical Psychology
<i>Edward Whitmont</i>	Group Therapy and Analytical Psychology	1964	Journal of Analytical Psychology
<i>Robert Hobson</i>	Group dynamics and Analytical Psychology	1964	Journal of Analytical Psychology
<i>M. Jackson</i>	The importance of depression emerging in a therapeutic group	1964	Journal of Analytical Psychology
<i>Eve Lewis</i>	Psychodynamics of therapy in a residential group	1966	Journal of Analytical Psychology
<i>William Willeford</i>	Group Psychotherapy and Symbol Formation	1967	Journal of Analytical Psychology
<i>Romano Fiumara</i>	Therapeutic Group Analysis and Analytical Psychology	1976	Journal of Analytical Psychology
<i>James S. Witzig</i>	Jung's Typology and Classification of the Psychotherapies	1978	The Journal for Specialists in Group Work
<i>Louis Zinkin</i>	Malignant Mirroring	1983	Group Analysis
	Three models are better than one	1984	Group Analysis
<i>Gary Gemmill</i>	The Dynamic of the Group Shadow in Intergroup Relations	1986	Small Group Research
<i>Robert D. Boyd</i>	The Developmental Stages of the Anima and Animus in Small Groups I	1989	Group Analysis
	Facilitating Personal Transformations in Small Groups . Part I	1989	Small Group Behavior
<i>Boyd, R.D., Kondrat, M.E., Rannells, J.S.</i>	The Developmental Stages of the Anima and Animus in Small Groups II	1989	Group Analysis
<i>Romano Fiumara</i>	The Psychology of the Individuation Process and Group Analysis: The Rôle of 'Pronominalism'	1989	Group Analysis
	The group's search for wholeness	1989	Group
<i>Louis Zinkin</i>	The Grail and the Group	1989	Journal of Analytical Psychology
	A gnostic view of the therapy group	1989	Group Analysis
	The group as container and contained	1989	Group Analysis
<i>Robert Boyd</i>	An Approach to Facilitating Personal Transformations in Small Groups	1990	Small Group Research

<i>Gary Gemmill &amp; , Lynn Zoch Schaible</i>	The Psychodynamics of Female/Male Role Differentiation within Small Groups	1991	Small Group Behavior
<i>Louis Zinkin</i>	Borderline Distortions of Mirroring in the group	1992	Group Analysis
<i>Bryon Day &amp; William Matthes</i>	A comparison of jungian, person-centered, and gestalt approaches to personal growth groups	1992	Journal for Specialists in Group Work
<i>Jaak Le Roy</i>	Transitional Space and Individuation Processes: Two Intercultural Group-analytic Workshops	1995	Group Analysis
<i>Mark F. Ettin</i>	The spirit of Jungian Psychotherapy: From taboo to totem	1995	International Journal of Group Psychotherapy
<i>Ann B. Shuttleworth- Jordan</i>	A process research approach to the development of method in group dream work	1995	Group
<i>Bryon Day &amp; William Matthes</i>	A Jungian stage theory of individual development in personal growth groups	1995	Journal for Specialists in Group Work
<i>Louis Zinkin &amp; Hiddle Zinkin</i>	A dialogical model for group analysis: Jung and Bakhtin	1996	Group Analysis
<i>Mary Addenbrooke</i>	The creative potential of play and regression in analytical training: a personal reflection	1997	Journal of Analytical Psychology
<i>Laura Villares de Freitas</i>	Grupos vivenciais sob uma perspectiva junguiana	2005	Psicologia USP
<i>Dale Mathers, Fiona Palmer Barnes &amp; Amélie Noack</i>	‘Held in mind’ or ‘Hell in mind’: group therapy in Poland	2006	Journal of Analytical Psychology
<i>Jean Kirsch &amp; Suzy Spradlin</i>	Group process in Jungian analytic training and institute life	2006	Journal of Analytical Psychology
<i>Andrew Hede</i>	The shadow group: Towards an explanation of interpersonal conflict in work groups	2007	Journal of Managerial Psychology
<i>Roger Brooke</i>	Ubuntu and the Individuation Process: Toward a Multicultural Analytical Psychology	2008	Psychological Perspectives
<i>Sharon Heath</i>	A Jungian Alice in Social Media Land: Some Reflections on Solastalgia, Kinship Libido, and Tribes Formed on Facebook	2012	Jung Journal
<i>Thom F. Cavalli</i>	The Lost Cause: A Jungian Critique of The Master	2013	Jung Journal
<i>Christian Maier</i>	Bion and C.G. Jung. How did the container-contained model find its thinker? The fate of a cryptomnesia	2016	Journal of Analytical Psychology
	Unconscious ties that bind – attending to complexes in the classroom: part 1	2016	International Journal of Jungian Studies

<i>Alexandra L. Fidyk</i>	Unconscious ties that bind – attending to complexes in the classroom: part 2	2016	International Journal of Jungian Studies
---------------------------	--	------	--

Tabela 1: artigos selecionados nas buscas.

A tabela abaixo apresenta capítulos sobre o tema encontrados na literatura, excluindo-se artigos já citados na tabela anterior:

<i>Autor(es)</i>	<i>Capítulos</i>	<i>Ano</i>
<i>Robert D. Boyd &amp; John M. Dirkx</i>	Methodology for the study of the development of consciousness in the small group	1991
<i>John M. Dirkx</i>	Understanding group transformation through the focal person concept	1991
<i>Robert D. Boyd and J. Gordon Myers</i>	Grief work: a social dynamic in group transitions	1991
<i>Jean R. Saul</i>	A conceptualization of individuation in learning situations	1991
<i>Robert Boyd &amp; Mary Ellen Kondrat</i>	The anima and animus in the transactions of small groups	1991
<i>Robert D. Boyd</i>	Mary: a case study of personal transformation in a small group	1991
	Facilitating personal transformations in small groups	1991
<i>Louis Zinkin</i>	Is Jungian group analysis possible?	1998
	The dialogical principle: Jung, Foulkes and Bakhtin	1998

Tabela 2: Capítulos encontrados na literatura.

### **3 CAPÍTULO II:**

#### **O feminino arquetípico nas psicoterapias de grupo**

##### **Resumo**

Grupos foram concebidos por Jung como espaços que tendem a promover a massificação do indivíduo, por promoverem a regressão da libido e a ativação de conteúdos arquetípicos na psique, que poderiam apoderar-se do comportamento humano e esta seria uma das razões pelas quais a prática clínica junguiana tende a se dedicar mais ao trabalho individual do que grupal. No entanto, as práticas clínicas grupais poderiam democratizar o acesso à psicoterapia. Portanto, o objetivo deste artigo é discutir e ampliar a questão da ativação arquetípica em pequenos grupos terapêuticos e fornecer dados que auxiliem o condutor a identificá-los e manejá-los. Para que o objetivo seja alcançado, será feita uma análise conceitual sobre o tema. Pelas características centrais de um grupo terapêutico o arquétipo que se manifesta predominantemente é o da Grande Mãe. A manifestação de seu duplo caráter – elementar e de transformação – é descrita no contexto grupal para que seja possível ilustrar e discriminar quando a influência do reino arquetípico estaria prejudicando o desenvolvimento e quando estaria atuando a favor do processo de individuação. Sabe-se que o confronto consciente com tais conteúdos arquetípicos é de fundamental importância para o processo de individuação, já que uma das formas em que tal processo é descrito seria pela diferenciação da consciente daquilo que é coletivo – sua manifestação em grupos não pode ser encarada então como argumento que justifique que tal prática seja pouco exercida pelo campo junguiano.

**Palavras-chave:** Arquétipo; Anima; Consciência; Grande Mãe; Individuação; Psicoterapia de grupo.

## INTRODUÇÃO

A meta de qualquer processo psicoterapêutico pode sofrer influência de distintas fontes, e uma delas certamente seria o que a abordagem teórica de base do terapeuta almeja com tal processo. Na psicoterapia junguiana a meta máxima seria o desenvolvimento psíquico, denominado processo de individuação, e que se relaciona intimamente com a experiência de sentido de vida individual, dada pelo florescimento da vida simbólica. No entanto, o entendimento de como o processo de individuação se daria está revestido de uma confusão entre grupo e massa. Jung (2008) afirmou em um texto de 1932 que a individuação impulsiona o homem para o emancipar das massas, dos grupos e de seus caminhos – e conforme descrito em Testa e Serbena (no prelo), grupos e massas são tratados de forma indiscriminada. Tal confusão não se justifica e traz como consequência uma certa resistência no campo da Psicologia Analítica ao trabalho terapêutico grupal.

[...] existe suporte tanto teórico quanto empírico para a afirmação que a participação em pequenos grupos tem o potencial de facilitar os processos de individuação, apesar da difundida relutância entre muitos psicólogos de abordagem analítica em aceitar esta tese. Suas objeções parecem presumir que o pequeno grupo interativo permanece como uma massa indiferenciada que induz uma perigosa regressão e conformismo entre seus membros. Existe pouca dúvida de que, caso não seja conduzido propriamente, o pequeno grupo possa e manifeste essas características indesejáveis, mais atribuídas a multidão ou ao populacho. Contudo, como temos visto, quando conduzido por líderes habilidosos, o pequeno grupo interativo pode e trabalha através dessas influências potencialmente destrutivas. O resultado é um contexto social que eleva o potencial para que transformações ocorram entre seus membros. Dado o potencial do pequeno grupo interativo para contribuir com transformações naturais nos compete compreender melhor as dinâmicas subjacentes desses grupos e a forma como essas dinâmicas podem tanto facilitar quanto impedir o processo de desenvolvimento entre seus membros (Boyd, 1991, p. 45, tradução nossa)

Uma das formas de como esse processo de massificação ocorreria nos grupos seria pela identificação regressiva e pela ativação da camada arquetípica da psique, tendo como consequência um rebaixamento da consciência, infantilização, predominância do pensamento fantasia e perda da individualidade – sendo assim, um entrave para o processo de individuação.

Para Main (2008) a teoria de individuação de Jung está baseada em seu conceito de arquétipos, em particular com o arquétipo do *self*. O conceito é controverso em termos de

definição – que se modifica ao longo da obra de Jung – e de aplicação. Uma das formas em que Jung descreve o que são os arquétipos seria como o conteúdo do inconsciente coletivo – uma camada psíquica que não é adquirida biograficamente, e sim inata e universal. Os arquétipos seriam irrepresentáveis em si, mas possuiriam o potencial de formar representações na consciência através do que chamamos de imagens arquetípicas.

Essas formas arquetípicas – que Jung chamou de vestígios arcaicos – possuem uma qualidade numinosa e não são erradicáveis – pois tratam-se da fundação da psique. Não podem ser apanhados intelectualmente, e quando uma de suas manifestações é destruída eles reaparecem em outras imagens arquetípicas ou até mesmo através de sintomas (Jung, 2002).

O arquétipo do *self* seria o arquétipo central, que organizaria a psique como um todo e traria sentido à vida humana, ao mesmo tempo em que seria a totalidade da psique e sua realização a meta máxima do processo terapêutico. Uma das formas de resolver esse paradoxo seria encarar os arquétipos não como uma estrutura, mas sim como um processo dinâmico psicológico (Main, 2008).

O processo de individuação envolveria diversos fatores: se daria pela diferenciação consciente do indivíduo de tudo aquilo que é coletivo – tanto socialmente quanto em relação aos arquétipos – assim como pelo equilíbrio entre consciente e inconsciente, através do balanço da adaptação ao mundo externo e ao mundo interno, também pode ser entendido como um processo iniciático da descida da consciência ao reino arquetípico e a criação da função simbólica gerando um terceiro elemento (vida simbólica / espiritualização) e por último como um processo com a finalidade de atingir a totalidade da psique - realização consciente do *self* (Main, 2008).

De qualquer modo fica evidente que esse processo se refere à crescente diferenciação na relação entre consciente e inconsciente, e os temas arquetípicos que se manifestam durante um processo psicoterapêutico – individual ou grupal – tendem a ilustrar a situação dessa relação (Boyd, 1991).

Entretanto, na prática clínica da psicologia analítica, o processo de individuação assistido por um terapeuta tende a ser concebido predominantemente através da psicoterapia individual, e isso provavelmente se deve ao posicionamento contrário de seu fundador, Carl G. Jung, a esta modalidade clínica. Jung tendeu a olhar para a camada arquetípica da psique, no contexto grupal, como algo ameaçador ao indivíduo pois para ele, o indivíduo em grupo ficaria mais suscetível às influências dos arquétipos, que tendem a se ativar com mais facilidade no



contexto grupal. O posicionamento de Jung de maior relevância sobre psicoterapia de grupos é encontrado em cartas trocadas com Hans Illing no ano de 1955. Em resumo, Jung argumenta que o indivíduo deve ser tratado individualmente, e que grupos provocam aumento da segurança, baixa da responsabilidade, aumento da sugestionabilidade, vulnerabilidade às influências do grupo – sejam estas positivas ou negativas – inflação da consciência do ego em detrimento da totalidade manifesta do *self*, baixa de defesas egóicas, massificação e que a única vantagem da psicoterapia grupal seria a educação social do indivíduo (Illing, 1957).

Cabe considerar que durante o período em que Jung desenvolveu sua teoria psicológica – entre o final do século XIX e meados do século XX – havia um contexto político que justificava seu temor em relação às massas e os efeitos que um grupo pode provocar na psique individual. Ele atribuiu a questão da Alemanha nazista à posse de um povo inteiro por um conteúdo arquetípico. Parece errônea, no entanto, uma generalização deste tipo, pois guerras são desencadeadas por uma miríade de fatores. Sullivan (2014) aponta que havia na época uma variedade de regimes totalitários na Europa e na Ásia, assim como a eclosão das duas guerras mundiais. A visão de Jung a respeito de grupos também foi influenciada, como aponta Shamdasani (2005), por ideias das disciplinas de ciências humanas que surgiram concomitante a psicologia no fim do século XIX – antropologia, etnopsicologia, psicologia social, psicologia das massas e sociologia, apresentando ideias de diferenças de mentalidade entre o homem primitivo (associadas ao pensamento fantasia) e o homem civilizado (associadas ao pensamento dirigido), e como nos grupos poderia preponderar o pensamento fantasia, e desta forma a civilidade do homem moderno sucumbiria a um funcionamento primitivo, ou seja, inconsciente.

Vale considerar que enquanto Jung constrói sua teoria, a psicoterapia de grupos era ainda pouco sistematizada, tendo tido seu ápice na década de 1970, sendo que Jung falece em 1961. Nas cartas trocadas com Hans Illing fica evidente que nenhum dos exemplos que Jung fornece se relaciona a grupos terapêuticos tais como concebidos hoje, o que nos dá uma pista de que sua concepção na época não era a mesma do que atualmente seja considerado uma psicoterapia grupal.

Ainda assim, esse posicionamento contrário às psicoterapias de grupo encontrado na raiz da construção da teoria da psicologia analítica tem uma grande influência na baixa produção teórica sobre o tema no campo, assim como numa prática clínica predominantemente individual. Um levantamento feito no mês de fevereiro de 2018 sobre artigos publicados que tratassem de psicoterapia de grupo no referencial da psicologia analítica, nas bases de dados Scielo, Scopus e nas bases das principais revistas junguianas da atualidade – *Jung Journal*:



*Culture & Psyche*, *International Journal of Jungian Studies* e o *Journal of Analytical Psychology* – levantou 42 no total. Destes, 17 artigos foram publicados em revistas especializadas em psicologia analítica, 20 em publicações especializadas em psicoterapias de grupo, e 5 em publicações de temas diversos. As duas publicações com o maior número de artigos sobre pequenos grupos e psicologia analítica são o *Journal of Analytical Psychology*, da Society of Analytical Psychology, totalizando 12, e a *Group Analysis*, da Group Analytic Society, com o total de 10. Ambas publicações são produtos de sociedades sediadas em Londres. O principal autor do campo junguiano que trata a respeito de psicoterapia de grupos, Louis Zinkin, era membro de ambas. Outro autor com produções relevantes é Robert Boyd, que assim como Zinkin trabalha com o referencial da análise de grupo e utiliza a teoria de Neumann para processar fenômenos arquetípicos que se manifestam nos grupos, além de Edward Whitmont.

Essa proximidade teórica entre a análise de grupos e Jung possivelmente se dê por seu fundador, o psicanalista Siegmund Foulkes, ter incluído em seu escopo teórico o conceito de inconsciente coletivo de Jung, que foi denominado por ele “nível primordial” justamente por reconhecer a manifestação de fenômenos arquetípicos nos grupos e em seus membros. Zinkin, Gordon e Haynes (2017) afirmam que todos os arquétipos descritos por Jung podem se manifestar nos grupos terapêuticos, especialmente o materno. Mas um grupo também “[...] faz leis como um pai, seduz através de uma misteriosa fascinação como a alma, engana como o *trickster* ou unifica em um plano elevado, como o *self*” (p. 157, tradução nossa).

Para Zinkin et al. (2017) os arquétipos podem exercer uma dominância no grupo terapêutico como um todo, nas relações interpessoais e na psique individual, portanto o conhecimento da teoria junguiana, especialmente acerca dos arquétipos e do nível primordial (inconsciente coletivo), é fundamental para os condutores de grupos terapêuticos para que seja elevado seu entendimento a respeito de certos fenômenos grupais. “Ele precisa estar ciente que eventualmente um conteúdo arquetípico cindido pode estar danificando o processo grupal” (p. 157, tradução nossa).

Além disso, para que o processo de individuação possa ocorrer, o ego deve modificar sua atitude mediante a emergência de uma configuração arquetípica, constelada pela regressão na psique, com um retorno ao inconsciente, fortemente tematizado pela imagem da Grande Mãe.

Simbolicamente, segundo Nitsun (1996) e Neumann (2001) o grupo representa a mãe, por apresentar as funções básicas do feminino – nutrição, sustentação, amparo e proteção. Deste modo, distintos grupos podem funcionar como uma matriz para o desenvolvimento humano (Zinkin et al., 2017). Desta maneira, metaforicamente, a relação de um indivíduo com seu grupo pode ser comparada à relação do indivíduo com a sociedade como um todo, com sua mãe histórica e com o inconsciente. Whitmont (1964) entende que os mesmos elementos arquetípicos são determinantes na relação de uma pessoa com sua mãe e com a sociedade, e que seria justificado assumir que a experiência que o indivíduo tem com sua mãe pode influenciar grandemente sua relação com grupos em geral e sociedade. Em seu aspecto construtivo, tal relação nutre o indivíduo, o fortalece e fomenta sentimentos de proteção e desta forma fornece uma matriz para seu desenvolvimento. Porém, o perigo que deve ser contornado é o de que o indivíduo seja pego pelo aspecto devorador (maternal, social, grupal ou psicológico) de sua individualidade, tal como uma criança no seio familiar, o que o levaria a permanecer, ao menos inicialmente, em um estado de identificação regressiva com o outro desta relação. No caso de um grupo terapêutico, isso poderia se dar tanto com o condutor quanto com os outros membros.

Para Whitmont (1964) a natureza paradoxal dos grupos, se manifesta pelos elementos de contenção, concretude, realidade, incubação da transformação individual sustentada por um corpo social, assim como pela ameaça à individualidade, infantilização e paralisação regressiva, que seriam bastante análogas às características atribuídas ao arquétipo da Grande Mãe. “[...] o elemento determinante na dinâmica grupal é constituído pelo arquétipo da Grande Mãe” (p. 13, tradução nossa). No entanto, para o autor, a projeção do arquétipo materno nos grupos não seria sinônimo de infantilização de seus membros, e sim uma oportunidade de confrontá-lo, a fim de entrar em termos com tal força, o que seria indispensável para o processo de individuação. Através da projeção do arquétipo materno sobre o grupo analítico as dificuldades podem ser vivenciadas, confrontadas e trabalhadas, em conjunto com o escrutínio analítico. Zinkin (1989b) concorda que o aspecto continente do grupo faz referência ao arquétipo materno. O grupo seria o continente no qual os conteúdos poderiam ser transformados. O desejo de retorno à mãe pode ser entendido como o desejo de ser sustentado e protegido por algo maior. Num grupo psicoterapêutico vários elementos proporcionam tal contenção: a capacidade maternal do condutor, o *setting*, o espaço relacional e o grupo em si.

Para Whitmont (1964) a experiência grupal atinge uma dimensão terapêutica própria, arquetípica, e o autor concorda com Jung que isto poderia ser perigoso – como qualquer outra

ativação arquetípica – quando negligenciado, mas também poderia ser construtivo quando confrontado de forma adequada pelo grupo terapêutico. Caso não fossem conscientemente trabalhadas, o perigoso aspecto devorador da individualidade se manifestaria como uma paralisação regressiva, marcada pela identificação com lealdades grupais. A individualidade seria devorada, e haveria uma perda na capacidade da pessoa e do grupo em relacionar-se com o outro, o distinto. Segundo o autor “[...] apenas aqueles que são capazes e que desejam trilhar o caminho do desenvolvimento através de uma confrontação consciente com a “mãe” podem contactar o mistério de seu potencial transformador [...]” (Whitmont, 1964, p. 13, tradução nossa).

Posto isso, o presente artigo visa discutir a questão da ativação de conteúdos do inconsciente coletivo, favorecida por grupos de um modo geral, mas enfocando como isso se daria no interior de pequenos grupos terapêuticos. Por pequeno grupo terapêutico deve-se entender nesse artigo a ideia de um conjunto de pessoas com um número de participantes suficientemente pequeno para dar espaço à participação de todos – algo entre 8 e 12, que se encontrem com regular frequência, objetivando um processo psicoterapêutico, em que os participantes desenvolvam um senso de compromisso um com os outros e com o objetivo do grupo, e que promova uma atmosfera de intimidade e confiança entre os membros, com a condução de um psicoterapeuta treinado (Boyd, 1991). Sabe-se da realidade dos perigos da ativação arquetípica em grupos terapêuticos, mas há que se considerar também seu papel no processo de individuação. Nitsun (1996) afirma haver um reconhecimento unânime entre diversos teóricos de psicoterapias grupais com base psicanalítica de que o grupo representa a mãe, em sua natureza dual de nutrição e retenção – desta forma, além da discussão da ativação arquetípica nos grupos será levantada a manifestação do arquétipo feminino nos grupos, por conta de sua prevalência. Nitsun acredita que na literatura sobre o tema, a ênfase recaia sobre os aspectos negativos do grupo como mãe, mas que ambos os aspectos – construtivo e destrutivo – devam ser considerados nas psicoterapias grupais. A psicologia analítica tanto tem enfatizado a necessidade de voltar-nos conscientemente ao feminino, que ao invés então de temê-lo, podemos buscar compreendê-lo e nos beneficiar instrumentalmente da natureza predominantemente feminina dos grupos terapêuticos.

## **MÉTODO**

A fim de compreender e revisar como se daria a manifestação de conteúdos arquetípicos no interior de pequenos grupos terapêuticos e avaliar se estes podem provocar a transformação salutar do indivíduo e do grupo ao invés de apenas promover massificação, será feita uma análise conceitual sobre o tema, utilizando autores junguianos que trabalham com a temática da psicoterapia de grupos, e sua relação com o arquétipo da Grande Mãe: Louis Zinkin e Robert Boyd, por serem os autores junguianos com maior número de publicações sobre psicoterapia de grupo e Erich Neumann por trabalhar especialmente com a questão do desenvolvimento da consciência em grupos e a Grande Mãe. Além de Edward Whitmont, pela consistência em relacionar grupos ao arquétipo da Grande Mãe.

## **DISCUSSÃO**

### **A manifestação do Arquétipo da Grande Mãe no contexto grupal**

A manifestação arquetípica nos grupos parece ser um ponto reconhecido tanto por autores da psicologia analítica quanto por autores da análise de grupo (Nitsun, 1996; Zinkin, 1989a; Zinkin, 1989b; Zinkin, 1983; Whitmont, 1964; Boyd, 1991). Mas como reconhecer a ocorrência desse fenômeno? O efeito do arquétipo manifesta-se nos grupos – e nos indivíduos – de diversas formas, como através de imagens psíquicas, emoções, humores irresistíveis, fascinações e projeções, assim como na sensação de ser estar sendo subjugado por algo imperativo. Tais efeitos se apoderam da personalidade dos participantes e da atmosfera do grupo independentemente de serem reconhecidos e nomeados pela consciência, e sua maior consequência é a determinação do comportamento humano, através do componente emocional. A ativação arquetípica revela-se como uma eficaz influência à personalidade, podendo ser positiva ou negativa. O arquétipo atua tanto no campo do instinto e do comportamento quanto no campo pictórico da consciência, o que abre a possibilidade não só da ação e atuação de seu conteúdo, mas também da libertação de tal influência através da reflexão. Os arquétipos podem se manifestar de duas formas, quase sempre indistinguíveis: tanto espontaneamente, como uma força autônoma que determina a situação do grupo, quanto como por compensação à situação psíquica do grupo ou do indivíduo (Neumann, 2011).

De acordo com Neumann (2011), Whitmont (1964) e Boyd (1991), a experiência direta das imagens arquetípicas dá-se no mundo através do fenômeno da projeção, sendo facilmente observáveis nos pequenos grupos terapêuticos. Desta maneira, é bastante evidente tal modalidade de psicoterapia revelar-se como um local em que tais conteúdos possam ser reconhecidos, em suas ambivalências, e confrontados pela consciência num espaço seguro.

Sendo o arquétipo da Grande Mãe comumente evocado em grupos terapêuticos, justamente pela busca do indivíduo por acolhimento e contenção, e possivelmente em um momento de fragilidade, assim como o próprio caráter de um grupo terapêutico, que visa proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento ulterior de seus membros, é importante compreendermos melhor o que o caracteriza e os modos de manifestação da Grande Mãe, para que sua constelação seja reconhecida pelo condutor e confrontada conscientemente pelo grupo. Zinkin et al. (2017) pontuam que suas manifestações se darão nos níveis intrapsíquico: por meios de comportamentos, instintos e imagens, interp-síquico: pelos padrões de interação entre os membros e transpessoal.

Sabe-se que a ausência ou o empobrecimento de regras e delimitações num grupo terapêutico pode favorecer a ativação de conteúdos arquetípicos relativos à Grande Mãe. Boyd (1991) e Zinkin (1989b) atribuem isso à função paterna. Para Zinkin et al. (2017) e Nitsun (1996) não é que a autoridade precise repousar exclusivamente no condutor, mas que pode ser passada gradualmente ao grupo, sem que com isso haja a ativação de forças arquetípicas. O importante são as regras, e não sua origem.

De acordo com Neumann (2011) o termo “Grande Mãe” é composto por duas palavras de alto significado psíquico. “Mãe” refere-se à condição de filiação existente entre ego e inconsciente, sendo este a origem do primeiro, e o termo “Grande” expressa o caráter simbólico de superioridade que as imagens arquetípicas exercem sobre o homem. Algo fundamental deste arquétipo é que ele reúne em si atributos positivos e negativos. Essa *coincidentia oppositorum* denuncia a situação original do inconsciente, de simultaneidade e indiscriminação. Os parágrafos a seguir tratam da caracterização deste arquétipo e sua influência nos grupos e seus membros.

### **O duplo caráter do arquétipo da Grande Mãe e suas manifestações nos grupos terapêuticos**

Para Boyd (1991) e Neumann (2011) o feminino arquetípico apresenta dois tipos de caráter, um denominado como “elementar” e outro “transformação”. O caráter elementar feminino é marcado por seu aspecto continente, e demonstra a tendência de conservar para si aquilo que deu origem e envolvê-lo. Tudo aquilo que nasceu dele lhe pertence e é por ele dominado. Esse caráter elementar se evidencia enquanto o ego e a consciência ainda forem infantis – e, portanto, associado ao maternal. Nesse estado a relação entre inconsciente e consciente é a situação original entre continente e conteúdo – como se o ego gravitasse ao redor do inconsciente, altamente atrativo, e tendesse a regredir para um estado inerte. Os resultados deste movimento se manifestam num rebaixamento da libido egóica, debilidade da vontade, incapacidade de concentração, fadiga, baixo entusiasmos e iniciativa, e o surgimento de ideias referentes à morte, dissolução, desencanto pelo mundo. Neste caso, podemos falar da irrupção do arquétipo materno terrível, que traga a libido desse ego frágil para si.

Em síntese, pode-se afirmar que no caráter elementar ocorre o domínio psíquico do inconsciente em relação ao ego, até que este seja capaz de sustentar tensão e conflito, já num estado mais forte e independente. É possível afirmar que essa dominância do inconsciente em relação ao ego é o que Jung teme quando ressalta os perigos da regressão psíquica estimulada pelo contexto grupal, já que o fenômeno da regressão ativa a camada arquetípica da psique. Nessa situação pode haver num grupo psicoterapêutico as identificações, massificação, e a tomada do sujeito por conteúdos emocionais que o levam a se comportar de forma impositiva de uma determinada maneira.

O que parece ser ignorado no parecer negativo de Jung sobre as psicoterapias grupais seria o caráter de transformação do arquétipo feminino. Sobre ele, Neumann (2011), Boyd (1991), Boyd, R., Kondrat, M. E., Rannels, J. S. (1989) afirmam que ao contrário do elementar, que enfatiza a conservação, este tem um aspecto dinâmico, que coloca a psique em movimento, visando sua modificação e ampliação. Na medida em que o ego emerge do inconsciente o caráter de transformação, antes inconsciente, fica mais independente e impele o ego ao desenvolvimento, gerando inquietações e movimento. Contudo, ele nem sempre será experimentado pela consciência como algo positivo ou prazeroso – e, portanto, encontrar alguma resistência nos participantes de um grupo terapêutico que busquem paz e remoção de conflitos, como Tacey (2001) bem coloca. É possível traçar um paralelo entre o caráter de transformação e a figura da anima, cuja fascinação impele e estimula o humano à ação e à

criatividade. A presença de um caráter não exclui o outro, mas normalmente um deles revela-se mais dominante.

Para Boyd (1991) tanto o caráter elementar quanto o caráter de transformação possuem aspectos construtivos e destrutivos. No elementar são identificados como sendo construtivos num grupo, aqueles que se apresentam como suporte e nutrição, enquanto seus aspectos destrutivos são tidos como os de retenção e gravitação do indivíduo em torno do grupo ou do inconsciente. O de transformação em seu aspecto construtivo se manifesta como crescimento e o destrutivo como rejeição ao diferente. Apesar de parecerem antitéticos, esses caracteres podem se combinar positivamente no espaço grupal psicoterapêutico como um lugar para que ocorra um crescimento protegido.

Boyd (1991) afirma que o arquétipo da Grande Mãe se manifesta em diferentes estágios de desenvolvimento nos pequenos grupos terapêuticos, e ressalta que esse desenvolvimento, do caráter elementar para o caráter transformador, não se dá de maneira espontânea e autônoma, e sim dependente de um esforço consciente individual e grupal para relacionar-se com questões mais maduras da vida, tanto intra quanto extra psíquica. Em outras palavras, a maturidade de sua manifestação depende do grau de consciência dos membros, do condutor e do grupo como um todo. Outro fator dependente do nível de maturidade consciente dos participantes e do grupo como um todo é como tais manifestações do arquétipo serão percebidas, nomeadas e toleradas pelo grupo.

Pensar em estágios de desenvolvimento grupal é uma prática comum e amplamente aceita na literatura das psicoterapias de grupo, mas que não deve ser considerada de forma linear, e sim como camadas coexistentes de diferentes níveis de consciência, especialmente em grupos abertos, onde existe a entrada e saída de participantes (Nitsun, 1996).

### **Quando o grupo é percebido como um local de retenção pelos participantes**

Inicialmente, os grupos são buscados como um local de continência e participação, prevalecendo os fenômenos de identificação regressiva (Boyd, 1991), (Whitmont, 1964). No caso de um grupo terapêutico, é possível que a busca seja por amparo e dissolução de conflitos. Sobre isso Tacey (2001) descreve que Jung e junguianos clássicos como Neumann e Edinger distinguem dois tipos de totalidade – uma pré-consciente, amorfa, indiferenciada, em que os conteúdos se encontram num estado de fusão anterior à discriminação consciente e que todos



são um, porque ainda não nasceram, e outra em que a totalidade é alcançada através da sustentação e enfrentamento dos conflitos.

[...] Totalidade demanda uma consciência dinâmica e ativa, uma que seja capaz de suportar grandes tensões entre elementos antagônicos da psique. [...] onde relaxamento e se livrar de tensões for preferido ao invés de uma administração dinâmica ou um balanceamento das tensões, a ideia de totalidade frequentemente colapsa numa busca nostálgica de uma unidade perdida, ou uma paz que precede o nascimento da consciência e o esforço épico humano por consciência (Tacey, 2001, p. 7, tradução nossa).

Desta forma, é importante ter em mente que a busca por amparo e dissolução de conflitos não deveria conduzir à um atalho marcado pela dissolução da consciência. Tal configuração aparece na psique de pacientes e de grupos psicoterapêuticos regredidos, que encontram dificuldade em lidar com conflitos e com as demandas da realidade e que idealizam essa condição incestuosa de retorno à Grande Mãe. No entanto, a medida em que o grupo e seus membros amadurecem, o grupo pode ser percebido como um local não de acolhimento, mas de retenção, pois a demanda inicial pode ser substituída por outras.

O aspecto de retenção do arquétipo da Grande Mãe, quando manifesto, traz ao grupo terapêutico a aparência de uma massa indiscriminada, na qual a individualidade parece sucumbir. Para Whitmont (1964) o que transformaria essa massa seria a capacidade crítica e discriminativa da consciência individual. O ego inauguraria este movimento, permanecendo no grupo, enquanto se discrimina deste, mantendo-se a relação. O condutor do grupo poderia assumir neste momento a função de ego do grupo, propondo questões que exercitem a capacidade discriminativa consciente. O confronto consciente e os relacionamentos entre os indivíduos transformariam a massa amorfa em uma comunidade de indivíduos distintos – o que Neumann (1989) chamou de processo de coindivuação.

Na visão de Neumann (2000), a mudança de percepção em relação a imagem da Grande Mãe (e por extensão do indivíduo em relação ao grupo), de suporte, nutrição, proteção e segurança para a negativa, de perda de individualidade, confusão, e dependência, são sinais de que o desenvolvimento do ego se encaminha para a etapa seguinte, de uma crescente importância em relação à vontade, atividade, aprendizado e de um modo geral à integração do ego num cânone cultural. A transformação da percepção seria também influenciada por



dominantes transpessoais – os arquétipos – e isto prepararia o ego para sua subsequente autonomia.

Essa percepção negativa da contenção em um grupo – que passa a ser experimentada pelo indivíduo como detenção – pode colocar o ego em oposição a este, e impeli-lo para a diversificação. O desenvolvimento do ego tem o caráter de um movimento ascendente. Neste sentido, o âmbito matriarcal e o grupo assumem o caráter daquilo que precisa ser superado – uma espécie de funcionamento inferior, infantil, arcaico e caótico (Neumann, 2000).

A atitude do grupo como um todo e do condutor diante desta transição arquetípica é de fundamental importância. A adaptação às novas necessidades do ego e do grupo em desenvolvimento, a promoção da individualidade e da progressão psíquica transformam não só os membros, mas também o grupo como um todo, possibilitando a permanência e a diferenciação dos participantes, assim como refinando a capacidade do grupo enquanto unidade para lidar com as demandas da realidade. Isso evidencia o entrelaçamento entre fatores ambientais e arquetípicos no desenvolvimento do indivíduo, e retira de qualquer terapeuta minimamente consciente a possibilidade de justificar exclusivamente a falha terapêutica pela condição psíquica de seu paciente (Boyd, 1991; Neumann, 2000; Zinkin, 1989; Whitmont, 1964).

### **As etapas arquetípicas do desenvolvimento da consciência nos grupos terapêuticos**

O desenvolvimento da consciência do grupo foi comparado, analogamente, ao desenvolvimento da consciência humana proposto por Neumann (1995) e por Robert Boyd (1991). Neumann (1995) sistematiza e descreve o modo e as etapas arquetípicas desse desenvolvimento no indivíduo e na cultura. Para ele, tal sistematização dos estágios da transformação do ego tem importância não só na teoria, mas também na prática da psicoterapia junguiana, por ilustrar os modos da relação entre ego e inconsciente.

Sobre o desenvolvimento da consciência nos grupos, Robert Boyd (1991) observa que neles as etapas arquetípicas do desenvolvimento da consciência são análogas àquelas propostas por Neumann (1995). O que caracteriza esse processo de desenvolvimento é a constante diferenciação do grupo e entre seus membros, o que se manifesta pela transição entre uniformidade e unanimidade para o estabelecimento de valores individuais. Ele observou que o sistema social de um grupo se vai enfrentando, e que as etapas devem evoluir da Grande Mãe

para o Nascimento do Herói, caso contrário o desenvolvimento da consciência se estagnaria e tanto grupo quanto indivíduo teriam problemas para lidar com as demandas da realidade. O herói faz referência ao ego (e ao grupo) que está implicado criativamente no próprio processo de desenvolvimento. Pensar no desenvolvimento por etapas esclarece a noção de que a presença dos aspectos mais infantis e indiscriminados num grupo terapêutico não seriam um problema em si, só caso o grupo permanecesse fixado nesse modo de funcionamento. Segundo Boyd (1991) o surgimento de temas arquetípicos já documentados no desenvolvimento cultural e individual também ocorreria no interior do sistema social dos pequenos grupos terapêuticos e, embora Whitmont (1964) e Neumann (1995; 1989) tenham apontado para esta possibilidade, nenhum deles desenvolveu amplamente a ideia através de pesquisas com esses grupos.

Essa proposta de etapas de desenvolvimento da consciência elaborada por Neumann pode ser criticada. Basicamente, porque seu modelo surge a partir do estudo da estrutura de mitos e passa a ideia de que à medida que tais etapas seriam sucessivas, tendo, portanto, um viés evolucionista (Fordham, 1981). Nos dias de hoje, a ideia premente é a de que por mais que uma nova etapa da consciência se desenvolva, as anteriores permanecem presentes, assim como os arquétipos e símbolos atribuídos às diversas fases.

Jacoby (1999) afirma que por mais que o desenvolvimento psicológico possa ocorrer em etapas sucessivas, os estágios mais altos não substituem os anteriores. Assim que uma certa etapa se configura, ela não será perdida, e os modos de ser no mundo podem se diferenciar, se renovar e se enriquecer durante toda a vida, assim como permanecer indiferenciados, atrofiados ou até mesmo cindidos. As etapas seriam coexistentes.

A forma como as etapas foram elaboradas por Neumann (1995) e Boyd (1991) podem parecer que uma etapa poderia ser qualitativamente superior a outra – e isso não seria exatamente o caso. Conforme aponta Byington (2008) “Se um arquétipo apresenta vantagens na sua aplicação a determinado problema da realidade, em outra atuação ele será desvantajoso e sua coordenação por outro arquétipo será melhor, e assim por diante” (p. 6). Porém, por mais que se critique o evolucionismo em que incorreu Neumann, não se pode negar a dominância do arquétipo da Grande Mãe nos primórdios da formação da consciência e o embate entre os arquétipos da Grande Mãe e do Grande Pai na integração dessa consciência à sociedade. Outra limitação desse tipo de sistematização é a suposta “universalidade” dos arquétipos. Deve-se lembrar que se tratam não de estruturas psíquicas, mas processos psíquicos que dependem do contexto cultural para que possam ser representados na consciência. O mito do herói no qual a teoria de Neumann (e por consequência de Boyd) se assentam possui uma forte relação com a

cultura ocidental, e a evolução da consciência poderia se manifestar de diferentes formas em diferentes contextos culturais. Tendo essas limitações conceituais em mente, o condutor de grupos psicoterapêuticos pode utilizá-las como referência.

Vale salientar que de acordo com Neumann (1995), por mais que um indivíduo já tenha passado por diversas fases do desenvolvimento da consciência do ego, ele pode regredir às anteriores quando há um rebaixamento da consciência em consequência de uma doença, debilidade, fragilidade ou indução por outros meios – inclusive o processo psicoterapêutico. A regressão a tal estágio é perigosa para um ego fragilizado, mas decisivamente construtiva para um ego criativo – ou seja – os frutos do caráter regressivo do incesto urobórico dependem da firmeza e da fase evolutiva do ego, por ser um estágio de inconsciência, mas também de regeneração.

Apesar de utilizar as etapas arquetípicas do desenvolvimento propostas por Neumann (1995), Boyd (1991) faz algumas adaptações, e sugere 12 etapas ao invés de 8.

Estágios arquetípicos do desenvolvimento da consciência	Neumann (1995)	Boyd (1991)	Temas
	Indivíduo e Cultura	Sistema Social dos Grupos	
	Uroboros	Uroboros	Indiferenciação Totalidade
	Grande Mãe	Conscientização da Grande Mãe	Sentimento de pertencimento
	Separação dos Pais Primordiais	Separação dos Pais Primordiais	Alternância entre consciente e inconsciente
	Grande Mãe	Separação entre Mãe Boa e Mãe Má	Conscientização do duplo caráter da Grande Mãe
	Nascimento do Herói	Luta com a Grande Mãe	Ambivalência entre desejo de unidade de individualidade
		Fixação na Mãe Má	Ameaça à individualidade
	Assassinato da Mãe	Resolução da Grande Mãe	Continência e suporte ao indivíduo
	Assassinato do Pai	Separação entre Pai Bom e Pai Mau	Consciência dos valores e regras
		Luta com o Pai Mau	Esforço pela restituição de poder
		Fixação no Pai Mau	Impotência frente ao autoritarismo
		Resolução do Grande Pai	Adaptação à realidade Redefinição das estruturas de poder
	A Cativa e o Tesouro	Jornada do Herói	Interdependência
	Transformação		Autonomia Individuação

Tabela 1: estágios arquetípicos do desenvolvimento da consciência no indivíduo e no grupo

Tais adaptações feitas nas etapas sugeridas por Neumann (1995) discriminam melhor o movimento observado no sistema social de pequenos grupos por Robert Boyd (1991) e incluem as possibilidades de estagnação no processo, pelas etapas da fixação na Mãe Má e no Pai Mau. Segue uma breve descrição das características de cada etapa e sua relação com aquelas propostas por Neumann (1995).

### 1. O tema Urobórico / A Uroboros

O estágio arquetípico inicial, a uroboros, ilustra uma relação em que ego e inconsciente, assim como indivíduo e grupo, estão ligados de maneira indissolúvel e a identificação inconsciente prevalece entre eles. Aqui o ego é pré-consciente e pré-individual. O fundamento deste fenômeno é a não diferenciação entre a consciência do ego em relação ao inconsciente. Quanto mais inconsciente a pessoa for, mais sua totalidade do *self* será projetada no grupo. Pode haver nesse estado um desejo por atividades que não demandem esforço consciente, pois o ego neste estágio é pobre em libido (Neumann, 1995). O sistema social é caracterizado por um estado de indiferenciação e totalidade. Diferenças de opinião entre os membros são minimizadas ou ignoradas e existe uma sensação de desamparo (Boyd, 1991).

### 2. Consciência da Grande Mãe \ A Grande Mãe

Essa fase é marcada pelo surgimento de um senso de diferenciação, mas que ainda não traz grandes conflitos ou desconforto no interior do grupo. O grupo espera que o líder seja maternal. Existe um grande sentimento de pertença e a ilusão de que o grupo seja especial e único. Na maior parte do tempo, o sistema social parece agir impulsivamente ou instintivamente (Boyd, 1991). Isso reflete o início da separação entre ego e inconsciente e entre indivíduo e grupo, e pode ocorrer que certos anseios do inconsciente (cujo coincidem com a imagem da Grande Mãe) podem entrar em conflito com a consciência do ego, que já não se percebe como uma simples executora dos anseios do instinto ou do grupo. Aqui o indivíduo encontra-se parcialmente sob o jugo dos instintos, que são experimentados de forma ambivalente, por proporcionarem prazer e dor (Neumann, 1995).

### 3. Separação dos Pais Primordiais \ Separação dos Pais Primordiais

Nesta fase ocorre a presentificação, ao menos simbolicamente, tanto do Pai quanto da Mãe no grupo. Isso se manifesta através de questões de relacionamento, poder, liderança e o surgimento – ainda instável, da expectativa de que o grupo desenvolverá independência e autonomia. Trabalho e emotividade, deliberação consciente e repostas instintivas vão se alternando. Surgem regras, rituais e normas que denunciam o surgimento de delimitações no grupo (Boyd, 1991). Para Neumann (1995), essa fase faz referência ao estágio em que a uroboros inicial foi separada em pares de opostos, pelo ato de discriminação consciente. E o

ego pode dizer “eu sou eu”, pois está identificado com uma personalidade. Nesse estágio, a identidade do eu goza de relativa independência dos grupos, experimenta-se como diferente, pois emancipou-se dos “pais” simbolicamente. Aqui surge a experiência da solidão e do sofrimento.

#### 4. Separação da Mãe Boa e da Mãe Má \ A Grande Mãe

Essa fase reflete a conscientização a respeito dos lados positivos e negativos do sistema social do grupo e do inconsciente – o reconhecimento de seu aspecto nutritivo, protetor, abundante assim como do aspecto devorador, sufocante e construtivo. Isso resulta no aumento de conflito e ansiedade em relação ao grupo e ao inconsciente (Boyd, 1991; Neumann, 1995).

#### 5. Luta com a Grande Mãe \ Nascimento do herói

A questão chave dessa fase é se o grupo será um lugar em que as relações se darão de forma amorosa ou dominadora. Existem uma ambivalência e um esforço para predominar o lado amoroso do grupo, que trabalham para manter uma unidade com fortes laços entre seus membros, mas que respeita suas individualidades ao mesmo tempo (Boyd, 1991). Já em relação ao ego e ao inconsciente nesse estado, a consciência individual precisa extrair libido do inconsciente para assegurar sua própria individualidade, pois sem tal extração através da vontade e do esforço, a consciência afunda novamente no inconsciente ou no grupo e é devorada por ele. E à medida que extrai vai ficando mais independente de sua matriz, capaz de refletir e experimentar-se como algo distinto. A crescente independência da consciência do ego, através de sua atividade intencional e aumento de libido, em relação ao inconsciente só alcança seu momento crítico nessa fase. A consciência está identificada com o masculino, uma vez que realizou a divisão da uroboros no par de opostos – os Pais Primordiais – e colocou-se como o filho emancipado (Neumann, 1995).

#### 6. Fixação na Mãe Má \ Nascimento do herói

Uma das possibilidades de desdobramento da fase anterior é a percepção de que o sistema social representa a Mãe Má. Surgem sentimentos de desconfiança, medos e suspeitas. O grupo é percebido como capaz de destruir ou circunscrever a individualidade de seus

membros. Neste cenário, a atitude do ego frente ao inconsciente e do indivíduo frente aos grupos é de resignação e falta de autonomia e, tem como consequência, a inércia, a fadiga e a falta de sentido. Em termos intrapsíquicos, seria a regressão da libido simbolizada pelo herói sendo engolido pelo dragão (Boyd, 1991; Neumann, 1995).

#### 7. Resolução da Grande Mãe \ Assassinato da Mãe

Outra possibilidade da luta com a Grande Mãe é que o sistema social do grupo seja percebido como amoroso, bondoso e receptivo às necessidades do indivíduo, porém sem ser superprotetor. Confronto e conflito são vistos como necessários ao crescimento e desenvolvimento do grupo (Boyd, 1991). Essa oposição inaugura a fase de “Assassinato da Mãe”, onde o herói precisa vencer o domínio do inconsciente, com seus instintos e humores, e estabelecendo uma nova lei (Neumann, 1995).

#### 8. Separação do Pai Bom e do Pai Mau \ Assassinato do Pai

Um outro agrupamento arquetípico que se manifesta no sistema social dos grupos se relaciona ao arquétipo do Grande Pai. Assim como a Grande Mãe, esse arquétipo possui polaridades, sendo a do Pai Bom relacionada ao desenvolvimento da intelectualidade, da autonomia, do reconhecimento da natureza do grupo e do empoderamento do mesmo; e do Pai Mau relacionada à percepção do sistema social sendo agressivo ou autoritário em demasia. O sistema social, nessa fase, oscilaria entre essas duas imagens (Boyd, 1991; Neumann, 1995).

#### 9. Luta com o Grande Pai \ Assassinato do Pai

Caracterizada pelo conflito com o lado terrível do arquétipo do Grande Pai, logo ocorre a percepção de que o líder, a estrutura, ou o status quo da distribuição de poder é antiética ao crescimento do grupo. O grupo então tenta desenvolver meios para redistribuir a porção de poder entre seus membros e retomar o controle por si mesmo, assumindo total responsabilidade pelo o que acontecer ao grupo e retomar seu destino. O “Assassinato do Pai” simboliza a luta entre o ego-herói, os valores da cultura, suas leis e normas (Neumann, 1995; Boyd 1991).

#### 10. Fixação no Pai Terrível \ Assassinato do Pai

Aqui os membros percebem o sistema social em termos de uma figura de autoridade que procura dominar a dinâmica do grupo. O aceite desta situação aparece de duas maneiras: o grupo pode ficar impotente e totalmente dependente desta figura ou estrutura de autoridade; ou o sistema social se comporta como se não houvesse outra forma de autoridade que não a própria, e o poder pelo poder se apresenta como o valor mais alto (Boyd, 1991).

#### 11. Resolução do Grande Pai \ Assassinato do Pai

Essa fase se caracteriza pela redefinição das estruturas existentes de autoridade. O sistema social toma o controle de si, assumindo total responsabilidade por suas decisões e dinâmicas. O grupo aparece renovado e mais consciente de seu potencial. Existe uma ênfase em lidar com as demandas adaptativas de forma lógica e racional. Regras são questionadas e o sistema busca estabelecer uma nova ordem, mais apropriada a este novo nível de consciência. A adaptação à realidade torna-se mais eficiente e é característico desta fase a delimitação do papel e do poder do líder (Boyd, 1991; Neumann 1995).

#### 12. Jornada do Herói \ A Cativa e o Tesouro e a Jornada do Herói

A característica mais saliente do tema da Jornada é o declínio da proeminência do sistema social e o crescimento do indivíduo na dinâmica do grupo. Os membros parecem trabalhar em torno de um objetivo em comum ou propósito de forma interdependente. Discordâncias entre os membros não são vistas de forma negativa, mas como necessárias ao progresso do grupo. Outro aspecto da maturidade dessas relações é o equilíbrio entre as dimensões femininas e masculinas tanto do indivíduo quanto do sistema social (Boyd, 1991). Boyd condensa duas fases propostas por Neumann (1995) nesta aqui. A primeira seria “a cativa e o tesouro” – que se refere àquilo que é produzido a partir da luta com os pais primordiais. A cativa é vista como a alma, que estava anteriormente presa nas trevas do inconsciente. Expressa o relacionamento consciente entre ego e *self*, e corresponde à descoberta de um mundo psíquico, feminino, mas não em oposição ao ego masculino. Até aqui é possível ver como o inconsciente feminino passa da Grande Mãe para a figura de Anima e, conseqüentemente, de um feminino conservador para um feminino transformador, que ao invés de reter para si estimula e inspira a criatividade consciente. O tesouro aqui são suas possibilidades, suas imagens inconscientes que



foram despertadas e precisam ser realizadas criativamente na cultura, no tempo e no espaço. Deste modo, tem grande relação com os frutos que o grupo e seus membros passam a produzir. A segunda fase condensada – Transformação – seria o que a psicologia analítica concebe como processo de individuação, ou seja, a transformação da personalidade através da realização consciente do *self*. Há uma identificação concomitante a uma separação entre ego e *self* e, portanto, entre indivíduo e grupo. O termo interdependência parece ser apropriado por sugerir algo que, apesar de distinto, se relaciona, se afeta e produz coisas a partir dessa relação (Neumann, 1995). Um grupo terapêutico que pudesse operar em tal estágio seria evidentemente o ideal, e capaz de promover a coindividação proposta por Neumann (1989), respeitando aquilo que a psicologia analítica tem como meta psicoterapêutica mais valiosa: o processo de individuação.

Existe uma questão que não será abordada por esse artigo sobre se grupos poderiam também passar por um processo de individuação, ou se esta é uma premissa exclusiva do indivíduo, que como Jung (Illing, 1957) coloca é o único portador da consciência, e que ao fazer seu processo poderia influenciar outros a fazê-lo. Pensar no desenvolvimento do sistema social de um grupo, como proposto por Boyd (1991), é reconhecer que de algum modo o grupo, como qualquer entidade, é capaz de desenvolvimento. A sugestão do olhar para o desenvolvimento arquetípico do sistema social grupal é para que o condutor de grupos possa identificar e intervir no desenvolvimento do sistema a fim de proporcionar melhores condições para o favorecimento do processo de individuação para os participantes do grupo, e não para o grupo em si – que, em última análise, não deve ser mais importante do que o indivíduo.

## CONCLUSÃO

A partir do que foi levantado, é possível afirmar que a teoria do desenvolvimento psicológico (individuação) no campo da psicologia analítica se baseia no conceito dos arquétipos, na diferenciação e na relação que se instalará entre essa camada da psique e a consciência. Os conteúdos arquetípicos se manifestam no aqui e no agora, em diferentes níveis: intrapsíquico, interpssíquico e no grupo como um todo, através de imagens psíquicas, emoções, humores irresistíveis, fascinações e projeções. Tais conteúdos quando manifestados podem ser confrontados e trabalhados conscientemente pelo indivíduo e pelo grupo terapêutico como um todo, e já que o conteúdo arquetípico atua tanto sob a forma de instinto (natureza) quanto sob a

forma de imagens psíquicas (cultura), esse confronto consciente é justamente o que poderia transformar sua natureza em cultura - uma das descrições dadas por Jung acerca do que seria o processo de individuação (Main, 2008).

A manifestação arquetípica nos grupos não é um conceito restrito ao campo da psicologia analítica, também foi adotado pela teoria de análise de grupos fundada por S. Foulkes, que empresta da teoria junguiana esse conceito para descrever certos fenômenos grupais. Tal manifestação não deve ser vista como um problema em si, pois não é a ativação do reino arquetípico prerrogativa de um movimento patológico, e sim parte do desenvolvimento normal psicológico. A fantasia tem uma função, e só seria patológica caso houvesse um grande empobrecimento do contato com a realidade, uma fuga dos compromissos com a vida e a determinação do comportamento humano individual e grupal.

Por esse duplo aspecto da manifestação arquetípica nos grupos terapêuticos – tanto seu possível perigo quanto seu papel fundamental no processo de individuação - é fundamental que o condutor de grupos tenha conhecimento sobre tais manifestações e sabia discriminar quando há uma ativação desta natureza.

Importantes autores que pesquisaram a questão dos grupos terapêuticos na abordagem da psicologia analítica – Whitmont, Zinkin, Neumann e Boyd – reconhecem que estes possuem um marcante caráter feminino de contenção e transformação, mas também perda da individualidade e infantilização e os equiparam aos atributos do ambivalente arquétipo da Grande Mãe. Essa perspectiva de equiparar, simbolicamente, grupos e mãe, não é prerrogativa exclusiva da psicologia analítica, mas também de autores que trabalham com psicoterapias grupais em enfoques psicodinâmicos (Nitsun, 1996).

Experimenta-se nesse espaço grupal a sensação de pertencimento a uma comunidade, de segurança, de acolhimento e transformação. E isso não significa necessariamente a perda da individualidade, pois as diversidades podem caber dentro de um grupo sem que isso signifique a perda dos laços, que remetem àqueles da fraternidade. Essas características do grupo podem ser associadas as do arquétipo da Grande Mãe, e o grupo precisa trabalhar para que seu lado obscuro de dissolução individual, infantilização e massificação não ameace o desenvolvimento psíquico. Enfatizar os aspectos negativos associados à Grande Mãe impede que se considere as possibilidades de transformação e desenvolvimento da personalidade nessa modalidade grupal. Especialmente quando tais aspectos negativos só podem ser assim considerados caso o grupo e o indivíduo não consigam ultrapassá-lo. Caso contrário, podemos considerá-los como etapas

do próprio desenvolvimento da consciência (Nitsun, 1996). O grupo social, em seu aspecto construtivo, funcionaria como uma matriz para o desenvolvimento individual e em seu aspecto destrutivo paralisaria o desenvolvimento da consciência (Zinkin et al., 2017).

Dependendo de seu estado evolutivo, a consciência não é apenas ameaçada pelo inconsciente coletivo, mas também nutrida por ele. Em seu aspecto destrutivo, os grupos podem ser predominantemente massificantes, mas também promotores da individualidade, quando construtivos. Tal característica depende de como o sistema social do grupo confrontará as questões pertinentes a cada etapa de desenvolvimento da consciência que surgirão ao longo de sua duração, sendo importante que o condutor se atente a necessidade do grupo evoluir da etapa inicial de indiferenciação e identificação regressiva até a jornada do herói – marcada pela afirmação da individualidade no interior dos grupos, através da diferenciação e ampliação da consciência. Como supracitado, esses níveis de consciência grupal e individual são coexistentes e sua sistematização serve mais a propósitos didáticos para o condutor de grupos terapêuticos, assim como sugerem Zinkin et al. (2017), que deve estar consciente da manifestação arquetípica nos grupos.

## REFERÊNCIAS

- Bechelli, L. P. de C. & dos Santos, M. A. (2004). Psicoterapia de Grupo: Como surgiu e como evoluiu. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. 12, 242-249.
- Boyd, R. (1989). The developmental stages of Anima and Animus in small groups I. *Group Analysis*. 22, 135-147.
- Boyd, R., Kondrat, M. E., Rannells, J. S. (1989). The developmental stages of Anima and Animus in small groups II. *Group Analysis*. 22, 149-159.
- Boyd, R. (1991). *Personal transformations in small groups: a jungian perspective*. Routledge.
- Byington, C. A. (2008). *Psicologia Simbólica Junguiana: A viagem de humanização dos cosmos em busca da iluminação*. São Paulo: Linear B.
- Fordham, M. (1981). Neumann and childhood. *Journal of Analytical Psychology*, 26, 99-122.
- Hobson, R. F. (1964). Group Dynamics and Analytical Psychology. *Journal of Analytical Psychology*, 9, 23-49.
- Illing, H.A. (1957). C. G. Jung on the present trends in group psychotherapy. *Human Relations*. 10, 77-82.
- Jacoby, M. (1999). *Jungian Psychotherapy and Contemporary Infant Research: Basic Patterns of Emotional Exchange*. London: Routledge.
- Jung, C. G. (2002). *The Undiscovered Self*. Londres: Routledge.
- Neumann, E. (1995). *História da Origem da Consciência*. São Paulo: Cultrix.
- Neumann, E. (1989). *The Place of Creation*. New Jersey: Princeton.
- Neumann, E. (2011). *A Grande Mãe: Um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente*. 6 ed. São Paulo: Cultrix.
- Neumann, E. (2000). *O medo do feminino*. São Paulo: Paullus.
- Nitsun, M. (1996). *The anti-group: destructive forces in the group and their creative potential*. Londres: Routledge.
- Sullivan, R. R. (2014). *Towards Depth Visioning: a depth psychological investigation of group visioning methods*. Tese de doutorado. Pacifica Graduate Institute. Carpinteria, CA, USA.
- Tacey, D. J. (2001). *Jung and the New Age*. Londres: Routledge.
- Testa, A. L. & Serbena, C. A. (no prelo). *Pequenos grupos terapêuticos e Psicologia Analítica*. *Revista Brasileira de Psicoterapia*.
- Whitmont, E. (1964). Group therapy and analytical psychology. *Journal of Analytical Psychology*. 9, 1-22.
- Yalom, I. D. & Leszcz, M. (2006). *Psicoterapia de Grupo: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.

Zinkin, H., Gordon, R. & Haynes, J. (eds.). (2017). *Dialogue in the Analytic Setting: Selected Papers of Louis Zinkin on Jung and on Group Analysis*. London: Jessica Kingsley Publishers.

Zinkin, L. (1989a). A gnostic view of the therapy group. *Group Analysis*, 22. 201 – 217.

Zinkin, L. (1989b). The Group as Container and Contained. *Group Analysis*, 22(3), 227-234.

### **CAPÍTULO III:**

#### **Regressão psíquica em pequenos grupos psicoterapêuticos na perspectiva da psicologia analítica**

##### **Resumo**

Não existe uma tradição na prática da psicoterapia grupal no campo da psicologia analítica. Uma das razões seria o receio de que indivíduos quando estão em grupos se encontrem mais expostos a fenômenos de regressão psíquica. A regressão psíquica é vista de forma ambivalente pela psicologia analítica, pois ao mesmo tempo em que tem seu valor teleológico reconhecido por ativar fantasias inconscientes que podem fertilizar o ego e promover novos modos de vida – psicologia do renascimento – também pode desfavorecer o desenvolvimento psíquico do indivíduo à medida em que o mergulho no inconsciente opera como uma defesa contra a realidade (fuga na fantasia) ou até mesmo quando há estagnação no processo regressivo, com perda da capacidade simbólica e consequente literalização das fantasias inconscientes. A análise conceitual da regressão e de outros conceitos que envolvem o tema mostra que os resultados advindos desse fenômeno psicológico dependem muito da postura egóica de confronto consciente com tais conteúdos, que pode ser feito tanto na psicoterapia individual quanto na grupal, e portanto, tal argumento não se mostra como suficiente para que o campo da psicologia continue refratário às práticas grupais pelo papel fundamental da regressão no processo de individuação.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Grande Mãe; individuação; introversão; regressão.

## INTRODUÇÃO

Pequenos grupos interativos fazem parte da vida da maioria dos seres humanos. Constituídos por interesses em comum e pelo desejo de pertencimento, o grupo solicita do humano seu primeiro sacrifício, ao menos inicialmente: que a coesão seja feita e mantida através de identificações mútuas. Kimbles (2014) reconhece que somos seres sociais, expostos aos paradoxos dos grupos – entre o desejo de identificação e pertencimento e o receio de perda da individualidade e autonomia. A questão é que grupos operam não somente através de esforços conscientes, mas também através de processos autônomos inconscientes que protegem os indivíduos nesses grupos do aumento da ansiedade em relação às diferenças que poderiam comprometer a coesão grupal e criar feridas narcísicas.

A identificação e a perda de individualidade, somadas – e atribuídas – à tendência regressiva que pessoas em grupos de diversos tipos enfrentam, estão no centro das preocupações da psicologia analítica em relação aos efeitos negativos que um grupo teria na psique de seus membros e no reflexo disto na sociedade. Tais preocupações tem como consequência o não desenvolvimento de uma prática clínica grupal junguiana. Nitsun (1996) salienta que essa tendência regressiva nos grupos se manifesta através dos seguintes componentes: redução ou perda de consciência e afetos e ações assentadas em forças primitivas. Especificamente em grupos terapêuticos ele atribui a regressão à pressão da vida grupal, e à estrutura psíquica dos participantes.

Jung (2008c) enfatizou a necessidade do desenvolvimento da consciência e a manutenção de suas fronteiras frente aos perigos do inconsciente para que o indivíduo se protegesse contra os irrefletidos movimentos de massa. Certamente alguns fatores contribuíram para a ênfase de Jung sobre o assunto. Sullivan (2014) aponta uma Europa ameaçada por movimentos totalitários de massa, e Brooke (2008) uma ética europeia que imperava no século XX através da valorização da autonomia, domínio, integridade e consciência.

Para Jung (Illing, 1957), os efeitos dos grupos, terapêuticos ou não, na psique individual seriam regressivos, marcados pelo aumento da sugestionabilidade, infantilização, dependência, perda da individualidade, diminuição da responsabilidade pessoal, inflação egóica, preterição do *self*, filiação ao líder e massificação. No entanto, aqui cabem duas observações: primeiramente, quando Jung faz tais afirmações em cartas com Hans Illing, a psicoterapia de grupos ainda não havia se constituído como é hoje, pois isso acontece especialmente a partir da

década de 1970. Evidência disto é que nessas cartas nenhum dos grupos que Jung cita como grupos terapêuticos seriam exemplos reconhecidos como verdadeiros. Segundo que, para Jung, praticamente todo agrupamento de pessoas traria consigo características de uma coletividade massificada e provocaria tais efeitos na psique individual, o que seria uma generalização injustificada. Brooke (2008) critica a afirmação de Jung: “qualquer grupo de pessoas é visto apenas como uma ameaça regressiva ao processo de individuação” (p. 36, tradução nossa).

Um dos problemas da ideia junguiana de individuação é que ao mesmo tempo em que o desenvolvimento psíquico é considerado arquetípico – e nesse sentido universal (o que já é uma ideia controversa por si só) – sua visão de como a individuação se daria está impregnada dos valores do contexto europeu da época, marcados pela razão, individualidade, autonomia, dominância, civilidade, separação psíquica de tudo que seja coletivo (socialmente ou do inconsciente), e assim por diante e deste modo a possibilidade de individuação em contextos distintos – o grupal por exemplo – acaba não sendo considerado, e isso seria um erro (Brooke, 2008).

Alguns autores que trabalham com grupos psicoterapêuticos na psicologia analítica reconhecem o caráter regressivo dos grupos, tais quais Whitmont (1964), Boyd (1991), Illing (1957), Fiumara (1989), Zinkin (1989a), (1989b) e Zinkin, Gordon e Haynes (2017), porém salientam que ele só seria um problema caso houvesse fixação do grupo nesse funcionamento, já que a regressão faria parte também do desenvolvimento normal psicológico. Além disso, os grupos psicoterapêuticos poderiam estar seguros dessa fixação, desde que o condutor de grupos tenha clareza dos processos autônomos inconscientes que operam neles para que possa identificá-los e manejá-los.

Sobre a regressão psíquica, pode-se dizer que a psicologia analítica a trata de forma ambivalente. Do ponto de vista energético, a regressão faria parte de um processo autorregulador da psique, redirecionando parte da libido consciente para o inconsciente, e teria uma função teleológica de ativar certos conteúdos visando o surgimento de novas possibilidades de vida, que deveriam ser assimiladas pelo ego. Porém, ao mesmo tempo, como salienta Tacey (2001), a regressão é uma inversão do processo criativo e poderia provocar o rebaixamento da consciência.

Portanto, quando Jung se posiciona contrário aos processos grupais por temor de seus efeitos regressivos na psique do indivíduo, devemos compreender que as possibilidades de uma relação salutar entre ego e inconsciente estão sendo ignoradas, justamente porque Jung



compreende que qualquer grupo é massificado, sobrando assim a possibilidade patológica deste contato: influência ou possessão arquetípica, levando a atuação de dramas mitológicos (Sullivan, 2014).

Ainda que de acordo com Fiumara (1989), Hobson (1964), Boyd (1991), Zinkin et al., (2017) e Whitmont (1964), uma psicoterapia de grupos junguiana possa se ocupar da análise de fenômenos psicológicos nos três níveis principais – intrapsíquico, interpssíquico e o grupo como um todo – o objetivo desse artigo é analisar o processo regressivo que ocorre no indivíduo que participa de grupos terapêuticos, a relação da regressão com o processo de individuação desses participantes e possibilidades de manejo do fenômeno pelo condutor de grupos. Para isso, será apresentado o modelo de individuação da escola clássica e da escola desenvolvimentista, a relação da regressão da libido com a postura e o estado egóico, e os tipos de regressão. O manejo desse fenômeno pelo condutor também será considerado, levando em conta o *setting*, a seleção dos participantes, adequação de propostas de trabalhos que ora visariam mobilizar o inconsciente, e ora visariam estruturar o ego, para que a relação entre grupos psicoterapêuticos e regressão psíquica possa ir além das generalizações aparentemente cristalizadas no campo da psicologia analítica.

Não entrará em discussão a ideia de um *self* grupal proposta por Byington (1989), Freitas (2005) e Zinkin et al., (2017) que amplia o conceito de *self* para abranger um sistema que, em função da representação e da interação psicodinâmica de seus componentes, seria capaz de estruturar a identidade do grupo, assim como produziria fantasias independentemente da psique individual de seus participantes – como se fosse uma espécie de entidade mental compartilhada pelo grupo, sem no entanto pertencer a ninguém. Essa ampliação do conceito de *self* traria implicações sobre a existência ou não de um processo de individuação também do grupo como um todo. Obviamente, todo grupo passa por um desenvolvimento, e se considerarmos desenvolvimento como sinônimo de individuação, conforme Main (2008) aponta ser individuação o nome dado por Jung ao processo de desenvolvimento da personalidade, por mais controverso que seja, seria então possível pensar que grupos como um todo poderiam passar por tal processo. De qualquer forma, a questão da regressão no grupo como um todo e especialmente seu sistema social será levada em conta em relação ao efeito que esta provoca na psique individual.

## MÉTODO

Segundo Testa e Serbena (no prelo), existe uma controvérsia sobre a questão de grupos terapêuticos serem regressivos e enquanto a escola clássica entende isso como um entrave no processo terapêutico no contexto grupal, outros autores, especialmente da escola desenvolvimentista, entendem a regressão como algo favorável para tal processo. A análise do conceito de regressão e sua relação com o conceito de individuação na escola clássica e desenvolvimentista faz-se necessária a fim de discriminar porque a regressão ora é vista como benéfica e ora é vista como desfavorável. A análise será feita através da obra de Carl Jung e Shiho Main, trazendo os argumentos da escola clássica; Michael Fordham e Elizabeth Urban sobre a escola desenvolvimentista; e Rushi Ledermann por ter sistematizado a questão da regressão a partir da obra de Jung Jackson, Culbert-Koenh, Robert Boyd, Louis Zinkin e David Tacey – por trabalharem a temática da regressão no indivíduo e nos grupos.

## DISCUSSÃO

### **A função teleológica da regressão da libido**

O conceito de regressão parece ser tratado de forma ambivalente pela psicologia analítica. É temido, ao mesmo tempo que desejável, por conta dos diferentes efeitos psicológicos que uma ativação do inconsciente pode proporcionar – a depender especialmente da maturidade egóica e de um processo terapêutico com possibilidade de contenção desses conteúdos. Apesar de haver mais de setenta referências sobre regressão nas Obras Completas, termos como subida, descida, morte e renascimento são mais utilizados para falar sobre esse processo do que o termo regressão (Culbert-Koehn, 1997). Jung reconhece o valor teleológico da regressão como um retorno da libido com fins de renascimento, e a reconhece como condição básica da criação e da regeneração da personalidade. “[...] a base do desejo incestuoso não é a coabitação mas a ideia de voltar a ser criança, retornar ao abrigo dos pais, penetrar na mãe para novamente dela nascer.” (Jung, 2008, p. 213). O que a psique busca neste movimento, que ativa conteúdos do inconsciente, é uma nova forma de vida, que não pode ser visto como contrário ao desenvolvimento. Sendo assim, pode ser reconhecida também como um movimento normal e salutar.

Ao mesmo tempo em que a função teleológica da regressão é reconhecida, outras duas formas dominantes costumam ser visualizadas e precisam ser repensadas – ou ao menos relativizadas. A primeira vê regressão como um retorno a fases infantis do desenvolvimento psíquico e a segunda como algo que interrompe o desenvolvimento psicológico. Para Main (2008), a primeira afirmação é insuficiente, pois a regressão psíquica não seria apenas um movimento das fases da infância pessoal de cada um, mas vai além, causando uma ativação de conteúdos arcaicos do inconsciente coletivo, que não podem ser considerados infantis apesar de sua eventual aparência – por mais que esse tipo de conteúdo esteja presente e aparente durante a infância. Já a segunda afirmação é problemática quando pensamos no modelo de desenvolvimento proposto pela psicologia analítica, pois desenvolvimento e progressão não são sinônimos. Talvez o termo regressão assuste, pois, é comum que as ideias de desenvolvimento psíquico tendam a cair no erro de equipará-lo com progresso, melhora, avanço e mudança. Mas nem só destes movimentos é feito este processo, na psicologia profunda, tanto a regressão quanto períodos de estabilidade desempenham um importante papel no desenvolvimento humano.

Esse reconhecimento, segundo Main (2008), despatologiza a regressão como um todo e a apresenta como uma chance para novos sentidos de vida, através de uma maior adaptação ao mundo interno. Sendo assim, isto implica que a regressão seria uma condição necessária ao processo de individuação: “Ao ativar um fator inconsciente, a regressão confronta a consciência com o problema da psique, diferente do problema da adaptação exterior. [...] a regressão conduz à necessidade de adaptação à alma, à adaptação ao mundo interior da psique” (Jung, 2008d, p. 45).

Jung (2008d), em um texto publicado em 1928, aponta que o princípio da progressão e da regressão da libido são expressos no mito do herói e o dragão-baleia (mito referente a individuação). Sua entrada no ventre representa o processo regressivo, em que o herói é devorado até que domine o animal por dentro. Nesta fase, por mais que fique a impressão de que o ego se encontra num estado infantil, primitivo ou embrionário, “só se pode falar de involução ou degradação quando o homem permanece neste estado” (p. 46). Tal ideia se encontra presente desde as conferências dadas por ele na Fordham University em 1912, período em que a essência de sua crítica sobre a psicanálise já se manifestava de forma aberta. Nelas Jung (2013) discorda de Freud de que a etiologia das neuroses se deva à regressão, pois, para Jung, tal fenômeno ocorre tanto no neurótico quanto no indivíduo normal. A causa das neuroses para ele estariam em conflitos do presente, que geram uma obstrução na capacidade adaptativa

do indivíduo (a progressão já não é mais possível) e levam à uma regressão da libido, que ativa no inconsciente reminiscências fantasiosas ou históricas, as quais o neurótico tende a enfatizar. Quando o indivíduo hesita ou paralisa diante da dificuldade, essa reação é tida como infantil e, portanto, neurótica. Essa libido precisa ser utilizada conscientemente, caso contrário alimentará as fantasias inconscientes. Ao se defrontar com uma impossibilidade, a libido recua e se reorienta, forçando uma reflexão a fim de superar o obstáculo através da postura heroica do indivíduo normal (Main, 2008).

Em *Símbolos da Transformação*, publicado em 1912, Jung (2008c) fala sobre a regressão e a relaciona intimamente com o processo de individuação. Ele afirma que o herói (ego) deve vencer as perigosas tendências regressivas que abrem as portas do inconsciente. “Quem abre esta porta submete toda a personalidade consciente de seu eu à influência dominadora do inconsciente” (2008c, p. 320). Tais perigos seriam a perda da alma, diminuição da consciência, modos mais infantis de funcionamento, possessão por arquétipos, psicose, aumento da impulsividade, de sugestionabilidade, e assim por diante. Perigos esses que ele também relaciona aos grupos. Mas, ao mesmo tempo em que fala desses perigos, reconhece que no inconsciente encontra-se o mistério, a criança divina, como metáfora de uma vida nova. Na mesma obra, pontua o valor dos processos regressivos na renovação da relação entre ego e inconsciente: “Estas possibilidades de uma vida e de um caminhar ‘espirituais’ ou ‘simbólicos’ constituem o alvo final, mas inconsciente, da regressão” (2008c, p. 320). É como se essa potencialidade estivesse adormecida no inconsciente, e precisasse ser ativada. No entanto, salienta que no início, enquanto o ego ainda for imaturo, possivelmente se apresentaria como algo perigoso, uma ameaça à consciência, que por ela deveria ser combatida. Ainda assim, “percebemos que esta luta louvável e aparentemente inevitável, com o correr dos anos, leva ao ressecamento e enrijecimento interior” (2008c, p. 346). Ele coloca que as coisas que tomam forma envelhecem (ego), mas aquilo que os gerou tem poder de geração infinita. As formas (ego) são regeneradas através do contato com o inconsciente – a fonte inesgotável da vida psíquica. O que poderia ser compreendido a partir disto é que a regressão é temida, especialmente quando o ego ainda está imaturo, mas que também é desejável por reestabelecer o contato do ego com o inconsciente, e o processo de individuação não poderia acontecer sem isso. A visão junguiana sobre a regressão está conectada intimamente com o seu entendimento sobre a função das fantasias no desenvolvimento psíquico, tanto de natureza pessoal quanto arquetípica.

A questão que fica é por que Jung se mostra desfavorável a regressão no contexto grupal, mas não na díade analítica? E por que associa grupos com o inconsciente somente enquanto algo massificante, mas não como doador de vida?

Num momento mais tardio de sua obra, especialmente as que tratam de alquimia - como em *Psicologia e Alquimia*, publicado em 1944, ou então com o “Assassinato do herói”, no Livro Vermelho – percebe-se um novo paradigma de individuação sendo posto. Neste, o ego já não luta mais com o inconsciente, e sim busca relacionar-se com seus múltiplos aspectos, e a medida em que o faz é fertilizado por ele. A postura egóica é mais permeável, mais amigável, e certamente relativizada com a percepção de um outro centro psíquico – o *self*. O herói alquímico, segundo Hillman (Vitale, Hillman, Neumann, Stein & von der Heydt, 1979) ao invés de matar o dragão é vencido e engolido por ele – uma analogia à regressão - e a partir disso começa em seu interior a atividade imaginativa de discriminação. Para o autor, o resultado desta mudança de analogia do processo de individuação – do mito do herói para a alquimia – foi a mudança das faculdades racionais e voluntárias da alma para a faculdade imaginativa. E ousaria adicionar: relacional. Transpondo tal mudança de analogia para uma perspectiva extrovertida, que associa inconsciente ao grupo já não cabe ao ego simplesmente a luta e a separação das demandas da sociedade para garantir seu autodomínio. O que cabe é a relação de discriminação e fertilização com o entorno.

Essa ideia pode ser encontrada no trabalho do psicoterapeuta de grupos junguiano Louis Zinkin de modo similar, pois ele defende que a consciência não é apenas ameaçada pelo coletivo, mas também é nutrida por ambos, e sendo assim, a individuação não se trata apenas de defender a própria individualidade perante uma coletividade que possa destruí-la – seja no sentido consciente x inconsciente ou indivíduo x sociedade –, mas também de perceber que nenhum homem pode viver em isolamento e que o sentido é derivado da coletividade, da qual todos são parte. Portanto, o homem deve renovar-se continuamente nesses encontros entre o eu e o outro, seja este “outro” o inconsciente, de forma dialética, ou o outro externo, de forma dialógica (Zinkin et al., 2017).

Louis Zinkin é considerado o autor pós junguiano que mais se dedicou ao desenvolvimento de uma psicoterapia grupal de abordagem analítica. Fez sua formação junguiana em Londres e foi fortemente influenciado por Michael Fordham – seu supervisor – e os pressupostos conceituais da escola desenvolvimentista de Psicologia Analítica. As grandes implicações do modelo desenvolvimentista no processo de individuação são o papel desempenhado pelo ego no processo, assim como a importância das relações interpessoais.

Nele, o ego emergiria do *self* e a partir disso faria um esforço para ampliar a consciência e se diferenciar e se distanciar do resto da psique. Sua tarefa inicial seria fortalecer-se e adaptar-se ao mundo externo através da vontade. De acordo com Fordham (1958), essa situação atingiria possivelmente seu clímax em duas situações: quando o indivíduo estivesse iludido de que sua psique é idêntica à consciência ou quando qualquer novo desenvolvimento fosse indicado. Nesse contexto, ocorreria uma reversão no sentido da relação de afastamento entre ego e *self*. Um estado de regressão libidinal ocorreria e parte da energia psíquica destinada ao ego regressaria ao inconsciente e ativaria os conteúdos arquetípicos em oposição ao ego, pressionando o mesmo à integração. Posto desta forma, a reaproximação entre *self* e ego com a finalidade de relação entre eles (individuação) parece ser uma reação do inconsciente a uma atividade egóica de desenvolvimento e suficiente amadurecimento.

Essa ideia parece análoga à de Jung (2008d), em publicação de 1928, que afirma que quando a progressão não fosse mais possível (adaptação, através da vontade, ao mundo externo) ocorreria um represamento da libido e uma subsequente regressão da mesma, pressionando o ego à satisfazer as exigências da individuação pela adaptação também ao mundo interno.

A partir disso, podemos apontar que os processos regressivos fazem parte e são necessários para que ocorra o processo de individuação, pois estes ativam conteúdos do inconsciente que precisam ser confrontados pela consciência. No entanto, ao mesmo tempo em que é necessária, a regressão pode sim tomar um curso pernicioso e provocar a estagnação ou até mesmo a degeneração do desenvolvimento psíquico do indivíduo por tempo considerável. Inclusive, historicamente, o termo regressão aparece publicado pela primeira vez na psicologia na obra “A interpretação dos Sonhos”, de Freud, e lá é citado como um mecanismo de defesa. Porém, psicanalistas posteriores a Freud, tais como Balint, Winnicott, Anna Freud e o próprio Jung, reconheceram o mecanismo da regressão também como um agente terapêutico, que poderia atuar em favor da retomada do desenvolvimento.

### **Ego e regressão**

Quando Jung (2013) postula que a regressão não é a causa da neurose, mas sim a importância que o indivíduo dá às suas fantasias de origem biográfica ou arquetípica, fica implicado que a postura egóica e sua condição do desenvolvimento numa eventual regressão tem grande importância. Esse ponto também é defendido por Tacey (2001), Jung (1978) e Fordham (1956) em relação aos modos em que o contato entre ego e inconsciente se dariam –

um mais adulto, marcado por uma postura implicada e ativa e um mais infantil, marcado por uma atividade imaginativa não transformadora. Como dito anteriormente, a regressão da libido pode favorecer a ativação e o contato com a camada arquetípica da psique – contato essencial ao processo de individuação. No entanto, somente a regressão da libido e o contato com o inconsciente não são suficientes para que a individuação ocorra. O ego precisa fazer isto de modo ativo e implicado, de tal maneira que apenas um ego maduro poderia fazer.

Na infância, as imagens arquetípicas estão de fato ativadas, e as crianças brincam e sonham nelas, elas “nadam” nelas e mesmo que elas aparentemente as “confrontem”, isto não é um verdadeiro diálogo. Elas as temem, as atacam, apreciam sua atividade, então é fácil assumir enquanto observamos crianças brincando que isto é o mesmo processo descrito por Jung (Fordham, 1956 p. 207, tradução nossa).

É importante sinalizar essa distinção feita por Fordham (1956) entre a atividade imaginativa, tal qual uma criança ou um adulto com um ego imaturo experimentaria a ativação do inconsciente e um diálogo ativo, tal qual um adulto poderia se posicionar frente ao inconsciente.

Existe uma certa confusão, mesmo no meio junguiano, entre essas duas coisas, e por mais que a primeira, em circunstâncias favoráveis, possa levar ao crescimento do ego, não necessariamente conduziria ao processo de individuação tal como concebido por Jung. Esse é um ponto de atenção necessário aos condutores de grupos terapêuticos, pois as experiências de pertencimento, de dissolução de tensões ou as experiências oceânicas, tão frequentemente buscadas nesse contexto grupal terapêutico, podem ser de pouca valia ou até mesmo prejudiciais ao desenvolvimento do indivíduo (Tacey, 2001). A mobilização de conteúdos do inconsciente não deve ser visada de maneira indiscriminada pelos condutores de grupo, isso depende das condições psíquicas dos membros desse grupo terapêutico e do asseguramento de um *setting* capaz de conter esse contato. Como se a condição de maturidade egóica fosse uma das condições necessárias para criar e manter uma relação salutar com o *self*. Certos trabalhos e práticas visam a mobilização do inconsciente, enquanto outros visam a estruturação do ego e o contato com a realidade. Deste modo, cabe ao condutor uma atenção especial ao desenvolvimento do ego e da consciência dos participantes do grupo, pois este parece ser o ponto chave que possibilitaria uma prática clínica grupal junguiana que se beneficiaria dos aspectos construtivos do fenômeno regressivo.



Em resumo, sendo o papel teleológico da regressão favorecer o contato entre ego e inconsciente, os frutos que viriam desse encontro (Jung, 1978) – psicose, infantilização ou individuação – não recaem sobre ela em si, e sim sobre a condição e a postura do ego frente a esse encontro. Fordham (1956) defende que o confronto que favorece a individuação é feito somente por um ego maduro e ativo. Deste modo, o fato de certos grupos psicoterapêuticos favorecerem a regressão psicológica do indivíduo também não pode ser considerado um problema em si, já que poderia promover o aumento do contato entre ego e inconsciente e ter como fruto a promoção do processo de individuação – a meta máxima de uma psicoterapia junguiana. O problema é quando isso ocorre em grupos em que a condição para este contato salutar encontra-se empobrecida, seja por questões de fragilidade ou imaturidade egóica, por uma seleção falha dos membros do grupo, seja quando os condutores não conseguem discriminar quando (e como) devem visar uma mobilização do inconsciente ou uma estruturação da personalidade, ou quando não existe um *setting* que promova contenção suficiente.

### **Regressão da libido: benigna, defesa e estagnação**

Culbert-Koenh (1997) aponta que uma das dificuldades em se discutir regressão é que, por haver diferentes tipos, acaba-se remetendo o clínico a diferentes experiências e registros. Na psicanálise e na psicologia analítica, regressão faz referência a uma reversão libidinal para um padrão de funcionamento menos amadurecido, do ponto de vista da consciência. Ledermann (1991) sistematiza os tipos de regressão, a partir da obra de Jung, em três categorias. A primeira seria a regressão benigna, desejável quando certas áreas da psique ficaram subdesenvolvidas, ou danificadas por traumas que não puderam ser elaborados e que, através da regressão, a psique espontaneamente buscaria reparar o dano sofrido. Essa forma também se daria, como dito por Jung e Fordham, quando o pensamento fantasia precisa ser ativado para corrigir uma ilusão egocêntrica e favorecer a individuação. A segunda, como um mecanismo de defesa. E a terceira, a regressão maligna, onde seus efeitos são de estagnação e degeneração do desenvolvimento psíquico, o que poderia levar até mesmo a crises psicóticas pela perda da capacidade simbólica.

Portanto, quando Jung se revela temerário às influências regressivas dos grupos, provavelmente as está considerando sob os dois últimos prismas: como estagnação, com riscos de uma tomada do indivíduo por conteúdos arquetípicos; e como defesa, uma forma de resistência ao desenvolvimento, a vida adulta e a individuação.



Possivelmente, Jung só pensou de maneira favorável sobre o papel da regressão na díade analítica e não em grupos por duas razões: equipará-la à adaptação ao mundo interno e contrapô-la à progressão, vista como um movimento de adaptação social (Jung, 2008d) e também por considerar todo grupo como massificante. Se considerarmos que o grupo frequentemente recebe a projeção do inconsciente numa eventual regressão, haveria possivelmente uma confusão entre as demandas do processo de individuação e as demandas grupais.

Para ilustrar essas diferenças, segue abaixo uma apresentação mais detalhada dos três tipos de regressão, a partir da sistematização feita por Ledermann (1991), pensada no contexto dos grupos.

### **Grupos e regressão como resistência a vida adulta**

O desejo de retorno – e permanência – no paraíso da infância é um assunto amplamente discutido no campo da Psicologia Analítica. E, nesse sentido, pertencer a pequenos grupos pode ser uma forma de resistência ao crescimento e à vida adulta. Como aponta Jung (2000), a permanência em estados infantis através da redução da consciência seria uma forma de evitar o temido confronto consigo mesmo. Neste caso, a regressão psíquica seria marcada por um estado relativamente permanente de redução da consciência e da individualidade, identificação narcísica, infantilização, dependência, perda da autonomia, submissão ao líder, massificação, contágio psíquico, possessão por arquétipos, diminuição da responsabilidade pessoal e aumento da sugestibilidade (Freitas, 1995).

O desenvolvimento da consciência é tido como um processo trabalhoso e muitas vezes sofrido para o ego, que pode ver-se tomado por um desejo de permanecer inocente ou inconsciente – como bem aponta Ledermann (1991) - a fim de evitar as dificuldades da vida adulta, assim como sentimentos como a culpa e a tristeza. Sofrimento faz parte da vida, e deve ser aceito como uma condição humana inescapável.

O ego, de acordo com Jung (2008c) traria dentro de si uma perigosa nostalgia pela totalidade, pela inconsciência, um anseio pelo não-ser, pelo não-saber, e deve sacrificar tal nostalgia pelo passado se quiser desenvolver sua consciência. O caminho da totalidade defendido por Jung não significa uma dissolução da consciência, mas sim um enfrentamento ativo, marcado por uma separação entre consciência e inconsciente e uma futura relação entre

ambos. Tacey (2001) afirma que Jung e a escola clássica distinguem dois tipos de totalidade: a primeira se refere àquela inconsciente, anterior ao nascimento do ego, em que os pares de opostos se encontram indiscriminados. Jung associa essa primeira totalidade com o arquétipo da Grande Mãe, e aqueles que buscam um retorno incestuoso à mãe tendem a idealizar esse estado inconsciente e pré-natal, que em termos psicológicos corresponde a um estado de não-tensão entre opostos. O segundo tipo de totalidade se refere a um estado em que os pares de opostos foram separados e reúnem-se novamente, de forma consciente e criativa e essa seria a marca da individuação.

A importância da distinção desses dois tipos de totalidade – uma inconsciente e a outra consciente – se dá justamente pelos produtos que cada uma delas vai gerar. A primeira evidentemente está ligada ao presente tópico – regressão como defesa ao mundo adulto – e além de resultar em infantilidade e indiferenciação psíquica, opera contra o processo criativo humano. O princípio da individuação é o oposto disso, é justamente o que impulsiona o homem à diferenciação e à criatividade.

A experiência regressiva que se caracteriza pela resistência ao crescimento se vincula grandemente a fenômenos transferenciais em relação ao líder ou condutor do grupo. Um de seus importantes efeitos é a suspensão da capacidade de pensar livremente e criticamente – sendo isso uma prerrogativa do desenvolvimento psicológico, especialmente da consciência (Addenbrooke, 1997). Jung (2013) expõe que é próprio da personalidade infantil demandar do analista orientação e respostas, pois é mais fácil entregar a responsabilidade a outrem, porém o espírito de nossa época exige uma autonomia moral e intelectual dos indivíduos. O condutor deve estar atento às demandas dos membros e do grupo como um todo e recusar a satisfação do desejo infantil de serem guiados.

Nos grupos, essa resistência pode proteger o indivíduo também das ansiedades provocadas pela consciência da diferença, que ameaça o grupo com rupturas e fere seus valores narcísicos (Kimbles, 2014). Também foi observado que nos grupos, por Jackson (1964), que o desejo regressivo de ser inocente se manifestava mais frequentemente em membros mais autoritários, que demonstram repetidamente seus desejos de serem amados, conduzidos, e não responsabilizados. Ledermann (1991) e Jackson (1964) assinalam que o indivíduo pode regredir – em termos kleinianos – ao estágio esquizoparanoide a fim de evitar o sofrimento da posição depressiva. O estágio esquizoparanoide é marcado por uma perda ou rebaixamento da percepção da realidade, baixa capacidade para simbolização, identificação projetiva, baixa tolerância a separação e uma cisão entre bem e mal. A regressão a este estado, como dito acima,

pode se configurar como uma defesa da posição depressiva, baseada num desejo regressivo de ser uma criança inocente e desprotegida, evitando assim culpa, aflição, tristeza e a necessidade de um trabalho reparativo. Jackson (1964) aponta que o indivíduo – e podemos pensar também o grupo - precisa suportar passar para a posição depressiva através do sentimento de culpa, aumento da percepção da complexidade da realidade e retirada de projeções. E caso o grupo seja excessivamente acolhedor e protetor, é possível que esse aumento de consciência, por ser sofrido, seja evitado. Um grupo que suportasse essa transição sofreria a perda de sua suposta onipotência, sua suposta superioridade e sensação de ser especial e único – ou seja, um aumento da percepção da realidade. O grupo e seus membros, numa situação ideal, precisariam ser capazes de sofrer a perda do paraíso infantil.

Caso um grupo ou seus membros não encontrassem novamente o caminho para o funcionamento adulto, o processo de individuação não seguiria seu curso. Robert Boyd (1991) trabalha bem esta temática, e observou que o sistema social de um grupo vai enfrentando as etapas arquetípicas do desenvolvimento da consciência, propostas por Neumann (1995), e deve necessariamente evoluir da Grande Mãe para o Nascimento do Herói. O que isso significa seria um progressivo desenvolvimento da consciência frente às demandas da vida, e uma saída da infância (psicológica) para a maturidade. Caso o grupo não suporte este movimento, tanto ele como um todo quanto seus membros individualmente teriam problemas para lidar com as demandas da realidade. Então, apesar da regressão ser sempre do indivíduo, é importante observar se o sistema social do grupo favorece sua manutenção ou não.

No entanto, o sistema social do grupo pode ser trabalhado e desenvolvido pelo condutor para que não seja um agente infantilizador de seus membros. Neumann (1989) entende que por mais que certos grupos comecem promovendo um estado de identificação e infantilização entre seus membros, ele pode evoluir e almejar ser formado por indivíduos heterogêneos, criativos e que nutram mutuamente os processos de amadurecimento e individuação de cada uns dos outros. Para Neumann (2000), o relacionamento infantil entre ego e inconsciente é marcado por sua deficiência em independência e representado nos mitos que se referem à Grande Mãe. No grupo pode ser identificado caso este (ou o condutor) possua uma atmosfera predominantemente maternal e inconsciente. Isso pode sinalizar uma interrupção no desenvolvimento psíquico caso haja fixação, ou como dito anteriormente, apenas um estágio do desenvolvimento do sistema social deste grupo.

Deste modo, idealmente, mesmo que processos regressivos individuais fossem promovidos no interior de pequenos grupos, eles poderiam ser trabalhados através do

amadurecimento da consciência, responsabilização pessoal, enfrentamento da realidade e independência. Outra forma apontada por Nitsun (1996), sobre os cuidados do condutor no manejo da regressão, seria uma condução em que ele fosse a autoridade, inicialmente, que desse estrutura ao grupo através do estabelecimento do *setting* e dos objetivos do grupo, mas que essa autoridade fosse progressivamente transmitida ao grupo em si, a medida em que este amadurecesse. Outro ponto de manejo é o exercício da consciência, através da análise, da crítica e da reflexão.

A grande atenção dada pelo condutor às fantasias inconscientes produzidos pelos membros dos grupos terapêuticos favorece a regressão, e é preciso atenção a este ponto, para que seja equilibrado com atividade consciente, de adaptação progressiva ao mundo externo, caso contrário o grupo terapêutico pode se transformar em um espaço de devaneio para fugir das dificuldades e obrigações impostas pela realidade.

Outro ponto de atenção que recai ao condutor é a ciência de que muitos grupos, ainda que objetivem conscientemente o desenvolvimento psíquico de seus membros, podem operar predominantemente através de seus aspectos sombrios (Guggenbühl-Craig, 2008). Como Bright (2009) coloca: dinâmicas geradas por desejos e identificações inconscientes entre membros e condutor, em que para que um exista no papel de necessário, o outro precisa desempenhar o papel de necessitado. Para isso, além de sua responsabilidade com sua constante análise pessoal, um segundo terapeuta no grupo ou um supervisor poderia trazer uma proteção extra ao observar a relação do condutor com os participantes.

Goldhammer (1996), um analista junguiano que participou ativamente de um culto new-age por 15 anos que, apesar de não ser psicoterapêutico, traz consigo muitos elementos em comum com a psicoterapia grupal por ser um grupo de desenvolvimento pessoal. O autor aponta que os grupos que possuem aspectos sombrios mais destrutivos são marcados pela característica do grupo ser mais importante do que os seus membros. Sendo assim, Goldhammer (1996) sugere meios de proteger a individualidade e o amadurecimento no interior dos grupos: questionamento de autoridade, manutenção de responsabilidade pessoal, permissão para expressão de pontos de vista distintos, atenção nas pressões e influências que o grupo produz em seus membros, pensamento crítico, autonomia, manutenção de laços sociais fora do grupo que possam contrabalançar suas ideias e fornecer testes de realidade, e a abarcar a diversidade de ideias – dentro e fora do grupo.

Culbert-Koehn (1997) salienta a importância de que o terapeuta – e aqui extrapolaremos para os condutores de grupo – tenha a expectativa de que seu(s) paciente(s) eleve sua responsabilidade pessoal, pois sem isso a regressão poderia ser perigosa. Quanto menos alguém se dedicar às demandas do mundo real mais acentuadas serão suas fantasias regressivas.

Addenbrooke (1997) afirma que os grupos de desenvolvimento podem funcionar de maneira mais efetiva quando seus membros conseguem suspender suas necessidades de serem complacentes uns com os outros, e que de alguma forma procurem não apenas pertencer ao grupo, mas também sustentar uma posição própria neste pertencimento, e isso pode ser facilitado e incentivado pelo condutor do grupo terapêutico.

### **Regressão maligna**

Para Ledermann (1991), parece haver dois tipos de regressão maligna. Em uma delas, o indivíduo seria inundado por imagens do inconsciente coletivo, ficando fascinado e detido em um estado extático de imersão no inconsciente. Na outra, haveria uma perda da capacidade simbólica do indivíduo – e por que não pensar de um grupo todo? A regressão é um estado em que o sujeito perdeu a possibilidade de separação entre realidade interna e realidade externa. Aqui, o “como se” é substituído pelo “é” e as demandas são atuadas ao invés de sentidas e compreendidas.

Comumente, nesse estado de ativação do inconsciente, o ego é inundado por conteúdos arquetípicos, o que pode produzir ideias e convicções pouco usuais. Como na regressão ocorre uma relativa perda de libido consciente, nesses estados a crítica pode ser suspensa ou reduzida, e ocorrer a perda da orientação social e a conexão com o real. A raiz desse problema encontra-se na incapacidade egóica em distinguir-se da alma, por literalizar a expressão simbólica do inconsciente. Em um grupo as consequências da regressão podem se agravar caso haja uma busca pela confirmação dessas convicções pouco usuais através de uma concordância coletiva, pois isso pode levar o grupo a se fechar em relação a críticas internas e externas, o que levaria a manutenção desse sistema (Tacey, 2001; Jung, 2013).

Tacey (2001) e Sullivan (2014) afirmam que a expressão da regressão maligna nesses grupos se dá pela atuação inconsciente de dramas mitológicos, em que os indivíduos se tornam presas (através da identificação) dos arquétipos. Nesse sentido, a individualidade se perde e o

sujeito está ali não como um ser integral, mas como um elemento que encena inconscientemente um papel no mito que tal grupo atua, por ter perdido sua capacidade simbólica. Líderes carismáticos recebem a projeção idealizadora de imagens arquetípicas, que de acordo com Jacoby (2011), precisa ser retirada através da decepção gradual, indicando que esta figura não possui predicados sobre-humanos, para que o indivíduo amadureça.

Os processos regressivos podem provocar tanto uma grande ativação dos conteúdos arcaicos da psique, quanto uma baixa das defesas egóicas. Jung (2007) afirma que certos grupos podem proporcionar estados extáticos em seus membros, decorrentes da identificação regressiva com estados de consciência mais primitivos e ressalta o perigo desta situação: “Quando se dá um estado emocional intenso, dizemos ou fazemos coisas que ultrapassam a medida usual. [...] Grupos, comunidades e até mesmo povos inteiros podem ser tomados por epidemias psíquicas” (2007, p. 272).

Alguns grupos de transformação pessoal podem ter como objetivo o contato com essa dimensão do inconsciente – grupos religiosos ou grupos terapêuticos, por exemplo – através do que Jung chamou de regressão ao estágio pré-natal. Por conta disso, o participante pode se ver dependente do grupo para experimentar tais estados extáticos. Jung (2007) afirma que apesar deste tipo de experiência de transformação ser facilitada no grupo ela tende a não perdurar no indivíduo. Como a regressão retorna ao reino materno (Jung, 2008c) – tanto da mãe pessoal quanto em relação ao inconsciente coletivo – existe a ameaça de desencadear psicose, regredindo ao nível arquetípico da psique. Hillman et al. (1979) afirma que o êxtase é uma das formas da mãe (inconsciente) seduzir o filho (ego).

Tacey (1983) aponta que egos muito fragilizados podem encontrar dificuldade em realizar contato com o inconsciente, pois toda vez que isso é feito, ele sucumbe. Em um texto mais tardio, Tacey (2001) coloca que o ego normal já sofre com uma trágica incapacidade de responder à realidade arquetípica. Uma dramática exposição aos conteúdos do inconsciente pode ser fatal para um ego deficiente, ou inflar um ego relativamente normal e, em ambos os casos, reverter o processo criativo. Em relação as etapas do desenvolvimento da consciência nos grupos, propostas por Robert Boyd (1991), essa se equivaleria à fixação na Mãe Má.

Neste sentido, o Feminino Terrível torna-se a antítese da energia ascendente do ego; torna-se o símbolo de estagnação, regressão e morte. Mas esta morte [...] é também uma força fascinante, sedutora, que puxa a pessoa para baixo. Como o movimento ascendente da consciência do ego está heroicamente ligado ao sofrimento e à realização, o poder do dragão de inibir, deter e cativar pode se combinar com um desejo de paz expresso por cansaço, desistência e até mesmo suicídio. A tendência negativa aparece como um

impulso negativo, como incesto mortal com a Mãe Terrível. O perigo que surge do inconsciente negativamente constelado, o Feminino Terrível, corresponde ao impulso regressivo “para trás” de desejar soltar, cair e, ativamente, de se atirar no abismo. O perigo é a base daquilo que Freud tentou interpretar como o instinto de morte” (Neumann, 2000, p. 232).

Jung (2011) afirma que o perigo de se topar com uma psicose em qualquer intervenção terapêutica é maior naquelas pessoas cuja personalidade social não esteja bem alicerçada. Zinkin et al., (2017) recomenda uma cuidadosa consideração antes de integrar algum paciente em um grupo terapêutico, pelos riscos de psicose no caso dessa pessoa não suportar o contato com o inconsciente coletivo, até porque, como Tacey (2001) bem pontua:

[...] A análise psicológica cria um espaço de contenção no qual as pessoas que se sentem chamadas à mudança e à transformação possam se aventurar para além do ego em uma atmosfera de segurança e suporte, e portanto prover as condições para a promoção de um novo *self* que ouvirá atentamente a sabedoria do espírito (Tacey, 2001, p. 35, tradução nossa).

Tal parágrafo reforça que uma análise junguiana não poderia se esquivar da promoção do contato entre ego e inconsciente.

Ledermann (1991) afirma que na situação terapêutica, caso o condutor receie que uma psicose possa se desenvolver, o que ele pode fazer é trazer o grupo ou o participante para o aqui e agora, cessar as interpretações e reduzir o número de encontros numa tentativa de manejar a regressão a níveis suportáveis pelo ego. Hillman et al., (1979) assevera: quando o pai é ausente, caímos mais prontamente nos braços da mãe. Esse pai do qual ele fala deve ser entendido em termos de ordem, significado, discriminação (logos), código, tradições e delimitações. E essas qualidades podem e devem estar presentes nos *settings* grupais, sendo um cuidado que condutores precisariam se atentar.

Jung (2008) ressalta que retornar do reino das mães (mundo das imagens arquetípicas) não é tarefa fácil, e ficar por lá seria um destino funesto. Embora ressalte que: “[...] aquilo que é funesto poderia igualmente ser o elemento salvador, se no consciente estivessem presentes os meios para a compreensão adequada dos conteúdos inconscientes” (p. 301). Novamente, fica evidente que cabe ao condutor de grupos terapêuticos atentar-se a propor trabalhos que propiciem condições para que a consciência compreenda os conteúdos que emergem a partir da mobilização do inconsciente.



A regressão maligna seria a mais temida de todas, tanto pelos riscos de psicose quanto pelos riscos de o indivíduo ficar estagnado e isolado, dentro de si mesmo, por longo período (Ledermann, 1991).

### **Regressão Benigna**

Ledermann (1991) destaca que Jung tende a ter uma visão favorável a respeito do valor teleológico da regressão, especialmente por seu papel no processo de individuação – já que a regressão visaria a adaptação às demandas do mundo interno. Nesse sentido, as fantasias poderiam indicar caminhos para o processo psicoterapêutico e retirar o ego de sua ilusória autossuficiência.

Vimos que a regressão ao reino arquetípico é temida quando o ego não tem condições de suportar e integrar esse contato – tendo o risco de uma crise psicótica. Entretanto, como afirma Zinkin, o processo de individuação não pode ocorrer ao menos que esse contato ocorra.

[...] Nós não podemos nos cindir dos padrões arquetípicos que deram origem a símbolos desde tempos imemoriais. [...] Consciência, em outras palavras, não é apenas ameaçada pelo inconsciente coletivo mas é nutrida por ele. O mar é também a Grande Mãe. Ele tem tanto um aspecto nutridor quanto destruidor. A tarefa da individuação não é simplesmente afirmar a individualidade de um sujeito em face a uma multidão que quer destruí-la. É também reconhecer que nenhum homem pode viver em isolamento, que nossas vidas não possuem significado em si mesmas. Significado é derivado da coletividade, da qual cada um de nós é parte. Então precisamos continuamente renascer ou nos transformarmos através do retorno à mãe, por assim dizer, ser engolido pelo dragão e ressurgir renovado. Este é o grande tema arquetípico que Jung expressou eloquentemente [...] em *Símbolos da Transformação* (Zinkin, et al., 2017, p. 154, tradução nossa).

No entanto, para abordar o conceito de regressão benigna também na escola desenvolvimentista, é importante fazer uma breve descrição de como se daria o desenvolvimento psicológico nela.

Como visto anteriormente, o modelo de individuação proposto por Jung não considera o desenvolvimento do ego e sua adaptação social como sendo parte deste processo. Fordham (1958) cita que Jung considerava que em uma análise, após os conteúdos do inconsciente pessoal do paciente serem suficientemente investigados, uma mudança começaria a ocorrer. Essa mudança, seria marcada pelo aumento na percepção de que o ego não seria o centro da personalidade e do surgimento de fantasias no campo da consciência e que caso o ego se



relacionasse de forma adequada com elas – através de diálogos - o processo de individuação se iniciaria, sendo marcado por uma sequência de imagens. Para Fordham “Considerar a individuação em termos de uma sequência interna de imagens é uma espécie de atalho grosseiramente incompleto” (p. 117, tradução nossa). Faltaria, de acordo com o autor, incluir o processo de desenvolvimento do ego, pois sua força e sua atitude seriam partes essenciais do processo de individuação. A meu ver, não existe um insuperável contrassenso teórico nessa questão, pois o desenvolvimento do ego está incluído na ideia de Jung a respeito da individuação, por ser condição necessária para a ocorrência do processo, apenas não foi enquadrado desta forma.

O desenvolvimento do ego na infância, de acordo com o modelo de Fordham (1958) e (1994), é compreendido através de processos de deintegração e integração espontâneas de um *self* original, que seria uma entidade psicossomática. Esse *self* original seria perturbado por estímulos que invadiriam o psicossoma, e se ajustaria através de sequências deintegrativas-reintegrativas; estas formariam, gradativamente, um ego com limites definíveis e outras estruturas na psique – as formas arquetípicas. Urban (2003) cita que os processos deintegrativos são os meios pelos quais a criança relaciona-se com seu ambiente, num padrão arquetípico, e a reintegração seria o processo de incorporação dessas experiências na personalidade. Essa sequência estruturaria a personalidade, porém falhas na reintegração poderiam acontecer quando certas experiências não pudessem ser assimiladas, e estas dificultariam deintegrações posteriores e consequentemente o processo de desenvolvimento da psique. Nesse sentido pesa o papel dos cuidadores dessa criança – família e sociedade – e a necessidade de ofertar um ambiente e cuidados suficientemente bons para proteger a criança de situações que não poderiam ser reintegradas por ela em cada fase de seu desenvolvimento.

Portanto, a regressão benigna seria, de acordo com Ledermann (1991), um processo desejável em pacientes neuróticos que tenham certas áreas de seu desenvolvimento comprometidas por dificuldades no processo de deintegração-reintegração. Essas dificuldades poderiam ser causadas por algum componente biológico da criança, ou por um ambiente que não favoreceu tal processo, seja pelo indivíduo não ter experimentado um estado de dependência sadia em relação a seus pais, assim como por traumas na psique.

Urban (2003) aponta que falhas no processo deintegrativo-reintegrativo ressoarão em outros momentos da vida do indivíduo, mas que podem ser retomadas durante o processo analítico. Ledermann (1991) destaca que o ambiente analítico induz regressão por conta de sua constância no tempo e no espaço, pela confiança na relação analítica, pelo paciente ser tratado

de forma cuidadosa e pelo conforto oferecido no *setting*. Essas características também podem ser encontradas nos grupos terapêuticos, apesar deles favorecerem esse processo, a regressão não pode ser causada voluntariamente, é antes um movimento espontâneo da psique em busca de cura e desenvolvimento. Jung (2013) coloca que na análise é importante que este caminho da regressão seja seguido pelo analista, a fim de extrair e reconduzir a libido – que é a parte valiosa das fantasias – de volta à consciência.

No entanto, parece haver ao menos uma diferença entre a regressão reparativa sugerida pela escola desenvolvimentista, com uma forte influência da psicanálise e da escola clássica. Jung afirma: “[...] a terapia precisa apoiar a regressão até que esta alcance o estado “pré-natal”. [...] a regressão, se não for dificultada, não estaciona na “mãe”, mas regride para além desta, até um assim chamado “eterno-feminino” pré-natal, ao mundo primitivo das possibilidades arquetípicas [...]” (Jung, 2008c, pp. 319-320). Ele também compara (2008b) a regressão ao batismo e a morte, seguida da ressurreição - uma dissolução do corpo imperfeito na água divina. “O renascimento a partir das ondas de água do Hades e do sepulcro” (2008b, p. 229). Isso denuncia que seu enfoque nesse tipo de regressão é menos biográfico do que aquele descrito pela desenvolvimentista, que como coloca Fordham (1994) e Urban (2003), possibilitariam a retomada do desenvolvimento interrompido pela impossibilidade de reintegração-deintegração. Main (2008) reforça a percepção dessa diferença:

Jung, diferentemente de outros teóricos, considera regressão como um fenômeno para além do pessoal. Em sua visão, regressão não conduz simplesmente o indivíduo a entrar em contato com suas questões pessoais da primeira infância (consigo mesmo e com um outro ou outros significantes) mas sim libera a energia dos arquétipos” (Main, 2008, p. 30, tradução nossa).

### **O *setting* grupal**

Para que um grupo possibilite as transformações psíquicas individuais através da mobilização do inconsciente, ele precisa – e o condutor é o principal responsável por garantir condições adequadas para que isso aconteça – de um ambiente que seja continente para o indivíduo e seu processo de individuação. Assim como, uma criança precisa de um ambiente que seja seguro tanto fisicamente quanto emocionalmente para seu desenvolvimento psíquico, o participante do grupo terapêutico precisa encontrar essas mesmas condições no contexto do grupo. Um grupo confiável, consistente e empático é capaz de minimizar a ansiedade decorrente deste processo de ativação dos conteúdos inconscientes e ajudar o participante a se relacionar

com esses grupos, incluindo a possibilidade de exercer a capacidade de reparação consigo e com outros de seu entorno em momentos em que o ego possa ceder aos impulsos, afetos e atuações por influência do inconsciente (Nistun, 1996). O cuidado com aspectos práticos desse lugar também interfere na criação de um espaço seguro: o estabelecimento de um propósito com o grupo, garantia de privacidade, sigilo, conforto e, na medida do possível, manutenção dos participantes do grupo (grupo fechado) e do local, dia e horário estabelecidos para os encontros.

Apesar de ser o principal responsável, o condutor do grupo terapêutico não é o único envolvido na manutenção do *setting*. Zinkin (1989b) ressalta que um bom *setting* é aquele capaz de fazer a contenção segura de seus participantes, e sua construção depende do tamanho do grupo, da seleção de seus membros, da criação de uma atmosfera receptiva, do papel e da presença do condutor e da relação entre os membros. Para o autor, o *setting* não deve ser rígido, mas deve integrar as contínuas transformações do grupo, deve ser negociado e co-criado pelos participantes. Sendo o grupo e seus participantes entidades de natureza dinâmica, a rigidez do *setting* poderia desfavorecer as transformações do grupo. Essa abertura do condutor, em ceder progressivamente seu lugar de autoridade no grupo, também favorece a não fixação da regressão, por não reter os participantes em uma posição infantilizada. Condutores de grupos terapêuticos devem estimular a expressão e a aceitação da diversidade em seus trabalhos, para que a permanência no grupo não dependa de identificações regressivas e o desenvolvimento da personalidade não precise ser evitado.

O próprio estudo da alquimia demonstra a importância de trocas e mudanças no vaso ao qual as operações são realizadas para que a substância proceda com suas transformações. Esse posicionamento de Zinkin a respeito do papel do condutor é similar àquele que Jung concebia ao papel do analista. Zinkin afirma: “A ideia de Jung de análise, como é bem sabido, era de que o analista [...] estava tão dentro do processo quanto o paciente e era transformado pelo paciente”. (Zinkin, et al., 2017, p. 150, tradução nossa).

## CONCLUSÃO

Sobre a regressão psíquica, pode-se dizer que a psicologia analítica a trata de forma ambivalente. Jung despatologiza a regressão, por entender que ela é um movimento

autorregulador da psique que possui uma função teleológica de ativar conteúdos do inconsciente, visando o surgimento de novas possibilidades de vida - que devem ser assimiladas pelo ego. Porém, ao mesmo tempo, a regressão é vista como uma inversão do processo criativo caso o ego não seja capaz de utilizar essa libido regredida conscientemente, que alimentará as fantasias inconscientes, podendo deixar o indivíduo infantilizado. E em caso de perda da capacidade simbólica existe o risco, inclusive, de psicose.

Rushi Ledermann (1991) sistematizou os tipos de regressão, a partir da obra de Jung, em categorias: regressão benigna, responsável por reparar danos psíquicos causados por traumas e por quando o pensamento fantasia precisa ser ativado para corrigir uma ilusão egocêntrica e favorecer a individuação. A segunda, a regressão como mecanismo de defesa, como uma fuga, pela fantasia, das demandas da vida concreta, e a terceira como regressão maligna, onde seus efeitos são de estagnação e degeneração do desenvolvimento psíquico, que poderia causar perda da capacidade simbólica.

Então, por mais que um processo analítico possa favorecer a regressão psíquica no indivíduo, isso não seria um problema em si, pois tal fenômeno é fundamental para que ocorra o processo de desenvolvimento psíquico, denominado individuação, pela psicologia analítica. A análise psicológica cria um espaço de contenção no qual as pessoas que se sentem chamadas à mudança e à transformação em uma atmosfera de segurança e suporte, e, portanto, provê as condições para a promoção do processo de individuação.

E não há argumentos que possam contrariar a possibilidade de regressão benigna também nos *settings* grupais. Desde que o participante do grupo terapêutico encontre essas mesmas condições no contexto do grupo – incentivo à mudança, segurança, contenção e suporte. Um grupo confiável, consistente e empático é capaz de minimizar a ansiedade decorrente deste processo regressivo e ajudar o participante a se relacionar com eles, incluindo a possibilidade de exercer a capacidade de reparação consigo e com outros de seu entorno em momentos em que o ego seja tomado por influência do inconsciente.

O *setting* grupal, pode fornecer algo que Zoja (1992) coloca como um local para favorecer os processos de iniciação e renascimento psíquico, local esse pouco disponível no mundo atual. Ao redor da necessidade de iniciação, formam-se grupos que compartilham este segredo e que podem passar por uma morte iniciática nesse funcionamento regressivo, em uma fase de fechamento em relação ao mundo, renúncia à identidade anterior, afastamento libidinal dos investimentos usuais e um subsequente renascimento iniciático, favorecido pelo confronto

consciente com o inconsciente e seus produtos, pelo contexto grupal e pela partilha da experiência com outros que participam desse grupo.

A fantasia sempre existirá, e cabe ao homem encontrar um local para sua vivência, um local protegido - dentro de limites não-destrutivos. Sabe-se que a fantasia tem papel tanto na psicopatologia quanto no processo de individuação. Um local em que esses conteúdos possam ser confrontados com a assistência de um terapeuta e o apoio de colegas.

A regressão pode ser comparada à iniciação, e terá um sentido benigno e criativo quando feita como morte e renascimento – que em termos psicológicos se refere a perda da libido do ego, que ativa o inconsciente, e o inconsciente que fertiliza o ego com novas possibilidades de vida. E a regressão terá um sentido maligno quando ocorrer à inversão desse processo: renascimento seguido de morte do ego. Psicologicamente seria a experiência oceânica do inconsciente pela dissolução egóica, seguida de uma negação da vida concreta e consciente e um desejo até mesmo compulsivo de retorno ao inconsciente (Zoja, 1992). A eventual vivência simbólica – aquilo que Fordham (1956) chamou de atividade imaginativa e Tacey (2001), de turismo no inconsciente – acaba não ensinando nada ao indivíduo que não esteja devotado a elaborar conscientemente, pelo escrutínio analítico, a experiência.

## REFERÊNCIAS

- Bright, G. (2009). Regression in the countertransference: working with the archetype of the abandoned child. *Journal of Analytical Psychology*, 379 – 394.
- Brooke, R. (2008). Ubuntu and the individuation process: toward a multicultural Analytical Psychology. *Psychological Perspectives*, 51, 36-53.
- Culbert-Koehn, J. (1997). Don't get stuck in the mother: regression in analysis. *Journal of Analytical Psychology*, 99 – 104.
- Fiumara, R. (1989). The psychology of the individuation process and group analysis: the role of 'Pronominalism'. *Group Analysis*, 22, 177–187.
- Fordham, M. (1956). Active Imagination and imaginative activity. *Journal of Analytical Psychology*, I, 207-208.
- Fordham, M. (1958). Individuation and ego development. *Journal of Analytical Psychology*, 3, 115-130.
- Fordham, M. (1994). *A criança como indivíduo*. São Paulo: Pensamento–Cultrix.
- Goldhammer, J. D. (1996). *Under the influence: The destructive effects of group dynamics*. New York: Prometheus Books.
- Hobson, R. F. (1959). An approach to group analysis. *Journal of Analytical Psychology*, 4, 139-151.
- Hobson, R. F. (1964). Group Dynamics and Analytical Psychology. *Journal of Analytical Psychology*, 9, 23-49.
- Illing, H. A. (1957). C. G. Jung on the present trends in group psychotherapy. *Human Relations*, 10, 77 – 82.
- Jackson, M. (1964). The importance of depression emerging in a therapeutic group. 51 – 59.
- Jacoby, M. (2011). *O encontro analítico: transferência e relacionamento humano*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008a). *O desenvolvimento da personalidade*. Vozes.
- Jung, C. G. (2008b). *Mysterium Coniunctionis I*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008c). *Símbolos da Transformação*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008d). *A Energia Psíquica*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2011). *A prática da psicoterapia*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2013). *Freud e a Psicanálise*. (7ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Ledermann, R. (1991). Regression and Stagnation. *Journal of Analytical Psychology*, 36, 483-504.
- Main, S. (2008). *Childhood re-imagined: images and narratives of development in Analytical Psychology*. London: Routledge.

- Neumann, E. (1989). *The Place of Creation*. New Jersey: Princeton.
- Neumann, E. (2000). *O medo do feminino*. São Paulo: Paullus.
- Tacey, D. J. (1983). Patrick White: The Great Mother and her son. *Journal of Analytical Psychology*, 165 – 183.
- Tacey, D. J. (2001). *Jung and the New Age*. London: Routledge.
- Testa, A. L. & Serbena, C. A. (no prelo). *Pequenos grupos terapêuticos e Psicologia Analítica*. *Revista Brasileira de Psicoterapia*.
- Urban, E. (2003). Developmental aspects of trauma and traumatic aspects of development. *Journal of Analytical Psychology*, 48, 171-190.
- Vitale, A., Hillman, J., Neumann, E., Stein, M. & von der Heydt, V. (1979). *Pais e Mães: Seis estudos sobre o fundamento arquetípico da psicologia da família*. São Paulo: Edições Símbolo.
- Whitmont, E.C. (1964). Group therapy and analytical psychology. *Journal of Analytical Psychology*, 9, 1-22.
- Zinkin, L. (1989a). The grail and the group.
- Zinkin, L. (1989b). The group as container and contained. *Group Analysis*, 22, 227-234.
- Zoja, L. (1992). *Nascer não Basta: iniciação e toxicodependência*. São Paulo: Axis Mundi.

## **CAPÍTULO IV:**

### **Conclusão**

A obra de Jung é caracterizada por sua natureza complexa e não linear. Nem sempre clara ou coerente, mas marcada por uma grande abertura à discussão. Em carta à Fernando Cassani – escrita em 1954 – diz que seus livros não apresentam síntese ou fundamento, e que sua obra não tem verdadeiro início, tampouco verdadeiro fim, e que abandona uma série de questões que deveriam ter sido respondidas (Jung, 2018). Obviamente, nenhuma pesquisa poderia abranger toda a riqueza sobre o tema, e se utilizou de alguns recortes da obra junguiana afim de fornecer um contexto histórico e intelectual para ampliar o entendimento sobre a visão de Jung a respeito das psicoterapias grupais e discutir alguns de seus argumentos fornecidos para se apresentar receoso com tal modalidade terapêutica.

Ao longo deste trabalho, foi possível discutir a questão de a psicoterapia de grupo ser de menor interesse no campo junguiano do que a prática clínica individual. Apesar de alguns trabalhos, verificou-se uma escassez na produção teórica da prática clínica grupal, assim como uma ausência de sistematização de tal modalidade no campo da psicologia analítica. Isso provavelmente se deve à posição refratária de Jung em relação às psicoterapias grupais – ainda que o que se considera psicoterapia grupal hoje não seja o que Jung entendia na época – e também pela ênfase que se dá ao indivíduo e à vida intrapsíquica. De acordo com Main (2008), o desenvolvimento psicológico para Jung é considerado através da relação da natureza e da cultura, e a psique seria formada entre esses dois elementos. O desenvolvimento se daria prioritariamente pela transformação do aspecto biológico da psique (arquétipos atuando como instintos) em cultura. É preciso pontuar que o conceito de cultura para Jung é o que entendemos por cultura hoje, e não trata das questões ambientais, sociais, políticas ou econômicas – a civilização. Essa transformação de instinto em cultura (espírito) está na base do que ele entende por individuação e a realização de uma vida simbólica.

Aqui pode-se levantar uma questão: existe uma negligência na teoria junguiana a respeito das influências ambientais e sociais no desenvolvimento psíquico humano? Como dito anteriormente, parece haver uma ênfase na questão intrapsíquica – suas estruturas e relações dinâmicas. Mas Jung traz a questão da cultura, ainda que não a denomine desta forma, quando trabalha a relação entre psique individual e o contexto sociocultural, que ele denomina como civilização. Deste modo, dizer que ele negligenciou parece ser incorreto, pois ele reconhece que



a sociedade é uma condição necessária à existência humana. No entanto, ao tratar do papel social no desenvolvimento humano, ele atribui mais peso à realidade psíquica, e inclusive concebe que a sociedade pode ser uma ameaça ao indivíduo e ao desenvolvimento cultural, pois o massificaria ao invés de fomentar o desenvolvimento da consciência (Main, 2008).

A atribuição de um maior peso à realidade psíquica na relação entre indivíduo e sociedade, gera um viés que Alschuler (2011) chama de exagero das causas psicológicas dos fenômenos políticos (e sociais), pois para Jung os problemas políticos teriam causas e soluções psicológicas individuais. Esse exagero na realidade psíquica individual coloca apenas o indivíduo como objeto e sujeito possível em um trabalho de conscientização.

Alguns argumentos foram elencados por Jung para justificar o por que a psicoterapia grupal não teria os mesmos efeitos que a psicoterapia individual ao longo de sua obra e, especialmente, em cartas trocadas com Hans Illing em 1955: aumento da sugestibilidade, infantilização, dependência, perda da individualidade, diminuição da responsabilidade pessoal, inflação egóica, preterição do *self*, filiação ao líder, massificação, rebaixamento da consciência e ativação de conteúdos arquetípicos (Illing, 1957).

Jung (2018), via como pedra angular da psicoterapia o trabalho individual de transformação através da experiência de assimilação consciente de conteúdos do inconsciente. Em toda sua obra ele reafirma que o indivíduo é o único portador da consciência, cabendo a ele – e só a ele – o exercício de desenvolvê-la. Em um memorando à UNESCO, escrito em 1948, Jung é categórico sobre a aplicação de seu método psicoterápico:

A aplicabilidade e eficácia do método descrito acima restringem-se fortemente ao indivíduo. A mudança de atitude só ocorre no indivíduo e por meio de tratamento individual. [...] Portanto, não se pode esperar muito da aplicação desse método a um grupo. A mudança de atitude nunca começa pelo grupo, mas apenas pelo indivíduo (JUNG, 2011b, p. 198).

Além de entender que o trabalho deveria ser individual, como dito anteriormente, Jung temia os efeitos do grupo na psique individual. Porém, ao longo de sua obra, esses temores parecem fazer mais referência aos efeitos da massa na personalidade humana do que de grupos em geral. Não é atributo de todo grupo ser um grupo massificado, assim como não é garantido que o *setting* individual seja imune à massificação. Esta foi uma generalização equivocada, fruto de um raciocínio incompleto. Hobson (1964) salienta que os exemplos que Jung utiliza

para argumentar sobre os perigos dos grupos, tais quais o nacional socialismo, comunismo, grupos de jovens nazistas, organizações religiosas, etc. evidenciam uma indiscriminação entre grupo e massa e isso prejudicou Jung de considerar que alguns deles poderiam ter uma constituição distinta, de relacionamento entre indivíduos diferenciados, conscienciosos e que poderiam promover desenvolvimento humano.

No entanto parece haver um contexto político, intelectual e social que justifica a construção da teoria da psicologia analítica, entre o final do século XIX e meados do século XX, permeada por essa perspectiva do valor e da influência da sociedade no desenvolvimento humano, e tal perspectiva já não se demonstra tão atual. Além disso, como Jung falece em 1961, ele não pode testemunhar o florescimento e a consolidação das psicoterapias grupais, e parte desse trabalho consistiu em analisar que os exemplos citados por ele de grupos terapêuticos nas cartas com Illing (1957), pertenciam a outras categorias de grupos.

Ao se considerar o contexto político em que Jung viveu, e o evidente perigo que as massas e multidões representavam, seu posicionamento refratário a grupos fica justificado. Sullivan (2014) aponta que havia na época uma variedade de regimes totalitários na Europa e na Ásia – Alemanha (Hitler), Itália (Mussolini), Rússia (Stalin) e Espanha (Franco), e China (Mao) e a eclosão das duas guerras mundiais.

O desenvolvimento de sua teoria se deu entre o final do século XIX e meados do século XX. Shamdasani (2005) expõe que as ideias de Jung a respeito da psicologia de grupos foram fortemente influenciadas por outras vindas de autores de disciplinas de ciências humanas que surgiram concomitante à psicologia no último quarto do século XIX – antropologia, etnopsicologia, psicologia social, psicologia das massas e sociologia. Através do estudo de diferentes sociedades essas disciplinas procuravam ultrapassar a limitação da psicologia individual. Um desses autores que influenciaram a construção da teoria grupal junguiana foi Adolf Bastian, cujo trabalho reunia dois conceitos fundamentais: o dos pensamentos elementares, intrapsíquico e comuns à toda humanidade – que servirá de base para o conceito de arquétipos e inconsciente coletivo de Jung - e dos pensamentos étnicos, que seriam um produto dos elementares em contato com a história e a realidade, formando a cultura. Outro autor – Edward Tylor – um antropólogo evolutivo, afirmava que o progresso humano passava por diversas etapas, indo do primitivo até o civilizado, e que diversas reminiscências de uma humanidade arcaica ainda atuavam no homem moderno, ameaçando um retorno à barbárie através da reversão do processo evolutivo. Foi por intermédio dos diferentes tipos de

pensamento que Jung (2008) articulou sua ideia de como o primitivo e o civilizado se manifestam na psique humana. O primeiro corresponde ao pensamento fantasia (imaginativo, passivo, automático e não requer esforço) e o segundo ao pensamento dirigido (voluntário, intencional, exige esforço, linguagem e abstração). Para ele, nos grupos poderia preponderar o pensamento fantasia, e desta forma a civilidade do homem moderno poderia sucumbir a um funcionamento primitivo. Shamdasani (2005) coloca que enquanto o pensamento dirigido estava presente em estados de atenção concentrada e domínio das faculdades mentais, o pensamento fantasia se revelava em estados hipnóticos, no sono e na loucura.

Um conceito central da etnopsicologia era de que em cada povo haveria um espírito próprio, que atuasse psiquicamente como se fosse um espírito coletivo, supra pessoal e unitário, e que se manifestaria através de opiniões, pensamentos e sentimentos, influenciando o espírito individual. Enquanto a etnopsicologia se dedicava ao estudo das sociedades “primitivas”, a psicologia das massas voltava seu interesse para as sociedades contemporâneas. Gustav Le Bon seu mais famoso representante, afirmou em 1895 que o mundo estaria prestes a entrar na era das massas, e o perigo que isso envolvia – afirmação que a Europa pode experimentar de forma amarga nas décadas seguintes. Para ele nenhum indivíduo estava salvo da influência das massas, pois o inconsciente para Le Bon era hereditário, racial e supra pessoal, e na multidão o que predominava era o inconsciente. Contemporaneamente, os estudos em hipnose mostraram a potência da influência psíquica pela sugestão, e Gabriel Tarde publica “As leis da imitação” – 1890 – que em resumo afirma que um grupo social é uma coleção de indivíduos que se envolvem em imitações mútuas. A psicologia coletiva se detinha no estudo do comportamento dos indivíduos em grupo, e o contágio moral, a imitação social e a sugestão fazia com que as representações de um estado emocional provocasse o surgimento dos mesmos estados emocionais naqueles que estavam presentes. Com isso, nos grupos é como se o comportamento se reduzisse ao mínimo denominador comum – as emoções (Shamdasani, 2005).

Outra grande influência na construção da visão que Jung tinha a respeito dos efeitos do grupo na psique individual deve-se ao antropólogo Levy-Bruhl, que salientava as distinções entre a mentalidade primitiva e a civilizada. As representações coletivas dos primitivos estavam assentadas na crença da existência de forças, influências e ações invisíveis – que ele adjetivou de “místicas”. Para ele, quando o indivíduo começa a se tornar consciente de si, diminui sua identificação e sua simbiose mística com grupo. Hobson (1964) coloca que a antropologia não considera real essa ideia sobre a mentalidade primitiva.

Esses achados intelectuais da época sugeriam uma forte relação entre inconsciente, sociedade primitiva, pensamento fantasia e coletividade em oposição à consciência, sociedade civilizada, pensamento dirigido e individualidade e isso resultou numa concepção de que todo grupo seria massificado – o que não é realidade. Ainda que um grupo seja predominantemente inconsciente em seus estágios iniciais isso pode fazer parte do desenvolvimento normal do grupo como um todo, e não algo imutável ou patológico (Boyd, 1991).

Existem também limitações do conceito de individuação proposto por Jung que geram implicações para o predomínio da prática clínica individual. É necessário pontuar que o que Jung tende a chamar de processo de individuação seria aquele que ocorreria na segunda metade da vida, e que o desenvolvimento da consciência na infância e juventude não faria parte deste processo, sendo apenas uma condição necessária para que o mesmo ocorresse. Fordham (1994) diz que na teoria de Jung o desenvolvimento infantil visava o amadurecimento e fortalecimento do ego, a fim de controlar, através da vontade, seu mundo interno e externo. Nessa fase, a criança deveria primeiramente realizar toda a tarefa adaptativa, submetendo-se às convenções sociais. Já o que Jung propõe como individuação seria marcada por um processo inverso, a de adaptação do sujeito já maduro ao seu mundo interno, através de uma relativização da vontade.

Jung (2008a) coloca que a individuação seria um impulso que levaria o homem a se emancipar das massas e dos grupos, de tudo o que fosse coletivo, e realizar sua personalidade mais singular através de um processo de adaptação interna. Nesse sentido, tal processo só se iniciaria na segunda metade da vida, pois como aponta Fordham (1994), parece ser um impulso contrário àquele encontrado na infância.

Fordham (1994) contesta que este modelo não abarca nem a infância nem o desenvolvimento do ego como fazendo parte do processo de individuação. “[...] o aumento da adaptação a exigências sociais não pode ser parte da individuação se o distanciamento de exigências sociais é característica central da individuação” (p.20).

O que também entra em questão nesse modelo, é o papel da sociedade no processo de individuação de seus membros – e por extensão a possibilidade de uma prática clínica grupal junguiana, pois parece haver uma associação conceitual, por se tratar de algo do coletivo, entre sociedade, grupos e inconsciente, e o processo de individuação marcado pelo domínio, afastamento e independência do ego em relação ao coletivo. A escola desenvolvimentista trabalha nesse sentido, o de situar o papel social no processo de individuação, e mais pesquisas sobre isso fomentariam a prática psicoterápica grupal junguiana.

O modelo de individuação “heroico” sugerido por Jung em *Símbolos da Transformação* é criticado por Brooke (2008) por estar impregnado pelo contexto cultural europeu da época, com um viés colonialista que se reflete não apenas em sua visão sobre pessoas de outras culturas e suas possibilidades de individuação, mas também, através da associação entre grupos e inconsciente, num certo colonialismo da psique. Os africanos, por exemplo, foram descritos por Jung como grupais, primitivos e infantis e, portanto, para eles a individuação sequer seria uma possibilidade. Porém, Brooke argumenta que a individuação também poderia ser compreendida dentro de outros modelos culturais, como por exemplo o conceito de Ubuntu: o reconhecimento de que nos tornamos pessoas através de outras pessoas que nos tratam como pessoas. Quando a individuação é pensada de forma arquetípica, deve-se considerar sim seu aspecto universal, mas compreender que existe uma grande interferência social e cultural (representações) na forma como tal processo se manifestará. É um erro pensar em um único modelo.

De uma maneira geral, parece que de acordo com o modelo de individuação imaginado por Jung e pela escola clássica, as relações interpessoais e a participação em grupos ganham um peso no sentido de desfavorecer esse processo pela questão do possível privilégio dado à adaptação externa e da indiferenciação da consciência supostamente reforçada pela coletividade. Porém, os principais autores pós junguianos que defendem a possibilidade de psicoterapia de grupos nesta abordagem, como Edward Whitmont e especialmente Louis Zinkin, argumentam sobre a necessidade de relativizar esses pressupostos, marcados pelo espírito europeu da época, e ampliar a ideia da importância dos diálogos entre ego e inconsciente no processo de individuação para os diálogos extrovertidos, também entre pessoas, que se afirmam, se confrontam e se relacionam, o que daria suporte teórico para a realização de trabalhos de desenvolvimento psíquico em grupo e estaria de acordo com o modelo alquímico de individuação proposto nas obras mais tardias de Jung.

Esta pesquisa também investigou os processos regressivos, trazendo a questão da ativação de conteúdos arquetípicos nos grupos – pois este foi um dos argumentos utilizados pela psicologia analítica sobre o por que grupos não favoreceriam a individuação de seus membros – e foi levantado que a ativação não seria uma questão em si, pois tais conteúdos poderiam ser confrontados conscientemente durante o processo psicoterápico grupal tanto quanto num processo individual. E tal confronto é necessário à individuação. O feminino regressivo deve ser contraposto pelo masculino, para que não haja fixação numa posição infantilizada ou uma degeneração da relação do real entre indivíduo e sociedade e de grupo e sociedade.

Também esclareceu os tipos de regressão sistematizados no trabalho de Ledermann (1991), seu surgimento nos grupos e a distinção sobre quando a regressão pode ser um fenômeno que opera a favor do processo de individuação e quando operaria contra. Além disso, propôs formas de manejo desse fenômeno pelo condutor de grupos terapêuticos e considerações sobre quais seriam os momentos de estimular a regressão e a mobilização do inconsciente e quais seriam o de estimular a consciência, o uso da libido no mundo concreto para que a atividade inconsciente possa ser assimilada pela consciência e ambas se transformem. A escolha do condutor entre trabalhos que mobilizem o inconsciente ou que estructurem a consciência deve levar em conta a estrutura psíquica dos participantes, a condição de continência daquele grupo e a constante atenção tanto ao inconsciente quanto à consciência. Podemos citar como exemplo a técnica junguiana da caixa-de-areia, que segundo Weinrib (1993), tem como base o entendimento de que a cura psíquica ocorre no nível matriarcal da psique (Kalff chama de pré-verbal), e portanto a técnica é utilizada para estimular a regressão criativa, que permite a cura através de uma interpretação tardia e o desencorajamento do pensamento dirigido, mais consciente.

### **Considerações Finais**

Este trabalho teve um formato conceitual, e seria de grande valia que a regressão nos pequenos grupos terapêuticos pudesse ser pesquisada também empiricamente.

Outro tema que poderia ser derivado deste estudo sobre os aspectos regressivos dos grupos terapêuticos seria o grupo como um espaço iniciático. Zoja (1992) aponta a escassez, na atualidade, de espaços que promovam conscientemente o acesso à uma regeneração simbólica. “Ao redor da necessidade de iniciação renascem organismos ou grupos não-oficiais e sobretudo não-conscientes de terem em parte uma finalidade iniciática. Deste ponto de vista, a repressão de uma necessidade satisfeita durante milênios representa riscos não só individuais como sociais” (p. 6). O exemplo que o autor traz como riscos dessa ausência de espaço iniciático seria a criação de grupos antissociais e toxicomania. A regressão pode ser vista como uma morte iniciática, marcada por uma fase de fechamento em relação ao mundo, renúncia à identidade anterior e retração libidinal dos investimentos usuais, e o renascimento iniciático pode ser favorecido pelo confronto consciente com os mistérios do reino arquetípico, pela partilha com

o grupo dessas experiências, pelo acompanhamento de rituais e por ser contido em um espaço seguro terapêutico.

No caso da toxicomania, Zoja (1992) equipara a fantasia, inconsciente ou não, com o encontro com a droga se apresentando como um novo mundo, e a degeneração que a permanência nesses mundos (da fantasia ou da droga) pode causar. Para o autor, toda tentativa de iniciação, quando não está suficientemente consciente ou protegida por um espaço delimitado e seguro pode mobilizar sobretudo o modelo arquetípico do processo de morte, de dissolução da individualidade, especialmente por ser mais simples do que o renascimento, com o grande risco de ser literalizada quando não há expressão simbólica. Regressiva porque vai em direção ao escuro, ao inconsciente, a uma forma de vida inferior.

Outra limitação dessa pesquisa é que apesar de citar o desenvolvimento arquetípico do sistema social do grupo como um todo, conforme proposto por Boyd (1991), não entrou no mérito de pensar a questão de se os grupos poderiam se individuar, ou até mesmo se seria pertinente chamar de individuação o amadurecimento de um grupo. É um tema controverso, pois a rigor a individuação é do indivíduo, mas interessante, tanto do ponto de vista clínico quanto para possivelmente aplicar a teoria da psicologia analítica na compreensão de alguns fenômenos grupais ou sociais. Louis Zinkin (1989) aborda a possibilidade de individuação do grupo como um todo através do conceito de *self* grupal.

Jung e outros junguianos clássicos tendem a sustentar que o trabalho individual interior é o máximo que podemos fazer para mudar a consciência coletiva, seja por associação, indução, exemplo ou algo misterioso como a “*multiplicatio*” alquímica, e que a mente grupal não é suscetível à individuação. Jung (2010) afirmou que a salvação do mundo consiste na salvação da alma do indivíduo, e boa parte da discussão que se faz a respeito das psicoterapias grupais no campo da psicologia analítica se relaciona com essa visão de que individual e coletivo se encontrariam em oposição.

Giegerich (1996) vê esse pressuposto como uma falácia, pois deste modo a psique seria vista como algo pertencente ao humano. A *Magnum Opus* (um dos nomes do processo de individuação), um mistério arquetípico da alma, tem sido vista como um processo interior do indivíduo, e apesar da psique estar no mundo. Por que a *Magnum Opus* teria que aparecer apenas na esfera privada humana, por que não poderia acontecer no mundo, no domínio público? Mesmo sendo de domínio público a individuação pode se manter um mistério. Talvez seja precisamente por ser de domínio público é que se mantém um mistério – a pedra rejeitada



pelos construtores. Ele sugere que o processo de individuação que ocorre no indivíduo seja chamado de *Opus Parvum* (pequena obra) e o processo que ocorre no todo seria a *Opus Magnum* (Grande Obra). Para ele seria um erro atribuir a individuação apenas ao indivíduo e uma inflação daquilo que é pequeno, assim precisamente retirando do pequeno a sua própria dignidade que certamente teria se fosse visto pelo que é. Tal erro, no entanto, ele não atribui à Jung, e sim aos junguianos. Apesar dessa ideia se encontrar de forma explícita na obra de Jung, como por exemplo na afirmação (Jung, 2002) de que a sociedade é apenas um conjunto de indivíduos e que tudo depende das qualidades individuais para Giegerich, Jung era mais complexo, e também apontou em outras direções para além da individuação do indivíduo.

Giegerich (1996) acredita que existe uma mudança fundamental na história da alma, em que antes o *Magnum Opus* vinha de dentro através de imagens, sonhos, meditações. Antes, para se ter consciência dos mistérios da alma era preciso buscar orientação no mundo interior. Mas agora não são mais os sonhos que guiam nossas decisões. O lugar da alma hoje está, para Giegerich, nas grandes mudanças externas.

Isso pode apontar um movimento psicológico no sentido de que pensar em individuação apenas como trabalho interior com as imagens, com uma “alma individual” pode ser um pouco limitado, e a ideia da individuação de um grupo, de uma sociedade permeada pela psique se abre enquanto possibilidade. Pesquisas que possam avançar nesse sentido seriam bastante interessantes e complementariam a discussão feita por este trabalho, que se limitou a pensar sobre o papel dos processos regressivos na individuação do indivíduo em um grupo psicoterapêutico.



## REFERÊNCIAS

- Alschuler, L. R. (2011). Jung e a Política. In: Young-Eisendrath, P. & Dawson, T. (orgs.). *Compêndio da Cambridge sobre Jung*. (pp. 397-414). São Paulo: Madras.
- Boyd, R. D. (1991). *Personal Transformations in Small Groups: A Jungian Perspective*. New York: Routledge.
- Brooke, R. (2008). Ubuntu and the Individuation Process: Toward a Multicultural Analytical Psychology. *Psychological Perspectives*, 51: 36–53.
- Fordham, M. (1958). Individuation and ego development. *Journal of Analytical Psychology*, 3, 115-130.
- Fordham, M. (1981). Neumann and childhood. *Journal of Analytical Psychology*, 26, 99-122.
- Fordham, M. (1994). *A criança como indivíduo*. São Paulo: Pensamento–Cultrix.
- Giegerich, W. (1996). The Opposition of 'Individual' and 'Collective' Psychology's Basic Fault. *Harvest: Journal for Jungian Studies*. 42, No. 2, 7-27.
- Illing, H. A. (1957). C. G. Jung on the present trends in group psychotherapy. *Human Relations*, 10, 77 – 82.
- Jung, C. G. (2002). *The Undiscovered Self*. London: Routledge.
- Jung, C. G. (2010). *Civilização em transição* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2018). *Cartas: Volume 2 - 1946-1955*. Petrópolis: Vozes.
- Main, S. (2008). *Childhood re-imagined: images and narratives of development in Analytical Psychology*. London: Routledge.
- Shamdasani, S. (2005). *Jung e a construção da psicologia moderna: O sonho de uma ciência*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Weinrib, E. L. (1993). *Imagens do Self: o processo psicoterapêutico na caixa-de-areia*. São Paulo: Summus.
- Zinkin, L. (1989). A gnostic view of the therapy group. *Group Analysis*, 22. 201 – 217.
- Zoja, L. (1992). *Nascer não Basta: iniciação e toxicodependência*. São Paulo: Axis Mundi.

## REFERÊNCIAS

- Alschuler, L. R. (2011). Jung e a Política. In: Young-Eisendrath, P. & Dawson, T. (orgs.). *Compêndio da Cambridge sobre Jung*. (pp. 397-414). São Paulo: Madras.
- Bastos, A. B. B. I. (2010). A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. *Psicólogo informação*. 14, 160-169.
- Bechelli, L. P. de C. & dos Santos, M. A. (2004). Psicoterapia de Grupo: Como surgiu e como evoluiu. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. 12, 242-249.
- Boyd, R. D. (1989). The Developmental Stages of the Anima and Animus in Small Groups I. *Group Analysis*. 22, 135-147.
- Boyd, R., Kondrat, M. E., Rannells, J. S. (1989). The developmental stages of Anima and Animus in small groups II. *Group Analysis*. 22, 149-159.
- Boyd, R. D. (1991). *Personal Transformations in Small Groups: A Jungian Perspective*. London: Routledge.
- Boechat, P. (2011). *Terapia Familiar: Mitos, Símbolos e Arquétipos*. Wak editora.
- Bright, G. (2009). Regression in the countertransference: working with the archetype of the abandoned child. *Journal of Analytical Psychology*. 379 – 394.
- Brooke, R. (2008). Ubuntu and the Individuation Process: Toward a Multicultural Analytical Psychology. *Psychological Perspectives*, 51: 36–53.
- Byington, C. A. (2008). *Psicologia Simbólica Junguiana: A viagem de humanização dos cosmos em busca da iluminação*. São Paulo: Linear B.
- Champernowne, H.I. & Lewis, E. (1966). Psychodynamics of therapy in a residential group. *Journal of Analytical Psychology*, 11, 163 – 180.
- Culbert-Koehn, J. (1997). Don't get stuck in the mother: regression in analysis. *Journal of Analytical Psychology*, 42, 99 – 104.
- Edinger, E. (2010). *Anatomia da Psique*. São Paulo: Cultrix.
- Fiumara, R. (1976). Therapeutic Group Analysis and Analytical Psychology. *Journal of Analytical Psychology*, 21, 1-24.
- Fiumara, R. (1989). The psychology of the individuation process and group analysis: the role of 'pronominalism'. *Group Analysis*, 22, 177 – 187.
- Fordham, M. (1956). Active Imagination and imaginative activity. *Journal of Analytical Psychology*, I, 207-208.
- Fordham, M. (1958). Individuation and ego development. *Journal of Analytical Psychology*, 3, 115-130.
- Fordham, M. (1994). *A criança como indivíduo*. São Paulo: Pensamento–Cultrix.

- Freitas, L. V. (2005). Grupos vivenciais sob uma perspectiva junguiana. *Psicologia USP*, 3, 45. 45 – 69.
- Giegerich, W. (1996). *The Opposition of 'Individual' and 'Collective' Psychology's Basic Fault. Harvest: Journal for Jungian Studies*. 42, No. 2, 7-27.
- Goldhammer, J. D. (1996). Under the influence: The destructive effects of group dynamics. New York: Prometheus Books.
- Hall, J. A. (1995) A Experiência Junguiana: Análise e Individuação. São Paulo: Cultrix.
- Hobson, R. F. (1959). An approach to group analysis. *Journal of Analytical Psychology*, 4, 139-151.
- Hobson, R. F. (1964). Group Dynamics and Analytical Psychology. *Journal of Analytical Psychology*, 9, 23-49.
- Illing, H. A. (1957). C. G. Jung on the present trends in group psychotherapy. *Human Relations*, 10, 77 – 82.
- Jacoby, M. (1999). *Jungian Psychotherapy and Contemporary Infant Research: Basic Patterns of Emotional Exchange*. London: Routledge.
- Jackson, M. (1964). The importance of depression emerging in a therapeutic group. 51 – 59.
- Jung, C. G. (2000). *Civilização em transição* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2002). *The Undiscovered Self*. Londres: Routledge.
- Jung, C. G. (2007). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008a). *O desenvolvimento da personalidade* (10ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008b). *Símbolos da Transformação*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008c). *A energia psíquica* (10ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008d). *Ab-reação, análise dos sonhos, transferência*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008e). *Mysterium Coniunctionis I*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2011a). *A prática da Psicoterapia*. 14º ed. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2011b). *A vida simbólica*. 3º ed. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2012). *Aspectos do drama contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2013). *Freud e a Psicanálise* (7ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C.G. (2018). *O livro vermelho*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2018). *Cartas: Volume 2 - 1946-1955*. Petrópolis: Vozes.
- Kimbles. S. (2014). *Phantom Narratives: the unseen contributions of culture to psyche*. Rowman & Littlefield.
- Kirsch, J. & Spradlin, S. (2006). Group Process in Jungian analytic training and institute life. *Journal of Analytical Psychology*, 51, 357–380.

- Ledermann, R. (1991). Regression and Stagnation. *Journal of Analytical Psychology*, 36, 483-504.
- Landers, J.J., Macphail, D.S. & Simpson, R.C. (1954). Group therapy in H.M. Prison, Wormwood Scrubs; the application of analytical psychology. *The Journal of Mental Science*, 100, 953-960.
- Main, S. (2008). *Childhood re-imagined: images and narratives of development in Analytical Psychology*. London: Routledge.
- Neumann, E. (1995). *História da Origem da Consciência*. São Paulo: Cultrix.
- Neumann, E. (1989). *The Place of Creation*. New Jersey: Princeton.
- Neumann, E. (2011). *A Grande Mãe: Um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente*. 6 ed. São Paulo: Cultrix.
- Neumann, E. (2000). *O medo do feminino*. São Paulo: Paullus.
- Nitsun, M. (1996). *The anti-group: destructive forces in the group and their creative potential*. Londres: Routledge.
- Rasera, E. F. & Rocha, R. M. G. (2010). Sentidos sobre a prática grupal no contexto de saúde pública. *Psicologia em Estudo*, 15, 35-44.
- Rogers, C. R. (2009). *Grupos de encontro*. Martins Fontes.
- Samuels, A. (1989). *Jung and the Post-Junguians*. London: Routledge.
- Schmidt, M. L. S. (2011). Utopia, teoria e ação: leitura das propostas grupais na abordagem centrada na pessoa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31, 628-639.
- Shamdasani, S. (2005) *Jung e a construção da psicologia moderna: O sonho de uma ciência*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Sullivan, R. R. (2014). *Towards depth visioning: a depth psychological investigation of group visioning methods*. Tese de doutorado. Pacífica Graduate Institute. Carpinteria – CA, USA.
- Tacey, D. J. (1983). Patrick White: The Great Mother and her son. *Journal of Analytical Psychology*. 165 – 183.
- Tacey, D. J. (2001). *Jung and the New Age*. Londres: Routledge.
- Testa, A. L. & Serbena, C. A. (no prelo). *Pequenos grupos terapêuticos e Psicologia Analítica*. *Revista Brasileira de Psicoterapia*.
- Urban, E. (2003). Developmental aspects of trauma and traumatic aspects of development. *Journal of Analytical Psychology*, 48, 171-190.
- Vitale, A., Hillman, J., Neumann, E., Stein, M. & von der Heydt, V. (1979). *Pais e Mães: Seis estudos sobre o fundamento arquetípico da psicologia da família*. São Paulo: Edições Símbolo.
- Weinrib, E. L. (1993). *Imagens do Self: o processo psicoterapêutico na caixa-de-areia*. São Paulo: Summus.
- Whitmont, E. C. (1964). Group therapy and analytical psychology. *Journal of Analytical Psychology*, 9.

- Yalom, I. D. & Leszcz, M. (2006). *Psicoterapia de Grupo: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Yalom, I. D. & Leszcz, M. (2006). *Psicoterapia de Grupo: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Zinkin, L. (1983). Malignant Mirroring. *Group Analysis*, 16. 113 - 126.
- Zinkin, L. (1984). Three models are better than one. *Group Analysis*, 17. 17 - 27.
- Zinkin, L. (1989a). A gnostic view of the therapy group. *Group Analysis*, 22. 201 – 217.
- Zinkin, L. (1989b). The group as container and contained. *Group Analysis*, 22. 227-234.
- Zinkin, L. (1989c). The group's search for wholeness: a jungian perspective. *Group*, 3 & 4. 252 – 264.
- Zinkin, L. & Zinkin H. (1996). A dialogical model for group analysis: Jung and Bakhtin. *Group Analysis*, 29 343 – 354.
- Zinkin, H., Gordon, R. & Haynes, J. (eds.). (2017). *Dialogue in the Analytic Setting: Selected Papers of Louis Zinkin on Jung and on Group Analysis*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Zoja, L. (1992). *Nascer não Basta: iniciação e toxicodependência*. São Paulo: Axis Mundi.